

# AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO

EXPERIÊNCIA DO MST NO  
ESTADO DE MATO GROSSO

**VANDERLY SCARABELI**

# **AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO**

EXPERIÊNCIA DO MST NO  
ESTADO DE MATO GROSSO

**VANDERLY SCARABELI**

**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



# **Agroecologia no território do agronegócio**

Conselho Editorial Acadêmico  
responsável por esta publicação

Ana Lúcia de Jesus Almeida  
Ana Terra Reis  
Bernardo Maçano Fernandes  
Davis Gruber Sansolo  
Rosana Cebalo Fernandes  
Silvia Aparecida de Sousa Fernandes

Vanderly Scarabeli

## **Agroecologia no território do agronegócio**

Experiência do MST no estado de Mato Grosso

**CULTURA**  
**ACADÊMICA**   

---

*Editora*

© 2021 Editora Unesp

**Cultura Acadêmica**

Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – SP  
Tel.: (0x11) 3242-7171  
Fax: (0x11) 3242-7172  
www.editoraunesp.com.br  
www.livrariaunesp.com.br  
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

---

S285a Scarabeli, Vanderly

Agroecologia no território do agronegócio: experiência do MST  
no estado do Mato Grosso / Vanderly Scarabeli. – São Paulo :  
Cultura Acadêmica Digital, 2021.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5954-155-3 (eBook)

1. Agroecologia. 2. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –  
MST. 3. Mato Grosso (Estado). I. Título.

2021-4186

CDD 630.27419

CDU 631.588.9

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Agroecologia 630.27419

2. Agroecologia 631.588.9

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Editora Afiliada:



*Dedico este trabalho ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Mato Grosso por seus 26 anos de resistência, lutas e conquistas.*



# Sumário

Prefácio Plantando a semente

*Bernardo Mançano Fernandes*

Introdução

1 – A luta pela terra no estado do Mato Grosso

2 – Disputas de territórios por modelos de desenvolvimento

3 – Políticas de segurança e soberania alimentar no Mato Grosso

4 – A contribuição do assentamento 14 de Agosto para a soberania alimentar

Considerações finais

Referências bibliográficas

# Prefácio

## Plantando a semente

*Bernardo Mançano Fernandes<sup>1</sup>*

Há sementes da agroecologia germinando em todo o mundo. Estão territorializadas em todos os países, em múltiplas experiências que compõem a natureza de sua diversidade. Cada uma dessas experiências importa, e muito. Elas fazem parte de um modelo de desenvolvimento inovador, baseado na produção de alimentos saudáveis, produzidos localmente, com a participação de comunidades rurais e urbanas, incluindo milhões de pessoas envolvidas de diferentes maneiras nos processos participativos que vão desde a semente na terra até a comida na mesa.

Neste livro, uma dessas sementes está evidenciada por meio de um estudo geográfico que analisou a experiência do primeiro assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Mato Grosso. Esse estado é muito conhecido pela hegemonia do modelo de desenvolvimento monocultor de produção, em grande escala, com uso intensivo de agrotóxico, para exportação. O que significa produzir agroecologia em um território usado predominantemente pelo agronegócio? Significa que é preciso disputar o território e o modelo de desenvolvimento.

E mais, essas disputas acontecem em condições muito desiguais. O modelo hegemônico concentra a terra, a riqueza e o poder.

Este trabalho é uma referência para compreender esse poder de concentração. É um estudo de uma extraordinária experiência de disputa territorial da agroecologia com o agronegócio. Pesquisa de maneira profunda as disputas territoriais por meio da luta pela terra e pela reforma agrária conduzida pelo MST. Também inova no método ao interpretar as disputas territoriais utilizando o debate paradigmático, mostrando diferentes visões sobre os modelos de desenvolvimento em questão.

A agroecologia nasce da luta pela terra-território, desde os povos indígenas e quilombolas aos movimentos sem-terra e na formação do MST. Essa história pode ser conhecida com detalhes que ilustram a resistência desses povos à desterritorialização. É uma mostra de que não existe modelo de desenvolvimento absoluto, mas sim disputas permanentes por terra-território, modos de vida em transformações permanentes.

A experiência analisada nesta obra é a do assentamento 14 de Agosto, denominação dada pelas famílias sem-terra assentadas que realizaram a primeira ocupação no dia 14 de agosto de 1995. Oficialmente, foi denominado de Terra Forte e criado em 9 de julho de 1997. Nestas páginas, podem ser conhecidas as experiências agroecológicas produzidas nesse território, onde são disputadas cotidianamente as territorialidades dos modelos de desenvolvimento em disputa. A soberania alimentar está no centro do debate paradigmático e da disputa territorial por meio das possibilidades e dos limites da construção de políticas públicas para a agroecologia.

A análise das experiências do assentamento 14 de Agosto está baseada na conquista do território e no seu uso como espaço de vida e produção. Os trabalhos das famílias, sua composição, seus desafios, sucessos, tecnologias, fracassos, recursos, equipamentos, infraestrutura são estudados,

descritos e analisados no contexto das disputas, que nasceram na luta pela e continuam nas lutas na terra. No embate para produzir, viver, ser diferente, ser saudável e sustentável, para incluir a todas e todos, lutando contra um modelo que tem produzido constantemente desigualdade e desterritorialização.

Ao ler este livro, tem-se a certeza de que esta semente se une a tantas outras em todo o mundo onde há articulações de movimentos camponeses, como a Via Campesina, entre tantos outros povos que persistem na resistência ativa. Esta experiência agroecológica, cercada de agronegócio por todos os lados, é um exemplo que, como tantos outros, dão a certeza de que este é, de fato, o caminho da sustentabilidade. São muitas experiências territorializadas abrindo brechas, desconcentrando, democratizando, socializando.

Boa leitura.

---

**1** Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) e coordenador da Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

# Introdução

Esta obra tem por objetivo analisar a experiência agroecológica do assentamento 14 de Agosto no município de Campo Verde, estado de Mato Grosso, no contexto da disputa por territórios e por modelos de desenvolvimento. Essa disputa acontece em todas as dimensões da vida humana, pois cada projeto de desenvolvimento atua no intuito de se legitimar perante a opinião pública para justificar a sua função social.

O assentamento 14 de Agosto é um dos primeiros assentamentos conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de Mato Grosso e está localizado em uma região cercada pelo monocultivo e campeã na produção com uso de agrotóxicos. Portanto, esse é um espaço de intensa disputa de projetos antagônicos para o campo. De um lado deste embate, está a agricultura familiar com produção de alimentos para segurança e soberania alimentar, especialmente para autoconsumo e consumo local, e que tem como base o trabalho familiar e, eventualmente, trabalho externo contratado. De outro, está o agronegócio, expressão do desenvolvimento do capitalismo no campo, que segue o modelo agroexportador, com produção de monocultura, superexploração da força de trabalho, baixíssima geração de emprego, uso intensivo de agrotóxicos e expropriação intensa dos recursos naturais.

O termo agronegócio (*agribusiness*) tem sua origem em meados da década de 1950 nos Estados Unidos da América. No Brasil, o agronegócio emerge no contexto da ofensiva neoliberal, com mais força no governo Fernando Henrique Cardoso, identificado com as demandas do desenvolvimento capitalista no campo, e que se manteve nos governos posteriores com expansão e hegemonia. Já a agricultura familiar, historicamente, foi excluída das ações estatais. Os maiores avanços se deram nos governos do Partido dos Trabalhadores, que, além de estabelecer em lei a definição de agricultura familiar, instituiu programas de estímulo à permanência dos agricultores familiares no campo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentos para a Merenda Escolar (Pnae). Também nessa gestão foi aprovada uma legislação que estimula a adoção da agroecologia como matriz tecnológica na Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e foi criando programa que garantiu de forma gratuita a eletrificação rural, denominado Luz para Todos.

A origem da propriedade da terra no Mato Grosso tem muitas similaridades com o restante do Brasil, ou seja, originou-se da grilagem de terras públicas, da expropriação de terras indígenas e quilombolas, na falsificação de documentos, no uso de “laranjas” para burlar a lei do limite máximo de propriedade e concessão, uso da extensa faixa de fronteira, entre outros métodos.

As conquistas de assentamentos nesse estado são resultado de um longo processo de lutas e resistência, de apoio e solidariedade popular, que expressa à possibilidade de reprodução do modo de vida camponês. O Mato Grosso é um dos estados que tem como função a expansão da fronteira agrícola capitalista e a produção de *commodities* para exportação. A agricultura familiar no estado, por sua vez, é residual e produz 10% do que é consumido, os 90% restantes vêm do Sul e do Sudeste do país, onde a estrutura fundiária é menos concentrada. É nesse contexto que os

assentamentos resistem à ofensiva do agronegócio, que se materializa na precarização das condições de escoamento da produção, no envenenamento das fontes de água e das lavouras, adoecendo as famílias e desestimulando-as a ficarem no campo.

Os objetivos específicos almejados nesta pesquisa foram: a) entender a história da luta pela terra no estado do Mato Grosso; b) pesquisar o processo de formação do MST no Mato Grosso a partir de sua espacialização e territorialização; c) identificar o significado teórico-prático dos conceitos de segurança e de soberania alimentar e qual deles indica a superação da insegurança alimentar; d) analisar as disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento entre o agroextrativismo para produção de *commodities* e a relação com a soberania alimentar a partir da agroecologia; e) analisar a contribuição do assentamento 14 de Agosto para a soberania alimentar no município de Campo Verde e região, com destaque para a produção agroecológica; f) entender a agroecologia no contexto da disputa por territórios.

O processo metodológico foi organizado em cinco etapas. A primeira foi o levantamento, a leitura e a análise de bibliografias como livros, artigos, jornais, revistas, boletins, leis, entre outros, que tratam dos temas principais que perpassam a pesquisa, início da produção teórica, além de entrevistas com pessoas que participaram das primeiras ações de luta pela terra no estado do Mato Grosso.

A segunda etapa foi à apresentação do projeto de pesquisa para o assentamento 14 de Agosto, em assembleia realizada em junho de 2017 que teve a participação de 21 famílias. Na mesma ocasião, foi aplicado o primeiro questionário que buscou identificar diferentes práticas de produção – sem o uso de agrotóxicos, com uso de agrotóxicos e prática mista com e sem uso de agrotóxicos –, além das variedades de produção em cada lote.

A terceira etapa foi à realização da pesquisa de campo nos lotes das famílias assentadas. Por entender que a agroecologia é muito mais do que técnicas e insumos de produção de base ecológica, o segundo questionário aplicado com questões semiestruturadas buscou identificar: a) práticas agroecológicas; b) variedades de produção; c) disposição dos assentados em apreender ou aprimorar saberes e técnicas sobre agroecologia; d) técnicas e insumos utilizados na produção; e) finalidades da produção tendo em vista a soberania e a segurança alimentar; f) meios de produção e seus proprietários no sentido de identificar a autonomia camponesa; e g) realização do trabalho familiar em cada lote no sentido de constatar a evasão no assentamento e ao mesmo tempo o pertencimento da família ao meio rural, em especial a juventude.

Na quarta etapa, foi feita a sistematização dos dados coletados e a construção dos gráficos demonstrativos, relacionando-os à realidade e ao significado da luta pela terra e pela reforma agrária na produção de alimentos e na disputa de projetos para o campo, além do término da escrita dos capítulos. Nessa etapa, estabeleceu-se uma relação entre os dados coletados e os conceitos abordados ao longo da pesquisa, especialmente os conceitos de *agroecologia*, *soberania alimentar* e *segurança alimentar*. Também se discutiu a importância da produção familiar na busca por autonomia frente às relações capitalistas de produção e a resistência desses produtores frente ao modelo hegemônico de agricultura, tendo como perspectiva outro projeto para o campo, alicerçado na democratização da terra e dos demais meios de produção e no cultivo de alimentos saudáveis.

É importante ressaltar que tanto as denominações dos lotes quanto na transcrição e análise das fontes orais, decidiu-se por utilizar nomes fictícios, a fim de garantir-lhes anonimato. Além disso, entende-se que esse método dá mais liberdade aos pesquisados para falarem de suas experiências.



A quinta etapa se deu na devolutiva da pesquisa e seus resultados as famílias assentadas, na perspectiva de socializar o conhecimento produzido por elas, agora sistematizado, e ao mesmo tempo apontar os desafios e as possibilidades encontradas durante a pesquisa, tanto em relação às práticas de produção como em relação aos aspectos organizativos necessários para superar os obstáculos para produção e comercialização nesse assentamento.

Este livro está organizado em quatro capítulos. O primeiro faz um resgate histórico da luta pela terra no estado de Mato Grosso, identificando sua natureza, sua metodologia e seus principais limites. Busca contextualizar e atualizar a formação do MST no estado, analisando as razões internas e externas ao movimento para o sucesso de sua formação e desenvolvimento. Aborda a disputa por territórios, a desigualdade e a evolução da estrutura fundiária mato-grossense, além de apresentar a história do assentamento 14 de Agosto, tendo em vista que este se situa no contexto das primeiras conquistas de território pelo MST.

A construção desse capítulo teve como base as contribuições de Ianni (2009), Picoli (2005), Moreno (2007), Casaldáliga (1971), Gennari (2011), Barros (1989), Siqueira (2002), Fernandes (2000), Scarabeli (2014), Delgado (2012), Cavalcante (2008), Coca, Santos e Rocha (2014), além de pesquisas em periódicos como os jornais *Brasil de Fato* e *Porantim*, e em fontes como Dataluta, *Plano Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar de Campo Verde*, *Censo agropecuário – 2017*, documentos internos do MST e diálogos com dirigentes à frente da luta pela terra no estado. A análise desenvolvida teve como fundamento a luta de classes no campo, a concentração fundiária, os conflitos agrários, a pistolagem, o comportamento da imprensa e do estado em relação ao surgimento do MST no Mato Grosso e a participação e solidariedade de diversos setores religiosos, partidários, estudantis e sindicais.

O segundo capítulo aborda, a partir da luta de classes, a disputa por modelos de desenvolvimento tendo como centralidade teórica o modelo capitalista e suas relações com modelos não capitalistas de produção, com destaque para a produção camponesa. Busca-se ainda compreender a função do Estado frente à disputa por modelos de desenvolvimento, com vista a entender como os interesses de cada classe social são ou não atendidos no tocante as medidas de apoio à criação da infraestrutura, do crédito e da defesa da propriedade fundiária. Para fundamentar essa análise, utilizamos como referência Fernandes (2008; 2009; 2014), Marx e Engels (1999), Katz (2016), Gomes (2006), Fernandes e Welch (2008), Leite e Medeiros (2012), Delgado (2012), Bartra (2011), Costa e Carvalho (2012), Oliveira (2001), Mendonça (2012), Girardi (2016), além do *Programa agrário* do MST (2014).

Fernandes (2009) analisa criticamente os diversos territórios como espaço de disputa e de conflitualidade, e como resultado das contradições das classes sociais que disputam projetos divergentes e antagônicos, dessa forma se contrapondo ao território supostamente neutro, o território de governança. Para analisar os modelos de desenvolvimento em disputa, partimos da compreensão macro sobre os modos de produção e as tentativas de superação da sociedade capitalista, na perspectiva da sociedade socialista.

Existem duas concepções fundamentais que interpretam o desenvolvimento capitalista na agricultura. Essas concepções estão filiadas a determinado paradigma que, para Fernandes (2014), tem como função analisar melhor os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do capitalismo no campo é analisado com base em dois paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O PQA compreende o campo como território em disputa e em constante conflito, enquanto o

PCA entende os problemas no campo como conjunturais e que podem ser resolvidos pela integração da pequena e média propriedade a agroindústria ou por meio de relações de mercado, a exemplo dos programas Crédito Fundiário e Banco da Terra.

Ainda dentro dessa linha de análise, Delgado (2012) afirma que o agronegócio é uma associação entre as diversas frações do capital, entre elas, o capital financeiro, o agroindustrial e os latifundiários. De acordo com o autor, essa associação do capital tem na renda da terra e nos altos subsídios estatais suas fontes de lucro. Corroborando com uma análise crítica sobre o capitalismo no campo, Leite e Medeiros (2012) analisam que o agronegócio tem duas tendências fundamentais: dominar áreas de terras cada vez mais extensas no país e ampliar a participação do capital internacional no campo por meio da transnacionalização da agricultura.

O *Programa agrário* do MST (2014) desenvolve uma análise de natureza coletiva, na qual aponta que, desde a década de 1980, o capitalismo transita para uma nova fase de desenvolvimento. Essa fase tem como expressão e particularidade o controle do capital financeiro sobre a agricultura, que, além de ser oligopolizado pelas transnacionais, é formado por uma aliança entre os setores da classe dominante; esta tem entre seus objetivos controlar o mercado internacional das principais *commodities* agropecuárias.

Por outro lado, tem-se a agricultura familiar ou camponesa que defende outro projeto de desenvolvimento para o campo e está em constante disputa com o agronegócio. Para compreender esse sujeito e o seu projeto, buscamos dialogar com diversos autores que, ao longo do tempo, têm priorizado a pesquisa no sentido de revelar as práticas, a cultura e as relações do trabalho dos camponeses, como Bartra (2011), que admite a dificuldade em definir o conceito de camponês dada a sua complexidade. Para o autor, o camponês, ao contrário do fazendeiro e do proletário,

apresenta-se primeiro como evidência social, como sujeito dos movimentos reivindicatórios, como projeto e utopia, como socialização no campo, como hábitos e tradições, como imaginário social e como sensação de saudade idealizada.

Para Costa e Carvalho (2012), camponeses podem ser entendido como o conjunto de famílias que vivem em determinado território, que produzem em relações não capitalistas de trabalho e cuja produção tem como finalidade a reprodução de seu modo de vida, sendo o excedente trocado por outra mercadoria no mercado local ou regional. Nesse mesmo sentido, Fernandes e Welch (2008) analisam os camponeses como produtores agrícolas de base familiar, que, ao cultivarem alimentos, criam também um modo de vida camponês que envolve as dimensões da cultura, da relação com a natureza, das relações de trabalho, dos valores e da resistência, entre outros.

Tratando dessa disputa por modelos de desenvolvimento, Mendonça (2012), com base na tradição marxista, encara o Estado como instrumento de dominação de classes historicamente construídas, configurado a partir dos conflitos em torno dos interesses antagônicos das classes sociais. A emergência do Estado é produto das relações sociais que têm como objetivo principal garantir a continuidade da produção e da reprodução de sua existência social. Mendonça, inspirada em Gramsci (2001), desenvolve a análise a partir do Estado ocidental e o caracteriza de forma ampliada, tendo na sociedade civil uma de suas particularidades e sua mediação. Já para o MST (2014), o Estado é um instrumento de dominação e se manifesta no campo garantindo a grande propriedade latifundiária, seja de forma direta com emprego do aparato jurídico e repressivo, seja de forma indireta, deixando impunes as atrocidades cometidas contra os camponeses.

Girardi (2016), ao analisar a disputa por modelos de desenvolvimento no campo, constata que essa disputa gera um processo de conflitualidade

que pode ser superado graças ao atendimento das demandas dos trabalhadores ou por meio da violência privada ou estatal, que têm por objetivo conter a luta dos trabalhadores. De acordo com o autor, o Estado segue a segunda opção ao ter duplo comportamento frente aos atos de violência cometida contra os camponeses.

No capítulo três, discute-se os conceitos de *soberania alimentar*, *segurança alimentar* e *agroecologia*, no sentido de compreender suas dimensões históricas e de classes, e apontar qual é a opção de projeto de desenvolvimento para o campo que melhor corresponde, em termos práticos, à soberania alimentar. Buscou-se, também, apropriar-se das legislações nacional e estadual referente à segurança e soberania alimentar e a agroecologia, bem como analisar a função do Conselho Estadual de Agricultura, no sentido de compreender as ações realizadas no combate à insegurança alimentar da população mato-grossense. A partir dessa análise, identificou-se os limites e as possibilidades para a construção de políticas públicas que potencializem a agroecologia e a soberania alimentar nesse território.

Para isso, usou-se como base os autores Vieira (2009), Chonchol (2005), Stédile e Carvalho (2012), Altieri (2010; 2012), Fernandes (2008), Rosset (2006), Guzman (2006), Correia (2007), Martins (2012), Facco e Gomez (2016), Araújo (2016), Zanotto (2017), além de documentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (2014), MST (2010; 2014), Via Campesina (2010), Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária – IMEA (2016), programas e leis como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan, Sistema Nacional de Segurança Alimentar – Sisan, Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea, Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica – Planapo, Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar – PNSMAF, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS-MT, entre outros.

Nesse capítulo, são analisadas as políticas de segurança e de soberania alimentar no estado do Mato Grosso e a relação com a magnitude das principais linhas de produção do agronegócio, objetivando entender a desigualdade social que tem entre as consequências a insegurança alimentar e a vulnerabilidade social. Vieira (2009), ao analisar a desigualdade social e a pobreza no estado, constatou que as políticas previdenciárias e sociais são fundamentais para amenizar o sofrimento desses trabalhadores, ao permitir o acesso a alimentos e gerar empregos nos municípios do interior.

Em relação à questão alimentar, buscou-se em Chonchol (2005) as reflexões acerca da temática. De acordo com o autor, o debate em torno da problemática alimentar teve início na terceira década do século XX e girou em torno de duas concepções: os especialistas em alimentação humana defendiam e chamavam atenção para a oferta de alimentos, enquanto os economistas orientavam a redução da produção agrícola, preocupados com a queda dos lucros via crise de superprodução. O paradoxo é que, enquanto aumentava o número de pessoas passando fome no mundo, o mercado não era capaz de absorver a superprodução. Diante dessa circunstância e no contexto do final da Segunda Guerra Mundial, representantes de 44 países criaram a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, que tem entre suas missões combater a fome e a pobreza e criar as condições para segurança alimentar.

Desenvolvendo uma análise crítica a respeito da função da FAO, especialmente sobre o conceito de segurança alimentar, compreende-se, com base em Chonchol (2005), Stédile e Carvalho (2012) e Via Campesina (2010), que ele é limitado posto que não resolve o problema alimentar em suas causas principais: a oligopolização crescente dos produtos alimentícios e a mercantilização da alimentação.

Para Altieri (2010) e MST (2010), a saída para acabar com a problemática alimentar está vinculada a soberania alimentar, não somente

como conceito que se contrapõe a segurança alimentar, mas com base nas ações que podem ser desenvolvidas a partir desse paradigma. Fernandes (2008) analisa que o debate e a afirmação do conceito de soberania alimentar como solução para erradicar a questão alimentar no mundo são resultados da luta de classes no campo. O autor defende que um novo modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades alimentares e ambientais passa necessariamente pela implementação da soberania alimentar. A formulação de Fernandes se particulariza em relação às demais, ao conceber a soberania alimentar como território.

A partir da soberania alimentar, os modos de vida e de desenvolvimento camponês ganham impulso para fazer a disputa de projetos para o campo, no sentido de que essa soberania só é possível produzindo-se com autonomia, valorizando o saber camponês e suas relações sociais de produção e com o meio ambiente. Para Altieri (2012), a agroecologia é uma ciência que vai além do uso de práticas alternativas e das ações em torno dos agrossistemas com pouca dependência de agroquímicos e de fontes externas de energia; ela oferece para a sociedade um jeito de fazer agricultura ambientalmente adequado, altamente produtivo, com equilíbrio social e economicamente viável.

Já para Rosset (2006), a agroecologia ultrapassa a produção agropecuária e agrega as dimensões socioeconômicas, ambientais e de relações humanas imbricadas na maneira de produzir no campo. Guzman (2006) defende a agroecologia como estratégia de transformação social. De acordo com o autor, ela se coloca como projeto político, socioeconômico e ambiental de desenvolvimento, uma vez que a centralidade de suas ações é uma resposta à lógica destrutiva da fase neoliberal do capital e da economia globalizada. Guzman considera imprescindível a participação dos sujeitos interessados; para ele, a metodologia participativa na ação agroecológica cria dinâmicas a partir dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras,

tornando possível que a análise e a explicação das relações existentes entre os fenômenos contem com a participação dos próprios sujeitos envolvidos.

Em relação ao debate da agroecologia no MST e sua opção por essa forma de fazer agricultura, buscou-se, em Correia (2007) e Martins (2012), a análise necessária para compreender a transição desse Movimento para a agroecologia. Correia analisa que houve diversas contribuições externas ao MST que possibilitaram essa transição, entre elas se destacam: a criação do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap), a conquista do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer), a reorganização da matriz tecnológica em Cuba, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e a Via Campesina Internacional. Internamente, entre os acontecimentos que foram importantes para a transição agroecológica do MST, está a participação na ocupação realizada pelas mulheres da Via Campesina no viveiro da Empresa Aracruz Celulose em 2006, o lançamento da carta *Nossos compromissos com a terra e com a vida*, que aconteceu no IV Congresso Nacional do MST em 2001, e a criação da Rede de Sementes Agroecológicas (Bionatur).

Sobre a importância da agroecologia para a construção de outro modelo de desenvolvimento e para o MST, Martins (2012) afirma que a decisão do Movimento em optar pela agroecologia, demarca uma ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo e seus rebatimentos nos assentamentos de reforma agrária, pois, para o MST, a agroecologia é mais do que técnicas úteis aplicadas à agricultura e compõem uma estratégia socialista para o campo.

Na segunda parte desse capítulo, analisamos as legislações sobre segurança e soberania alimentar, buscando primeiramente entender o fenômeno da fome no Brasil por meio da análise de Stédile e Carvalho (2012), que afirmam que houve importantes avanços no combate a fome no país, tanto em relação à legislação como em relação à criação de programas.



De acordo com os autores, foi nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003/2015) que o Brasil saiu do mapa mundial da fome, graças a um conjunto de medidas como o Programa Fome Zero, Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), geração de empregos, valorização do salário-mínimo, entre outros.

Acrescenta-se a esse conjunto de medidas a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2006, a institucionalização da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), também em 2006, e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan). A Losan trata da soberania alimentar concebida como necessária para favorecer a soberania política, econômica e cultural dos povos. É o direito dos povos de decidirem sobre seus próprios sistemas alimentares, pautados por alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável e com respeito à agrobiodiversidade e ao ser humano. Outro avanço na legislação na perspectiva da segurança e da soberania alimentar foi à aprovação da Emenda Constitucional n. 64 de 2010, que inclui o direito à alimentação como direito social.

Ainda sobre as políticas e conquistas dos movimentos sociais para a segurança e soberania alimentar tem-se o Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica (Planapo), estabelecido no Decreto n. 7.794, lançado em 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Porém é necessário destacar que o conjunto de avanços obtidos durante os governos do Partido dos Trabalhadores para viabilizar a segurança alimentar e algumas medidas na perspectiva da segurança e da soberania alimentar passaram a ser precarizados a partir do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Todas essas medidas na direção da segurança e da soberania alimentar, são resultados de avanços democráticos no período recente da história do Brasil e das lutas dos movimentos sociais, particularmente, os movimentos em torno da Via Campesina. A Via Campesina desenvolve diversas formas de lutas que vai desde a organização de eventos paralelos até conferências de organismos internacionais que discutem e formulam políticas de combate à fome, além da realização de ocupações de cultivos de transgênicos e monocultivos.

Após analisar-se as medidas do governo federal, procurou-se compreender a legislação mato-grossense em torno desse tema e a função do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável Rural de Mato Grosso (CEDRS/MT), na perspectiva da segurança e da soberania alimentar. O conselho foi instituído pelo Decreto n. 2.061 de 27 de dezembro de 2013 e é constituído por 23 membros representando a sociedade civil e o governo do estado. A função principal do conselho é propor, supervisionar e avaliar políticas com base na Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – Lei n. 10.516 de 2 de fevereiro de 2017.

Ao fim do terceiro capítulo, analisa-se as possibilidades e os limites para a construção de políticas públicas para a soberania alimentar situados no contexto da disputa de projetos para o campo. Fernandes (2008) afirma que, entre os limites para a construção de políticas de soberania alimentar no Brasil, está à conveniência tanto do agronegócio quanto do governo com o conceito de segurança alimentar, pois, para garanti-la, não é necessário fazer mudanças no modelo hegemônico de produção no campo.

Corroborando com esse entendimento, Araújo (2016) analisa que o debate em torno da soberania e da segurança alimentar se coloca em contraposição à ofensiva da agricultura de base industrial que vem provocando desequilíbrio e destruição dos ecossistemas e o

aprofundamento da desigualdade social. Em relação às possibilidades para a construção da soberania alimentar, o autor afirma que, para desenvolver políticas nessa perspectiva, se faz necessário um ambiente político com governos democráticos não cooptados pelas empresas nacionais e transnacionais cujo objetivo é a mercantilização dos alimentos.

Na contraposição da mercantilização dos alimentos e na defesa do direito à alimentação, analisou-se o conceito de soberania alimentar. Este, de acordo com Coca (2018), foi utilizado pelo governo mexicano na década de 1980 e tornou-se bandeira de luta das organizações camponesas da América Central. Segundo o autor, a adoção do conceito de soberania alimentar pela Via Campesina fez com ele fosse conhecido em escala internacional. Zanotto (2017) destaca a contribuição da Via Campesina, devido ao seu pioneirismo na organização e na articulação dos camponeses em nível internacional. O movimento tem entre seus temas principais a reforma agrária, a biodiversidade, os recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa, entre outros, além de influenciar a criação de políticas públicas de produção saudável e de combate à fome.

No quarto capítulo, apresenta-se a análise do estudo de caso das práticas agroecológicas do assentamento 14 de Agosto. O foco foi conectá-las com as relações de trabalho na unidade de produção familiar, com as relações de mercado, com os programas estatais e com a destinação da produção na perspectiva da soberania alimentar, tanto para o autoconsumo como para a comercialização no município e na região. Para essa análise, foram usados Fernandes (2008), Chayanov (2014), Bartra (2011), Guzman (2006), Rosset (2006), Martins (2012), *Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde* (2014), além dos dados coletados nas visitas às propriedades, entrevistas e fotografias.

Esta pesquisa mostra que o assentamento 14 de Agosto está inserido no contexto das disputas territoriais por modelos de desenvolvimento, permeadas por interesses de classes sociais antagônicas. Esses embates são agravados por grandes dificuldades socioeconômicas que imprimem uma dinâmica de avanços e recuos, tensionados pelas contradições, num movimento permanente que territorializa e desterritorializa concepções e práticas de produção, de relação com o meio ambiente e de relações humanas. Os resultados desta pesquisa contribuem para o apontamento dos limites e das potencialidades da ampliação da produção agroecológica nesse assentamento. Também contribuem, mesmo que de forma parcial, para a superação dos entraves logísticos, de assistência técnica, de legislação e de crédito que dificultam uma maior e melhor produção de alimentos saudáveis na perspectiva da soberania alimentar.

# 1

## A luta pela terra no estado do Mato Grosso

Neste capítulo, analisa-se a luta pela terra predecessora ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no período de 1970 a 1994, marcado pela ditadura militar e pela Nova República. Nesse período, havia um intenso fluxo migratório para as regiões Norte e Centro-Oeste, devido à expansão da fronteira agrícola. Porém, ao chegarem nessas regiões, às famílias que não encontravam terra e trabalho remunerado tinham dois caminhos a seguir: voltar ao local de origem ou fazer a luta pela terra. Esse contexto de crise criou as condições políticas para o surgimento e a consolidação de várias organizações populares do campo e da cidade, entre elas o MST.

Analisa-se também a luta pela terra dos povos indígenas, quilombolas e posseiros, bem como as causas e a natureza da luta desses sujeitos, objetivando-se entender as disputas por modelos de desenvolvimento da ditadura nessas regiões, com subsídios estatal e logística necessários para expandir o latifúndio e as relações capitalistas de produção. A estratégia utilizada pelo regime militar para a expansão da fronteira agrícola foi a colonização estatal e a privada, acompanhadas da violência estatal e paraestatal para conter os conflitos causados devido a grilagem das terras indígenas, da expropriação dos posseiros e da invasão das terras dos remanescentes de quilombos.

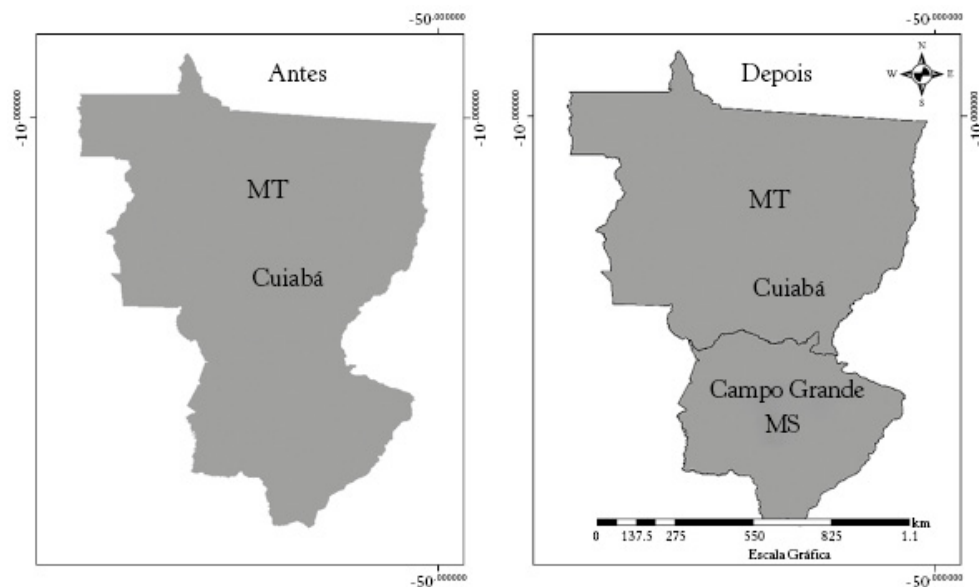
Para analisar esse período, foram usadas as contribuições de Fernandes (2000), Casaldáliga (1971), Scarabeli (2014), Picoli (2005), Moreno (2007), Oliveira (2001), Ianni (2009), além de documentos internos do MST e diálogos com dirigentes à frente da construção do movimento nesse estado.

### **Mato Grosso: origem e dimensão territorial**

Antes de discutir a luta pela terra no estado de Mato Grosso a partir da década de 1970, é necessário abordar alguns aspectos considerados importantes para a compreensão desse vasto território, que é espaço de expansão da fronteira agrícola capitalista desde segunda metade do século XX. A origem do estado de Mato Grosso data do século XVIII, quando os colonizadores portugueses enviaram para essas terras bandeirantes com a finalidade de capturar indígenas e escravizá-los, seja no cultivo da monocultura da cana-de-açúcar ou na edificação das cidades brasileiras. Porém, ao chegar nessas terras através das vias fluviais dos rios Tietê, Paraguai, Guaporé e Cuiabá, os bandeirantes, além de encontrar indígenas, também encontraram variedades significativas de minérios, especialmente o ouro. Com a descoberta desses minerais, eles se fixaram às margens do rio Coxipó, onde nasceu a capital do estado: Cuiabá. Em seguida, a coroa portuguesa se estabeleceu nessa região com a finalidade de controlar a extração do ouro e, ao mesmo tempo, expandir as fronteiras do império, que na época era disputado com a Espanha.

O império português, além de consolidar o domínio sobre o vasto território, ampliou as fronteiras lusitanas, sendo o Mato Grosso o “mirante” necessário para o alcance de seus objetivos – se a Amazônia foi uma “descoberta” espanhola, sua conquista foi portuguesa. No século XX, o estado de Mato Grosso foi desmembrado por duas vezes: a primeira ocorreu em 1943, dando origem ao estado do Guaporé, atual Rondônia; a segunda ocorreu no contexto da ditadura militar, em 11 de outubro de 1977, com a criação do atual estado

Mapa 1 – Divisão territorial.



Fonte  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

Projeção  
Universal Transversa de Mercator – Zona 21K  
Datum: Sirgas 2000 / Meridiano Central 57°W

Responsável Técnico  
Gustavo B. Medeiros Alves (2018)

do Mato Grosso do Sul. Antes dessa divisão, Mato Grosso tinha um território de 1.231.549 km<sup>2</sup>.

O estado de Mato Grosso, mesmo após a divisão, é o terceiro maior estado brasileiro em dimensão territorial. A vegetação é composta por três biomas: pantanal, que ocupa cerca de 7,2% do território; cerrado, com 38,29%; e Amazônia, com 54,51 %, como se pode observar no Mapa 2.

De acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, Mato Grosso tem 903.357,908 km<sup>2</sup> de extensão. É o terceiro maior estado do país, ficando atrás somente do Amazonas e do Pará. Sua área urbana é de 519,7 km<sup>2</sup>, o que coloca o estado em 11º lugar no ranking de estados com maior mancha urbana. Possui 3.035.122 habitantes, o que representa 1,59% da população brasileira, sendo que 81,9% da população vive na zona urbana e 18,1%, na zona rural.

Além de seu vasto território, Mato Grosso é um dos lugares com maior volume de água doce no mundo, considerado a caixa-d'água do Brasil por causa de seus inúmeros rios, aquíferos e nascentes. O planalto dos Parecis, que ocupa toda porção centro-norte do

Mapa 2 – Biomas de Mato Grosso.



território, é o principal divisor de águas do estado. Ele reparte as águas das três bacias hidrográficas mais importantes do Brasil: Amazônica, Platina e do Tocantins, como mostra o Mapa 3.

Os rios de Mato Grosso estão divididos nessas três grandes bacias hidrográficas que integram o sistema nacional, no entanto, devido à enorme riqueza hídrica do estado, muitos rios possuem características específicas e ligações tão estreitas com os locais que atravessam que representam, por si só, uma unidade geográfica, recebendo o nome de sub-bacias. As principais sub-bacias do estado são do Guaporé, do Aripuanã, do Juruena-Arinos, do Teles Pires e do Xingu.

Mapa 3 – Regiões hidrográficas de Mato Grosso.





## A luta pela terra predecessora ao MST – 1970 a 1994

Nesta parte, serão analisadas as lutas pela terra que antecederam a chegada do MST e as causas que as motivaram. O recorte temporal é de 1970 a 1994, período marcado pela ditadura militar e pela abertura democrática com eleições diretas e reorganização popular. Para discutir com mais profundidade os acontecimentos do período, faz-se necessário contextualizar esse momento a partir dos interesses políticos e seus desdobramentos, particularmente no campo.

De acordo com Ianni (2009), os governos militares adotaram diretrizes econômicas que permaneceram as mesmas durante todo o período do regime militar. Segundo o autor os objetivos da ditadura em relação à economia e ao campo seriam:

[...] incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais manufaturados; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; estabelecer novos objetivos e criar meios na política de ocupação e

dinamização da economia da Amazônia; retomar o estudo sobre a reforma agrária; propor o plano de integração nacional. (Ianni, 2009, p.215)

A estratégia do governo militar em relação à expansão capitalista da fronteira agrícola, tanto para o Centro-Oeste como para a Amazônia, foi garantida pelo Estado, que cumpriu funções fundamentais como incentivos fiscais para instalação das empresas, desconto nos impostos para os empresários que adquirissem terras nessa região e repressão às lutas dos posseiros e dos povos indígenas e quilombolas.

Para viabilizar os objetivos dessa expansão capitalista, foram criadas instituições com a finalidade de induzir o desenvolvimento, como a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste – Sudeco (1967), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam (1966), Banco da Amazônia – Basa (1966) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra (1970).

A criação dessas instituições estava no contexto da expansão capitalista orientada a partir da concepção nacionalista de “integrar para não entregar”. Foi com base nessa concepção que o processo de ocupação da última fronteira agrícola nacional tornou-se mais visível a partir da década de 1970. Além da chegada de milhares de deserdados da terra e pequenos proprietários empobrecidos vindos do Nordeste, Sul e Sudeste do país, esse período foi marcado por grandes obras que viabilizaram a integração nacional, a exemplo da construção da BR 163 (1971), também conhecida como Rodovia Cuiabá – Santarém; BR 364 (1960-1980), conhecida como Rodovia Cuiabá – Porto Velho; e BR 158 integrando o Sul e o Centro-oeste ao Norte do país.

Ao analisar os interesses do governo militar em disputa no Mato Grosso, Picoli (2005) afirma que a meta central do regime era viabilizar a expansão capitalista, especialmente no campo, e não o de atender a massa pauperizada que veio de diversas regiões do país.

O projeto de colonização da última fronteira brasileira, elaborada pela ditadura militar, não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas sociais do sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída. Este projeto foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais. Nasceu com a finalidade de colocar os produtos da Amazônia no mercado mundial e, por intermédio dos militares, internacionalizar a região com a expansão de grandes conglomerados capitalistas. (Picoli, 2005, p.52)

Ainda nesse período, o estado de Mato Grosso criou instituições vinculadas à questão agrária estadual. Moreno (2007, p.138) informa sobre essas instituições, bem como sobre suas finalidades.

A crescente demanda por terras em Mato Grosso colocava como imperiosa a necessidade de se conhecer a sua situação fundiária e a quantidade de terras devolutas disponíveis, para oferecer segurança aos investidores que

respondiam ao chamamento da política federal.

De acordo com a autora, foram criados dois principais órgãos de terras na década de 1970. O primeiro foi a Companhia de Desenvolvimento do estado de Mato Grosso – Codemat, que teve como função promover o desenvolvimento estadual por meio da racionalização administrativa e introduzir um sistema econômico planejado. Segundo Moreno (ibidem), em 30 de abril de 1971, o poder dessa companhia foi ampliado por meio do Decreto n. 1.138/71, que lhe atribuiu competência para gerenciar e executar o programa oficial de colonização no estado. Para exemplificar o poder dessa instituição no tocante a questão da terra, pode-se citar a ação do governo do estado de transferir, em 1972, para a Codemat dois milhões de hectares de terra no município de Aripuanã. A transferência teve três finalidades: a) fundar colônias agrícolas, b) alienar companhias para fins exclusivos de colonização e c) incorporar essas terras a projetos agropecuários ou industriais aprovados pela Sudam e financiados pelos programas de incentivos fiscais.

A segunda instituição estadual criada para cuidar da estrutura fundiária foi o Instituto de Terras do Mato Grosso (Intermat). Regulamentado em 1977 e passando a funcionar um ano depois, cumpria a função de revisar e atualizar as leis fundiárias estaduais para a retomada do processo de legalização das terras. Também foi incorporada ao Intermat a atribuição de responder pela política fundiária do estado, que se restringiu a discriminação, alienação e arrecadação de terras devolutas. Moreno (ibidem) analisa que todas as áreas incorporadas ao patrimônio fundiário do estado foram regularizadas via três processos: licitação pública, legitimação de posses, permutas ou projetos de assentamentos e colonização, oficial ou particular.

Moreno (ibidem, p.148) analisa os resultados dessa ampla regularização fundiária realizada pelo Intermat da seguinte maneira:

[...] o Intermat arrecadou entre 1978 e 1990 cerca de 6.456.110, 9681 hectares, tendo sido licitados/regularizados 5.522.748,4982 hectares, no mesmo período. Calcula-se que, do total de terras arrecadadas, apenas 9,26% foram destinadas a regularização de pequenas e médias propriedades, com tamanhos abaixo de 1.000 hectares. (Mato Grosso – Intermat, 1990 apud Moreno, 2007, p.148).

De acordo com a autora, as terras arrecadadas pelo Intermat tiveram duas principais destinações: foram expropriadas dos posseiros/povos originários e regularizadas para os grandes proprietários, e/ou foram arrecadadas dos grandes proprietários e, mediante acordos políticos ou financeiros, devolvidas para quem tinha realizado a grilagem. O que se pode garantir é que as terras foram destinadas (90,74%) para a constituição do latifúndio no Mato Grosso.

## A resistência sem-terra antecessora ao MST em Mato Grosso

Dom Pedro Casaldáliga, outro grande estudioso da questão agrária mato-grossense e lutador das causas dos povos do campo, morador de São Felix do Araguaia, região norte de Mato grosso desde 1968, em razão da sua sagração episcopal em 1971, envia uma mensagem através da carta pastoral intitulada *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Datada de 10 de outubro do mesmo ano, nela Casaldáliga examina o processo migratório, o perfil dos antigos moradores, bem como das novas famílias que chegam a essa região, e denuncia a constituição de latifúndios por meio da expropriação dos povos originários e dos posseiros patrocinada pelo Estado militar e as suas instituições, com o objetivo de integrar Mato Grosso ao capitalismo nacional e internacional.

Investigando a população que habitava o norte mato-grossense, Casaldáliga (1971) destaca o seguinte perfil populacional: povos originários, menor parte da população formada pela etnia xavante – caçadores, bravos, fortes e receosos; carajás – pescadores, comunicativos, de fácil amizade, artesões do barro e das penas dos pássaros; tapirapé – mansos, sensíveis e lavradores, de fácil convivência comunitária e de delicada hospitalidade; além dos sertanejos migrantes vindos dos estados de Maranhão, Ceará, Piauí e Pará, que compõem a maioria da população. O autor se refere a eles como

[...] desbravadores da região, “posseiros”. Povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração anterior, com a rede de dormir nas costas, os muitos filhos, algum cavalo magro, e os quatro “trens” de cozinha carregados numa sacola. (ibidem, p.4)

Compõe o perfil do povo dessa região, especialmente o sertanejo, a religiosidade, a hospitalidade e a coragem frente à natureza e aos poderes do latifúndio. De acordo com Casaldáliga (ibidem), o restante da população era formado por fazendeiros, gerentes e trabalhadores que se ocupam da administração dos latifúndios na região, quase sempre sulistas. Além desses, tem-se ainda os funcionários públicos, incluindo os da Funai, comerciantes, pilotos, prostitutas, boiadeiros, policiais, entre outros. Casaldáliga (ibidem, p.5) destaca o preconceito existente nas relações pessoais cotidianas: “Os sulistas falam em essa gente, esse povo, aqui nunca viram, não sabem nem... são índios mesmos”.

Além de analisar a composição da população, o autor analisa a estrutura fundiária da região de atuação da prelazia a partir das empresas latifundiárias existentes (Tabela 1).

Tabela 1 – Estrutura fundiária da região de atuação da prelazia em São Felix do Araguaia.

N.	Latifúndio	Hectares
1	Agropecuária Suia-Missu	695.843.000
2	Companhia de Desenvolvimento do Araguaia	196.497,19
3	Agropasa	48.165.000
4	Urupianga	50.468.000
5	Porto Velho	49.994,32
	Total	1.039.763,51

Fonte: adaptado de Casaldáliga, 1971, p.5.

A Tabela 1 revela que cinco empresas patrocinadas pelo estado concentravam mais de um milhão de hectares de terras. De acordo com Casaldáliga (ibidem), os projetos que deram origem a esses empreendimentos agropecuários e de colonização foram aprovados a partir do início da década de 1970, porém, antes desse período, tinham sido aprovados 66 projetos de mesma natureza. “Esses empreendimentos latifundiários surgiram graças aos incentivos dados pelo governo, através da Sudam. É a aprovação oficial e financiada de grande latifúndio, com todas as consequências que dele advém” (ibidem, p.9). Entre os incentivos concedidos para aquisições via a Sudam, destacavam-se dedução de 50% do imposto de renda de pessoa jurídica residente no país e isenção total ou redução de 50% do imposto de renda devido por dez anos para os empreendimentos instalados ou que viriam a se instalar até 31 de dezembro de 1974.

Enquanto o governo da ditadura militar garantia todas as condições para a constituição do latifúndio em Mato Grosso, muitos trabalhadores (posseiros), que desde o início do século ocupavam essa região juntamente com os povos indígenas, passaram a ser expulsos de suas terras, “pois na hora menos pensada aparece assim o ‘tubarão’, donos das terras, que quer fazer valer o seu título de propriedade” (ibidem, p.10). De acordo com Casaldáliga (ibidem), após a instalação dos empreendimentos agropecuários garantidos pela Sudam, uma série de dificuldades (intranquilidade e insegurança) surgiram para os camponeses que “amansaram essas terras” permanecessem nelas. A partir desse contexto, instala-se e aprofunda-se a luta pela terra e para manter-se nela.

Frente à ofensiva do estado e das empresas que estavam despejando os camponeses, houve diversas formas de lutas pela manutenção da posse e/ou para a conquista da terra.

Mas, diante da espoliação prometida e pretendida, o povo se uniu e juntamente com o padre vigário da paróquia, Pe. Francisco Dentel, decidiram lutar para salvaguardar o que era seu. Foi feito relatório em 12/04/67 ao senhor presidente da república Mal. Artur da Costa e Silva, sobre a situação e dando sugestões concretas de solução. (Cf. Documentação II 1 apud Casaldáliga, 1971, p.12)

Após o envio desse relatório e muitas viagens e gastos, o então presidente da República marechal Artur da Costa e Silva enviou um documento para o Ministério da Agricultura pedindo solução. Mesmo assim, segundo Casaldáliga (ibidem), vários empecilhos foram colocados para o atendimento dessa pauta, inclusive, padres e líderes dos posseiros foram denunciados aos policiais do exército e do Serviço Nacional de Informação (SNI) pelos donos dos latifúndios representados pela Cooperativa Mista do Araguaia (Codeara), sob acusação de subversão. O autor informa ainda que, somente após três anos de espera, uma migalha de 5 mil hectares foi destinada a mais de cem famílias.

A partir da análise de Casaldáliga (ibidem), são identificadas as seguintes ações das grandes empresas contra os posseiros: uso de pistoleiros e de policiais para amedrontar e prender os trabalhadores com o objetivo de expulsá-los da terra ou de comprá-la a preços baixíssimos, ao mesmo tempo impedindo a resistência; e cercamentos das lavouras com o impedimento da colheita como forma de desestimulá-los a permanecer na terra. Nas palavras do autor: “suas terras de lavoura foram cortadas pela ‘picada’ demarcatória dos limites da fazenda ficando várias roças, indispensáveis a sua sobrevivência, dentro desses limites” (ibidem, p.13).

A luta desses trabalhadores foi desenvolvida com forte participação da prelazia e diversas formas de resistência. Entre elas, as denúncias e as negociações com o governo do período, que geralmente não obtinham grandes avanços, já que o que estava em disputa era a expansão da fronteira capitalista *versus* as relações não mercantis de trabalho e com a natureza.

Em relação aos povos indígenas, houve um processo de deportação para suas áreas de origem, a exemplo da tribo xavante. Segundo Casaldáliga (ibidem), houve uma “aculturação agressiva” dos povos indígenas com participação direta da Fundação Nacional do Índio (Funai). O autor relata a concepção do então presidente da Funai general Bandeira de Melo sobre o tratamento que deveria ser dado aos povos indígenas: “o parque Nacional do Xingu não pode impedir o progresso do país” (Cf. Visão – 25/04/71, p.22 apud Casaldáliga, 1971, p.18). O general Bandeira de Melo via na floresta a possibilidade de transformá-la em mercadoria, e nos índios, um potencial de força de trabalho livre a ser explorado. O processo de aculturação dos povos indígenas se expressou, à época, no alcoolismo, no contágio de doenças como a tuberculose, na prostituição e na criação da guarda indígena, que construiu dentro das tribos todo o conceito de autoridade, entre outros.

A participação da prelazia na defesa dos direitos elementares dos posseiros, dos povos indígenas e dos peões, muitas vezes submetidos ao trabalho análogo à escravidão, provocou a reação dos latifundiários e fez com que ela reorganizasse a atuação nessa região. De acordo com Casaldáliga (ibidem, p.25-6), em 1970, os trabalhos da prelazia foram interrompidos, pois

[...] era preciso refletir, reformular a pastoral toda. Sentíamos o impasse da situação religiosa e pastoral do nosso povo. Faltava tudo: em saúde, em ensino, em comunicações, em administração e em justiça. Faltava no povo a consciência dos próprios direitos humanos e coragem e a possibilidade de os reclamar.

A partir dessa reflexão, a prelazia desenvolveu diversas ações na área educacional como a construção de uma escola no município de São Felix do Araguaia, “Ginásio Estadual do Araguaia”, com recursos vindos da Espanha. No ginásio, funcionavam as três primeiras séries e, mais tarde, um curso noturno de madureza ginasial, garantindo o ensino primário para toda a região. Outra frente de atuação foi no âmbito da saúde, com a criação e o financiamento, por meio da Prelazia, de um ambulatório no município de Santa Terezinha.

Além da atuação no âmbito da educação e da saúde, a prelazia passou a desenvolver junto às comunidades um método organizativo denominado “Campanha Missionária”, que contava com uma equipe formada por padre, irmãs e leigos que permaneciam na comunidade/casa do povo por três meses. Nesse período, de acordo com Casaldáliga (ibidem), essa equipe compartilhava conhecimentos e estudava a realidade do povo. Também eram desenvolvidas atividades como:

[...] aulas de alfabetização ou círculos de cultura; aulas para complementação de adultos e crianças. Acompanham-se os trabalhos das professoras locais. Dá-se assistência de enfermagem e promove uma ação permanente por todos os meios e por toda ocasião de higiene e saúde. Faz-se uma ação intensa de conscientização. E se tem palestras por grupos, sobre os temas vitais do povo do lugar. [...] com o povo enfrentando-se os problemas e os riscos – às vezes graves – dos direitos dos posseiros frente ao latifúndio (cf. Documentação, n. II, 3. A, B). E tenta-se assentar a vida dos patrimônios numa organização popular básica, humana. Criam-se os “Conselhos de Vizinhança” – autoridade popular de uma equipe livremente eleita (que em Pontinópolis, junto com o povo, elaborou a “lei do posseiro”). (ibidem, p.26-7)

Todas essas ações aprofundaram o conflito entre os latifundiários e a prelazia. “É um conflito declarado da prelazia com os latifundiários e dos núcleos políticos e de controle econômico da região que fazia de nós todos ‘subversivos’ e ‘comunistas’. E ‘estrangeiros!’” (ibidem, p.27). O autor achou desnecessário responder os dois primeiros adjetivos por considerá-los excessivamente gratuitos e gastos. Quanto à denominação de “estrangeiros” respondeu: “Estrangeiros somos, certamente o bispo e os padres. Talvez, porém, bastante mais dedicados ao bem do Brasil do que nossos acusadores. [...] Além de que não há

homem estrangeiro na terra dos homens, e a Igreja no mundo é em todo lugar nossa pátria” (ibidem, p.27).

A expropriação dos recursos naturais e do trabalho em razão da expansão capitalista e a luta e resistência dos camponeses e indígenas apoiados pela prelazia de São Feliz do Araguaia produziram uma concepção de Igreja:

Nós – bispos, padres, irmãos e leigos engajados – estamos aqui entre o Araguaia e o Xingu, neste mundo real e concreto, marginalizado e acusador, que acabo de apresentar sumariamente. E somos aqui a Igreja “visível” e reconhecida. Ou possibilitamos a encarnação salvadora de Cristo neste meio, ao qual fomos enviados, ou negamos nossa fé, nos envergonhamos do evangelho e traímos os direitos e a esperança agônica de um povo de gente e povo de Deus: os sertanejos, os posseiros, os peões. Este pedaço brasileiro da Amazônia. (ibidem, p.28)

Em relação às mudanças necessárias para o campo, Casaldáliga (ibidem, p.29) afirma:

[...] sentimos, por consciência, que também nós devemos cooperar para desmistificação da propriedade privada. E que devemos urgir – com tantos outros homens sensibilizados – uma reforma agrária justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente, sem demoras exasperantes, sem intoleráveis camuflagens.

A carta pastoral analisa ainda a função do estado e do regime militar frente à expansão da fronteira agrícola capitalista, à origem do latifúndio no Mato Grosso, bem como à luta e à resistência dos camponeses e indígenas contra a expropriação de suas terras e de seu trabalho. A carta também propõe o fim da propriedade privada e a realização da reforma agrária como condições para a paz no campo. Obviamente que essa carta historiciza a participação decisiva da prelazia de São Felix do Araguaia e, particularmente, do bispo dom Pedro Casaldáliga, um espanhol da Catalunha que se tornou, ainda muito cedo, um lutador das causas dos povos do campo.

## **A resistência negra em Mato Grosso: os quilombos**

A formação do estado do Mato Grosso, do seu povo e a origem da riqueza nele produzida estão vinculadas diretamente ao trabalho escravo, particularmente do povo negro. A colonização portuguesa que chegou ao litoral em 1500 apossou-se desse estado duzentos anos depois, porém usando os mesmos métodos e objetivos:

A busca de matérias-primas e de metais preciosos em terras distantes visa garantir ao rei novos domínios e recursos suficientes para fortalecer seu poder bélico, assegurar o controle dos mercados recém-conquistados e possibilitar a acumulação de riqueza ainda maior. (Gennari, 2011, p.13)



A busca por esses bens da natureza, particularmente o ouro, teve início em Mato Grosso no ano 1719, e junto dela estava o trabalho escravo. “Os negros eram trazidos, inicialmente, pelas monções fluviais e depois através do caminho terrestre que ligava Cuiabá a Goiás, aberto em 1736” (Barros, 1989, p.1). Posteriormente, os escravos eram transportados via Grão-Pará, através da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. De acordo com Barros (ibidem), nas primeiras décadas do século XX, o povo negro representava 85% da população do estado.

A população negra, não só em Mato Grosso, mas em todo o Brasil teve significativa influência na composição racial do país, e a questão que se colocava no período da escravidão era de como as elites conseguiam manter por séculos, apesar das fugas, o controle sobre ela. De acordo com Gennari (2011, p.66), entre os mecanismos de controle da massa escrava se destacavam: a) não portar armas de qualquer natureza – o porte de faca, por exemplo, tinha como penalidade cem açoites diários durante dez dias; b) não circular pelas vias ou fora delas sem autorização dos donos; c) cumprir os horários preestabelecidos para andar pelas ruas; d) se soubessem da existência de quilombos, deveriam delatar para as autoridades, caso contrário sofriam penalidades.

Porém esses mecanismos de controle não impediam que muitos escravos fugissem e se organizassem em quilombos. Diante da necessidade de o sistema manter o controle sobre “essas mercadorias valiosas”, foram constituídos vários mecanismos de repressão mais acentuados e criado um grupo conhecido como “homens do mato” para recapturar os fugitivos e destruir os quilombos encontrados. Para ser um homem do mato, era necessário conhecer a área onde atuaria e as artimanhas utilizadas pelos escravos. Essa atividade era recompensada por dia trabalhado e em forma de dinheiro.

A submissão dos escravos se dava também graças a diversos métodos de tortura, como amarrar o escravo no tronco imobilizando pés, mãos e o pescoço. Em caso de fuga, a penalidade eram cem açoites nos pelourinhos da cidade ou na presença dos demais colegas. Quando o corpo do escravo já estava em carne viva, era “tratado” com banho de vinagre, água salgada ou pimenta e jogado numa cela; caso ele sobrevivesse, passaria o resto da vida com uma argola de ferro e chocalho no pescoço. As atrocidades com os escravos não eram somente essas; para extrair confissões, segundo Gennari (ibidem, p.25), utilizava-se os chamados “anjinhos” – dois anéis de ferro que comprimiam os dedos da vítima, provocando dores horríveis. Acrescentam-se a esses métodos a folha de flandres sobre o rosto do escravo, castração, destruição dos dentes a marteladas, amputação dos seios, vazamento dos olhos, marcas no rosto em ferro quente, queimaduras feitas pelas fagulhas das caldeiras quando os cativos eram acorrentados com o corpo nu o mais próximo possível das chamas, entre outros.

Diante de tamanha injustiça, os escravos desenvolveram várias formas de resistência, entre elas a resistência ao trabalho, pois “resistir a escravidão, via de regra, é sinônimo de resistir ao trabalho. O cativo precisa ser mau trabalhador para não ser um bom escravo” (ibidem, p.30). O banzo, definido como uma profunda saudade – no caso dos africanos escravizados, do ex-continente –, também é entendido como resistência, pois expressa rejeição em relação a condição a qual estavam submetidos. Suicídios, abortos e assassinatos dos filhos para que não se tornassem escravos, fuga individual, violência individual contra os feitores e os senhores também eram formas de resistência. A prática religiosa nas senzalas, com seus rituais e sua dança, exercitava a ginga e dotavam o corpo de elevada mobilidade. Gennari (ibidem, p.31) conta que “os negros criam e adaptam seus golpes a necessidade de enfrentar o corpo a corpo com os capitães do mato, encarregados de capturá-los vivos para que possam ser publicamente supliciados ou reconduzidos ao trabalho forçado”. O autor chama atenção ainda sobre as incertezas quanto à origem e ao sentido da capoeira, mas admite que pesquisas recentes indicam a relação entre danças, tradições marciais e lúdicas vindas da África e formas de autodefesa praticadas pelos escravos na colônia espanhola e no Brasil.

Não há dúvida que todas essas formas de resistências contribuíram para a conquista parcial da liberdade dos escravos no Brasil. Porém, igualmente pode-se afirmar que os quilombos foram as formas mais avançadas de luta pela liberdade, pois sintetizavam, além da resistência, outra perspectiva de organização social. Do ponto de vista conceitual, a literatura crítica atribui ao quilombo vários significados, mas todos admitem que se trata da maior expressão da luta por liberdade do período. De acordo com Gennari (ibidem), os quilombos eram territórios de resistência e ao mesmo tempo desenvolviam ações ofensivas contra os engenhos e fazendas da região. Para ele, a palavra quilombo é a incorporação na língua portuguesa de um termo africano que significa esconderijo. “No Brasil, se torna sinônimo de núcleo de escravos fugidos que procuram abrigo em locais de difícil acesso para neles construírem padrões africanos de organização social” (ibidem, p.32).

Para analisar a luta quilombola no estado de Mato Grosso de 1970 a 1994, faz-se necessário retornar à história da escravidão e suas mais variadas formas de resistência durante o período colonial. A formação dos quilombos no Mato Grosso está vinculada à descoberta do ouro por garimpeiros itinerantes em 1731 em torno do rio Guaporé, região sudoeste do estado, bem como à chegada dos primeiros escravos nessa região em 1752, ano da fundação da primeira capital mato-grossense – Vila Bela da Santíssima Trindade. Além do ouro, os cativos trabalhavam no cultivo da agricultura, na pecuária e na construção das obras públicas. O governo português, ao deslocar escravos para essa região e fundar a primeira capital do estado, apoderou-se das terras sobre controle do império espanhol que

estavam delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas. Nesse sentido, os escravos cumpriram três funções principais: fazer a extração do ouro, construir a capital e expandir o império português em terras de domínio espanhol.

Como nas demais regiões do país, em Mato Grosso, os escravos também resistiram à escravidão por meio das mais diversas formas de lutas, especialmente graças à organização dos quilombos. De acordo com Barros (1989, p.2), “o primeiro quilombo de Mato Grosso [de] que se teve notícia foi o de Quariterê, também referido por alguns cronistas por Quilombo das Campanhas do Rio Galera”. Quariterê ficava localizado as margens do rio Quarité ou Piolho, afluente da margem direita do rio Guaporé. De acordo com Gennari (2011), a população do Quariterê era composta por 79 negros e cerca de trinta índios, governada por uma rainha conhecida como Tereza de Benguela. A forma de organização desse quilombo era um tipo de parlamento, e a disciplina era rígida, especialmente para aqueles que colocassem em risco a segurança da comunidade, a exemplo dos desertores que, ao serem capturados, sofriam penalidades como enforcamento, fraturas nas pernas ou eram enterrados vivos.

O quilombo Quariterê foi abatido por uma poderosa bandeira pela primeira vez em 1770. Seus membros foram aprisionados e levados para Vila Bela da Santíssima Trindade, onde sofreram humilhantes e cruéis castigos em praça pública e foram marcados com ferro quente com a letra F como mandava o alvará régio. De acordo com Barros (1989), a rainha Tereza de Benguela, frente à destruição do quilombo, enlouqueceu. Presa e conduzida a então capital do estado, num gesto de extrema indignação, revolta e resistência cometeu suicídio.

De acordo com o autor, o quilombo foi reconstruído pelos quilombolas que conseguiram se embrenhar na mata e se reagrupar novamente. O novo assentamento foi denominado Quilombo do Piolho, em homenagem ao companheiro de Tereza abatido pelos bandeirantes em 1770. Em 1795, o Quilombo do Piolho foi abatido, e 54 pessoas, aprisionadas. Dessa vez, segundo Barros (ibidem), os quilombolas não foram submetidos a castigos cruéis, pois o governador João Albuquerque mandou batizá-los. Por considerar os índios e seus filhos livres, e por ver que os negros, embora escravos, estavam muito velhos, o governador os enviou, em canoas abastecidas com sementes e mantimentos, para que junto com o povo Cabixi fundassem a aldeia Carlota.

Segundo Gennari (2011), a bibliografia disponível a respeito da resistência negra em Mato Grosso é escassa, e as fontes mais consistentes informam que, no período colonial, houve três quilombos: Quariterê, Sepotuba e Rio Manso. Todos foram importantes na luta pela liberdade dos cativos, porém, é necessário lembrar que os quilombos Quariterê e do

Piolho se destacaram em relação aos demais. As razões para isso são três, além de serem os maiores do estado na época: a capacidade de resistência de seus habitantes, que enfrentaram duas vezes os bandeirantes; a larga escala de produção de alimentos (milho, feijão, mandioca, amendoim, batata, fumo, algodão, banana, ananás e a criação de galinhas) que garantia autossustentação do quilombo (no período em que a fome era generalizada na capitania, particularmente nas cidades de maior povoamento); e a capacidade de liderança de Tereza de Benguela. Essas três características, ressalvadas a demografia e a geografia, além do contexto da época, fizeram de Quariterê o “Palmares” mato-grossense.

A luta heroica do povo negro pela liberdade é secular. Mesmo com conquistas significativas como a liberdade formal em 1888, a luta continuou, pois, a concentração da propriedade, seja pública ou privada, não foi alterada ao ponto de democratizar a terra. Mudaram-se as relações de produção, sem mudar o domínio de classe. Nesse sentido, continua até os dias atuais a luta dos quilombolas mato-grossenses para defender seus territórios ou para garantir o direito de tê-los reconhecido pelo Estado – conforme determina a Constituição de 1988, aprovada no centenário da abolição, que assegurou a propriedade e reconheceu as áreas por eles ocupadas como patrimônio cultural do país.

Em relação aos quilombos no estado de Mato Grosso, Gennari (2011), analisando Seilert (2006) em pesquisa que aborda o perfil socioeconômico, fundiário e ambiental dos quilombolas de Mato Grosso, afirma que, na primeira década do século XXI, foram encontradas e registradas sessenta comunidades quilombolas com cerca de 2.500 famílias distribuídas em oito municípios, sendo eles: Acorizal, Barra do Bugres, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Entre os problemas vivenciados atualmente pelos quilombos, está o cerceamento de ir e vir; esvaziamento das comunidades provocado pelo êxodo rural; ausência de políticas públicas no âmbito da educação, saúde, eletrificação; falta de reconhecimento territorial, entre outros. Contudo, mesmo diante de tantos enfrentamentos e dificuldades, eles resistem. Nas palavras de Gennari (2011, p.77) “vitoriosos ou derrotados, grandes ou pequenos, famosos ou desconhecidos, os quilombos são o testemunho vivo de quem aceita correr o risco de desafiar uma ordem aparentemente invencível”.

## **A resistência indígena em Mato Grosso**

Para compreender os acontecimentos da história de luta e resistência dos povos indígenas em Mato Grosso, é preciso, ainda que de maneira rápida, buscar na formação social brasileira o caráter da colonização portuguesa e seu contexto. A colonização portuguesa no território que viria a ser o Brasil está situada no contexto da primeira fase de desenvolvimento do modo produção capitalista. Trata-se da fase do capitalismo mercantil, que, devido à expansão marítima e a “ocupação” do além-mar, criou as condições para a acumulação de riquezas que resultou no desenvolvimento do sistema capitalista na Europa. Tanto os bens da natureza como seres humanos eram transformados progressivamente em mercadorias.

Nesse período, a resistência ao processo de colonização se caracteriza por duas lutas fundamentais dos povos indígenas: a luta liderada pela nação indígena tupinambá contra os colonizadores portugueses, ocorrida entre 1555 e 1556, também conhecida por Confederação dos Tamoios, nome dado pelo envolvimento de outros povos indígenas; e a resistência ao Tratado de Madri (1750), assinado entre os monarcas de Portugal e Espanha estabelecendo que, para acabar com o conflito entre os dois reinados na América, os sete povos guarani das sete missões teriam que mudar para onde hoje é a Argentina. As potências coloniais foram derrotadas diversas vezes, porém, com o assassinato do seu maior líder, Sepé Tiaraju, os guaranis foram derrotados.

Após dois séculos da colonização da costa brasileira, os bandeirantes chegam pela primeira vez em território onde seria Mato Grosso, em busca de índios a serem capturados e conseqüentemente vendidos na condição de escravos para trabalhar na monocultura da cana-de-açúcar. De acordo com Siqueira (2002, p.10) “a colônia portuguesa interessava que, na colônia, fossem produzidas, em grande quantidade, produtos tropicais para serem vendidos, pela metrópole, ao mercado europeu”. Portanto, foi nessa perspectiva que as terras mato-grossenses foram alcançadas e posteriormente consideradas importantes pela coroa devido à descoberta de ouro. “Foi na busca dos índios coxiponé que a bandeira de Antônio Pires de Campos, em 1718, atingiu o rio Coxipó. No encalço dessa bandeira, veio outra, comandada por Pascoal Moreira Cabral (1719) a qual, acidentalmente encontrou ouro nas barrancas do citado rio” (ibidem, p.11).

Ao investigar-se as lutas dos povos indígenas por territórios, e tudo que isso significa para sua cultura, percebe-se que elas estão vinculadas diretamente ao enfretamento contra o projeto de desenvolvimento do capitalismo, que transforma ou tenta transformar tudo em mercadoria. Ou seja, a luta dos povos indígenas está situada no contexto da disputa entre o avanço das relações capitalistas *versus* as relações não capitalistas. Essas lutas perpassam os cinco séculos de existência do Brasil, sendo os povos indígenas de Mato Grosso os seus

continuadores. Nesse estado, a luta contra esse modelo de sociedade tem início no século XVIII e segue atualmente.

Os indígenas do estado de Mato Grosso se destacaram na luta indígena a partir de meados de 1974 no contexto da ditadura militar. De acordo com o jornal *Porantim*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), “o processo de luta dos povos indígenas do Brasil, a partir da década de [19]70, teve como protagonistas importantes os índios xavantes, do Mato Grosso” (*Jornal Porantim*, 2018, p.1). O informativo atribui o ressurgimento da luta indígena por direitos no Brasil às assembleias indígenas realizadas a partir de 1974. O levante indígena no período teve como objetivo resistir e denunciar a crescente violência e a possibilidade real de dizimação cometida contra os diversos povos.

Os povos indígenas no Mato Grosso usaram diversas táticas de lutas, incluindo o enfrentamento armado para defender suas terras, como informa o depoimento de um índio xavante no mesmo jornal: “Então eles viam o pessoal nosso reunidos em armas. Nós mesmos limpamos, engraxamos rifles e vigiamos a noite inteira até amanhecer. Com o medo que eles têm, voltaram atrás” (ibidem, p.2). A outra tática utilizada foi a luta eleitoral, com a eleição do primeiro deputado federal indígena no Brasil pelo Partido Democrático Brasileiro – PDT, Mário Juruna. Natural da Barra do Garça (MT) e cacique da aldeia xavante Namucará, ele atuou como representante no Legislativo entre 1983 e 1987.

Figura 1 – Dep. Federal Mário Juruna com o cocar na cabeça em reunião na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

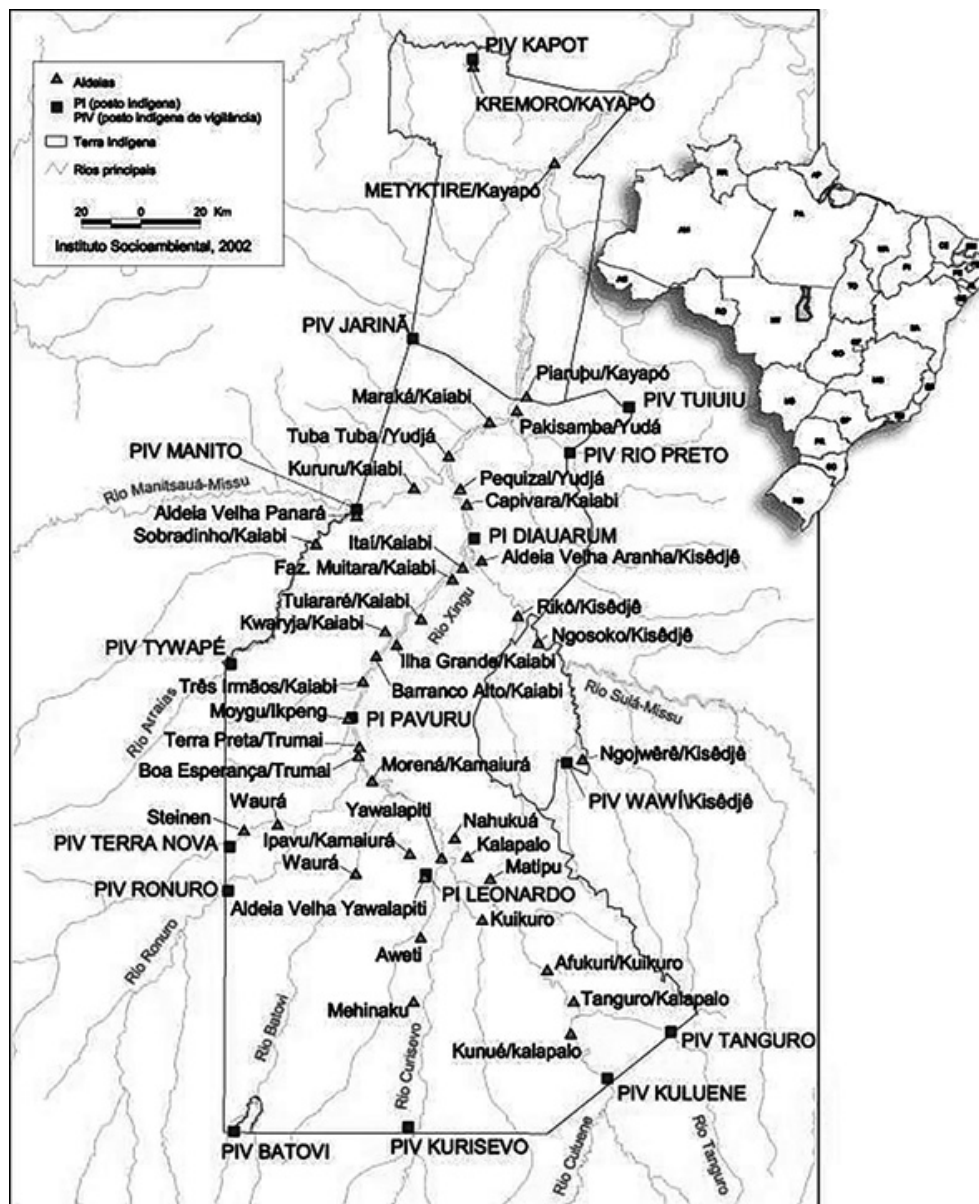


Fonte: Portal Memorial da Democracia.

A luta indígena no Mato Grosso obteve vitórias importantes como a conquista do parque indígena do Xingu, criado em 14 de abril de 1961 pelo então governo democrático de Jânio Quadros. A criação do parque aconteceu em função da resistência dos povos indígenas ao avanço do latifúndio criador de gado e a “Marcha Para Oeste” criada pelo presidente Getúlio Vargas na primeira metade dos anos de 1940, que tinha por objetivo a ocupação dos espaços “vazios” por meio da colonização.

A elaboração do projeto do parque foi feita pelo antropólogo Darcy Ribeiro, então funcionário do Serviço Nacional de Proteção ao Índio (SNPI). O parque indígena do Xingu, assim denominado a

Mapa 4 – Parque indígena do Xingu.



Fonte: adaptado de Instituto Socioambiental/ISA, 2002.

partir da criação da Funai em 1967, tem um território de 2.642.003 hectares, equivalente ao estado de Alagoas, onde vive 5.500 indígenas formados pelos povos aweti, kalapalo, kamaiurá, kuikuro, matt, mehinako, nahukuá, naruvotu, trumai, wauja e yawalapiti.

O parque tem uma diversidade de recursos naturais. Com oito rios e abarcando os biomas do cerrado e da floresta amazônica, tem um território incide sobre dez municípios da Amazônia mato-grossense. De acordo com o almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu 50 anos, o Parque Indígena do Xingu (PIX) sofreu diversos ataques de pescadores e caçadores no início da década de 1980. Já na última década do século XX,



segundo a mesma fonte, a invasão foi realizada pelos agropecuaristas por meio de queimadas para o plantio de pastagem e por madeireiros que se aproximavam dos limites físicos do parque, além da poluição das fontes de água usadas para o consumo dos povos indígenas.

Para penetrar no sul da Amazônia mato-grossense foi criada, em 1941, a expedição “Roncador Xingu”. Dela fizeram parte os irmãos Villas-Bôas e o marechal Cândido Rondon. A iniciativa tinha, entre suas tarefas, a interligação dessa região ao restante do país e a sondagem de um local no Planalto Central para onde a capital federal pudesse ser transferida. Esse período é marcado pela Segunda Guerra mundial, e temia-se que possíveis mísseis lançados do mar atingissem facilmente a capital do país, então a cidade do Rio de Janeiro. Diante do avanço de outras perspectivas de relações socioambientais em direção ao parque e das consequências advindas delas, os indígenas reagiram apreendendo um avião e exigindo respeito a sua cultura e a seu território.

Durante a ditadura militar os indígenas foram tratados como verdadeiros empecilhos para o desenvolvimento, enquanto seus apoiadores eram vistos como opositores ao regime e combatidos como tal. Na luta pela abertura democrática ao longo das décadas de 1970/80, os povos indígenas conquistaram reconhecimento social e tiveram expressivos sucessos na Constituição de 1988, a exemplo dos artigos 231 e 232 que reconhecem o modo de vida indígena e determinam a União como responsável por demarcar suas terras, bem como por garantir-lhes os direitos básicos de cidadania.

Os povos indígenas continuam resistindo à ofensiva capitalista que avança sobre seus territórios, impondo relações mercantis de produção. Uma das expressões dessa resistência é a retomada do crescimento demográfico da população indígena constatada no censo de 2010. Nele, foi confirmado um crescimento populacional de 11,4%, passando de 753 mil para 817 mil o número de pessoas que se declararam como indígenas. Em relação à população indígena no estado de Mato Grosso, o mesmo censo informa que existem 42.538 índios, o que faz do estado o sexto do país em população indígena. Os povos indígenas nesse estado estão divididos em 38 etnias que atingem 35 de seus 141 municípios.

Pode-se afirmar que o crescimento demográfico indígena é uma conquista fundamental desses povos. Porém, os desafios contemporâneos para continuarem tendo o direito de existir são gigantescos; entre eles se destacam: o envenenamento dos rios e nascentes; a perda da identidade cultural; assassinatos; queimadas; extração de madeiras e de produtos minerais; avanço da monocultura do agronegócio em torno das reservas; os arrendamentos das terras indígenas para o cultivo da soja, entre outros. Soma-se a isso a restauração neoliberal a partir do golpe político de 2016, que fez alterações na Constituição de 1988,

subtraindo direitos sociais e conquistas indígenas, como a obrigatoriedade da demarcação de terras.

## **A luta dos sem-terra em Mato Grosso**

As lutas dos sem-terra no Mato Grosso no período analisado (1970-1994) têm entre seus sujeitos a população local, particularmente imigrantes que, ao chegarem ao estado, descobriram que sua função era a de ser força de trabalho para o latifúndio. Seu papel está ligado ao desbravamento do cerrado e da floresta amazônica, bem como ao “amansamento” da terra para a criação de gado. Contribuíram, portanto, para a ampliação das cidades no interior do estado, especialmente onde estavam sendo construídas rodovias federais. Por sua vez, o Estado brasileiro via no incentivo a criação do latifúndio, na expansão da fronteira agrícola capitalista e na imigração as condições necessárias para a ofensiva do capitalismo nesse estado. A relação entre esses sujeitos é mediada pelo conflito em torno da disputa de terra e por projetos de desenvolvimento antagônicos.

Para demonstrar os acontecimentos desse período, a luta dos sem-terra ocorrida em meados da década de 1980 na região sudeste do estado será analisada. Os aspectos organizativos, as formas de lutas e as organizações nelas envolvidas, seja exercendo solidariedade seja dando a direção dessa luta, também serão investigados. Para examinar a luta ocorrida no período da reabertura democrática, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas pessoas que participaram na organização desse embate e que também desenvolveram ações de solidariedade para com os sem-terra.

A primeira entrevistada<sup>1</sup> foi irmã Irma Deemarchi da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, vinculada a diocese de Rondonópolis. Irmã Irma nasceu em Santa Catarina e, a pedido do então bispo dom Osório Stoffel, foi enviada pela sua congregação em 1977 para trabalhar na equipe de coordenação das pastorais sociais no estado do Mato Grosso, onde desenvolveu diversas ações, especialmente na Pastoral da Juventude – PJ, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e no incentivo a luta pela terra.

Deemarchi participou da primeira marcha de sem-terra de que se tem notícia em Mato Grosso, que aconteceu em 1986 após um ano de preparação feita por meio de estudo e reflexões organizados pelas CEBs via as pastorais sociais, especialmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A marcha percorreu 150 quilômetros em sete dias e teve a participação de 45 crianças. De acordo com Deemarchi, sua função era fazer a campanha do

leite junto aos produtores e transportá-lo de Rondonópolis a Cuiabá, cerca de 220 quilômetros, a fim de garantir alimentação para as crianças.

O segundo entrevistado<sup>2</sup> foi Pedro Soares Neto, conhecido como Pedrinho Sem Terra, nome popular devido ao seu envolvimento na luta pela terra nessa região. Pedrinho é cearense e em 1958, aos 6 anos de idade, mudou-se juntamente com seus familiares para o município de Jaciara. Pedrinho é camponês e tem profundo conhecimento dessa região, especialmente da constituição do latifúndio e da luta pela terra. Em Jaciara, envolveu-se nas CEBs e na luta por um movimento sindical dos trabalhadores rurais combativo, realizando esforços em defesa dos direitos dos trabalhadores do corte da cana e em torno da elaboração da Constituição de 1988, além de ter participado diretamente nas empreitadas em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do Movimento Popular de Saúde (Mops), bem como nas lutas em defesa da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e das passagens de ônibus gratuitas para aposentados.

Figura 2 – Pedrinho Sem Terra.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

De acordo com Pedrinho, a marcha saiu do município de Jaciara com a participação de cem pessoas, a maioria migrante. Durante o percurso, houve solidariedade da Igreja católica e de muitas pessoas, que ao verem o sacrifício dos sem-terra, contribuía com alimentos, sapatos, roupas, filtros solares, televisores, dinheiro, entre outros.

A preparação das famílias para lutar pela terra durou em torno de dezoito meses, sendo que no primeiro momento, segundo Pedrinho, foi organizado e preparado um grupo de dez pessoas de extrema confiança, afinal, “mesmo estando no período de abertura democrática, as práticas autoritárias estavam em vigor” e o governador de Mato Grosso Júlio Campos, do

Partido Democrático Social (PDS) era – e até hoje é – um dos maiores latifundiários do estado.

Deemarchi analisa que a preparação do pessoal foi feita a partir da reflexão crítica do evangelho. Nessa mesma perspectiva, Pedrinho conta que usavam textos bíblicos que contavam a história da luta pela terra, como a de Moises e de Abraão. “As reuniões eram feitas nas casas das pessoas e com pouca gente. Somente quando atingimos o número maior de pessoas é que as reuniões se tornaram públicas”.

Figura 3 – Chegada da marcha na capital mato-grossense.



Fonte: Arquivo pessoal da irmã Irma Deemarchi, 1986.

Em relação às formas de lutas, quando questionado sobre a origem da ideia de fazer a marcha, Pedrinho afirma que a preparação inicial das famílias era para ocupar um latifúndio na região. Todavia, ao apresentar essa proposta para o bispo dom Osório, foi aconselhado a evitar a ocupação, tendo em vista a possibilidade de mortes – depois de algum tempo, ficaram sabendo que no latifúndio pretendido trabalhavam doze pistoleiros.

Tomada à decisão de fazer a marcha, o bispo viabilizou o acolhimento das famílias na paróquia do Rosário São Benedito em Cuiabá, onde foram acolhidas pelo padre José Ten Cate. A partir dessa paróquia eram realizadas as negociações com o Incra. De acordo com

Pedrinho, padre José Ten Cate, preocupado com a segurança das lideranças, alojou aquele grupo de dez pessoas em local seguro dentro da igreja.

Pedrinho conta que a marcha estava organizada por meio de uma coordenação que tinha como membros aquelas dez pessoas que foram preparadas ao longo do ano de 1985 e que exerciam também a função de negociar junto ao Incra, além de outras duas equipes de comunicação e de alimentação. Para as pessoas idosas ou para aquelas que não aguentavam mais caminhar, havia transporte até o acampamento.

Em relação às desistências, Pedrinho informa que, durante a marcha, um grupo de seis pessoas foram atraídas para comprar terras griladas em Pontes e Lacerda. Ao chegarem ao município, perceberam que estavam numa emboscada; após pagarem pela suposta terra, três delas foram assassinadas e as demais foram torturadas com ponta de cigarros e com canos de carabina quente. “Eu vi numa única pessoa dezessete queimaduras provocadas pela ponta do cano de carabina, pareciam perfurações”, conta ele. De acordo com ele, os sem-terra reagiram e organizaram uma emboscada que consistia em deixar as redes armadas sem ter pessoas dentro. Os pistoleiros, ao verem as redes, fizeram vários disparos; ao cessarem os tiros, os sem-terra revidaram de outro local, surpreendendo-os.

Após uma semana de marcha, os sem-terra, com algumas desistências e perdas, chegaram à capital e alojaram-se na paróquia do Rosário e São Benedito. Estabeleceram negociações com o Incra e finalmente conseguiram a instalação de 72 famílias no assentamento Novo México, município de Colíder, que fica a 631 quilômetros de Cuiabá.

De acordo com Pedrinho, a situação da infraestrutura, da saúde e da educação era precária. Mais uma vez, o apoio, agora para produzir, veio da diocese de Rondonópolis, que deu as seguintes contribuições: cada família recebeu uma vaca, cinco galinhas e um casal de suínos; para cada cinco famílias, foi doado um touro reprodutor. Segundo relatos dos entrevistados, a maioria das famílias, mesmo tendo recebido o apoio da diocese, não conseguiu permanecer na terra devido às condições muito difíceis para atendimento das necessidades básicas, bem como para comercialização da produção.

Questionada sobre as lutas desenvolvidas nesse período em comparação às lutas desenvolvidas pelo MST, irmã Deemarchi respondeu: “Não tenho muito conhecimento das diferenças pelo fato de não ter participação direta nas lutas do MST, mas posso afirmar que ele é persistente, resistente, com luzes, movimento forte que luta pelas causas das pessoas que mais precisam.

Pedrinho Sem Terra, que recebeu o MST no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em 1995, faz um paralelo entre a luta que ele ajudou organizar e o MST, e afirma que “A luta do MST é grande, que faz mais luta e é maior a organização, na época nosso

movimento era pequeno. O MST fecha BR, ocupa prédios públicos, secretarias, departamentos/setores, comunicação e tem preocupação para depois da conquista da terra”.

Outras diferenças das lutas predecessoras em relação ao MST no estado podem ser acrescentadas. Uma delas é a autonomia política frente às igrejas, aos partidos políticos e aos sindicatos. Outras são seus princípios organizativos e seus principais objetivos: terra, reforma agrária e transformação social. Além disso o MST tem concepção e cuidado na formação de militantes e quadros, formas diferenciadas de lutas, uma simbologia própria e uma organização nacional com articulação internacional, entre outros aspectos.

## **A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de Mato Grosso 1995-2018**

Para compreender a formação do MST no estado de Mato Grosso, faz-se necessário contextualizar a fase de desenvolvimento do capitalismo do período, bem como buscar na história do MST nacional as diversas fases da sua espacialização e territorialização. A partir dessa perspectiva histórica, é possível assinalar a construção deste movimento no estado.

Fernandes (2000) situa o nascimento do MST na perspectiva da luta e da resistência camponesa no Brasil e analisa as diversas fases de formação do movimento no país, tendo no contexto histórico de cada fase a principal referência. O autor denomina como gestação do MST o período de construção dos princípios organizativos e as experiências de lutas realizadas nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, nos anos de 1979 até 1985. A segunda fase da formação analisada pelo autor é a sua territorialização no período de 1985 a 1990, que inclui sua ampliação para a região Nordeste, além dos estados de Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Para ele, essa fase é marcada pela conquista da autonomia, pelo reconhecimento do movimento, pela elaboração das linhas políticas e, principalmente, pela construção da estrutura organizativa. A terceira fase de formação acontece entre os anos de 1990 e 1999 e é denominada por Fernandes (ibidem) como processo de territorialização e de institucionalização. Nesse período, o MST se expande para os estados do Pará e do Mato Grosso, além do Distrito Federal (ibidem).

De acordo com o autor, a ocupação de terras está na gênese do MST, sendo essa a principal forma de luta que tem permitido o acesso de milhares de famílias a conquista da terra. Para ele, é impossível conhecer a formação do movimento sem entender a ocupação da terra, tendo em vista que “o MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos

processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi à ocupação” (ibidem, p.19). A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para o MST, a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado.

A formação do MST no estado de Mato Grosso (1995-2018) tem sua origem no contexto de difusão do neoliberalismo iniciado com o governo Fernando Collor de Melo e aprofundado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa fase de desenvolvimento do capitalismo se caracterizou por um amplo programa de privatizações, desemprego em massa e massacres de sem-terra. Dois dos casos mais emblemáticos são o do massacre de Corumbiara no estado de Rondônia, ocorrido em agosto de 1995 com o assassinato de nove trabalhadores, e do massacre em Eldorado dos Carajás, ocorrido em de abril de 1996, onde foram assassinados dezenove trabalhadores sem-terra.

Nesse período, o contexto político estadual do Mato Grosso estava favorável à formação do MST, pois o arco de alianças em torno de Dante de Oliveira, na época governador do estado, envolvia os partidos de centro e de esquerda. Além disso, Dante estava vinculado ao PDT de Leonel Brizola e não tinha vínculos orgânicos com os latifundiários, ao contrário da oligarquia Campos que até então detinha a direção do estado.

A política neoliberal implementada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso teve duas contradições que favoreceram a instalação do MST em Mato Grosso. Primeiro foi a forte crise econômica que atingiu diretamente os proprietários de terras, em especial, os proprietários com até 5 mil hectares, o que contribuiu para uma maior oferta de terras para assentamentos de reforma agrária, pois além da pressão exercida pelo MST por meio das ocupações massivas, o Incra era o único comprador de terras nesse período. A segunda contradição foi o desemprego massivo que potencializou as ocupações. Frente ao desemprego crescente, as famílias principalmente da zona urbana viram no MST a possibilidade de retorno ao campo, dessa vez na condição de assentadas; era uma oportunidade não só de resolver o problema do desemprego, mas também da moradia e da redução do custo de vida.

Outro aspecto externo ao movimento que contribuiu para sua formação foi a solidariedade de diversos setores organizados da sociedade mato-grossense como a diocese da de Rondonópolis, que tinha à frente o saudoso bispo dom Osório Stofell, além de vários padres e das irmãs catequistas franciscanas. Na região de Cáceres, o MST recebeu o apoio das CEBs e, em Cuiabá, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, além de contar com o



apoio decisivo da paróquia São Benedito, por meio do padre José Ten Cate, que conhecia o movimento desde a sua participação no primeiro Congresso Nacional do MST em 1985.

Nessa construção do MST/MT, também houve a solidariedade de pessoas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), bem como de professores e do Movimento Estudantil da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e da Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat). É importante ressaltar ainda a imprescindível contribuição do Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, da diocese de Rondonópolis, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação (Sintep), do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de diversas pessoas que, de maneira individual, contribuíram decisivamente para que o MST conseguisse se fixar neste estado (Scarabeli, 2014).

O MST organiza-se no Mato Grosso a partir da necessidade demandada pelos movimentos populares; estes percebiam que a luta pela terra era crescente, porém feita por movimentos isolados. A concentração da terra no estado tem duas principais origens: a) expropriação de terras indígenas feita de maneira particular por empresas de colonização, bem como pela colonização oficial realizada pelo Incra; e b) prática da grilagem graças a expulsão e assassinato de pequenos posseiros. Para Fernandes (2000), uma das principais políticas de colonização realizadas pelo Incra foi à colonização dirigida objetivando trazer para Mato Grosso e para a região amazônica camponeses das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país. O que estava por trás dessas ações era conter a luta pela reforma agrária e evitar a organização dos camponeses nessas regiões.

De acordo com Fernandes (2000, p.214), tais políticas de colonização não resolveram os problemas da falta de terra para os camponeses mato-grossenses e imigrantes. Uma parcela significativa das pessoas voltou para seu estado de origem, como foi o caso das 252 famílias da Encruzilhada Natalino de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, trazidas para Mato Grosso na segunda metade da década de 1970. Essas medidas tinham entre seus objetivos a expansão da fronteira agrícola do capitalismo e o controle das lutas pela terra. Portanto, a gestação do que viria a ser o MST no Mato Grosso tem como principal causa a crescente concentração de terra e a intensificação das lutas isoladas.

Em 1994, o MST nacional, levando em consideração a situação da luta de classes no Mato Grosso, decide organizar o movimento nesse estado. O primeiro semestre de 1995 foi o período de estudo sobre as organizações que faziam a luta pela terra, bem como do perfil socioeconômico dos sem-terra de Mato Grosso. A primeira tarefa foi organizar os acampamentos existentes como resultado das lutas isoladas. Do ponto de vista organizativo, foi feita uma reunião com todas as famílias acampadas e, posteriormente, eleita uma

coordenação provisória para os acampamentos; além disso, também foi realizado o planejamento das próximas ações e escolhida a grande região onde seria feita a primeira ocupação para construir o MST no estado.

A região Sudeste foi escolhida para receber esta ação, por ser um lugar onde o capitalismo no campo estava mais avançado, principalmente por parte da família Maggi, que cada vez mais ampliava o cultivo de soja na região. Como é próprio do capitalismo, à medida que ele se desenvolvia, gerava riqueza de um lado e pobreza do outro, abrindo espaço para o MST se configurar como saída para os problemas do desemprego, da moradia, da falta de alimentação, entre outros. Ou seja, a contradição deste modelo de desenvolvimento, apesar de seu poder, preparou um “terreno fértil” para massificar a primeira ocupação organizada pelo MST.

O MST enfrentou muitas dificuldades para se instalar nesse estado, devido à forma de organização personalizada das organizações isoladas, que além de estarem agrupadas de maneira individual em cada acampamento, ainda mantinham interesses eleitorais e financeiros. Os obstáculos eram agravados pela falta de clareza de projeto político para o campo mato-grossense. Fernandes (ibidem), exemplificando essa questão, afirma que o MST, com sua forma de organização descentralizada, propõe a um grupo de 150 famílias de um movimento isolado participar conjuntamente de uma grande ocupação. A proposta, contudo, foi infrutífera e acabou prejudicando o trabalho realizado nas comunidades. A liderança desse grupo isolado argumentava que assentar 150 famílias já era difícil, assentar mil famílias era impossível. De modo que tentaram desarticular os trabalhos que o MST já havia realizado. Contudo, pela consistência do trabalho de base, da mística construída, a intenção do grupo fracassou e o movimento continuou organizando as famílias para a sua primeira ocupação no estado (ibidem, p.217).

As lideranças desses acampamentos isolados sentiram-se ameaçadas pela forma organizativa do MST, que tinha nos núcleos de base seu principal espaço de participação, formação de novos militantes e tomada de decisões. Diante dessa ameaça, os líderes dos acampamentos não permitiram que os membros de suas coordenações continuassem participando das reuniões e de outras atividades do movimento. Frente a esse boicote, a militância do MST decidiu se organizar a partir de uma ocupação na região sudeste do estado, onde fosse possível implementar a organicidade, os princípios organizativos e formação do movimento.

Mesmo enfrentando dificuldades no trabalho de base devido ao desgaste provocado pelas formas oportunistas de fazer a luta pela terra, após três meses, vários encontros regionais e municipais de formação de lideranças sem-terra, planejamento e articulações

políticas na região sudeste e em Cuiabá, o MST realizou sua primeira ocupação no estado do Mato Grosso no dia 14 de agosto de 1995, na Fazenda Aliança, município de Pedra Preta, com aproximadamente 1.100 famílias.

Figura 4 – Primeira ocupação do MST no estado do Mato Grosso.



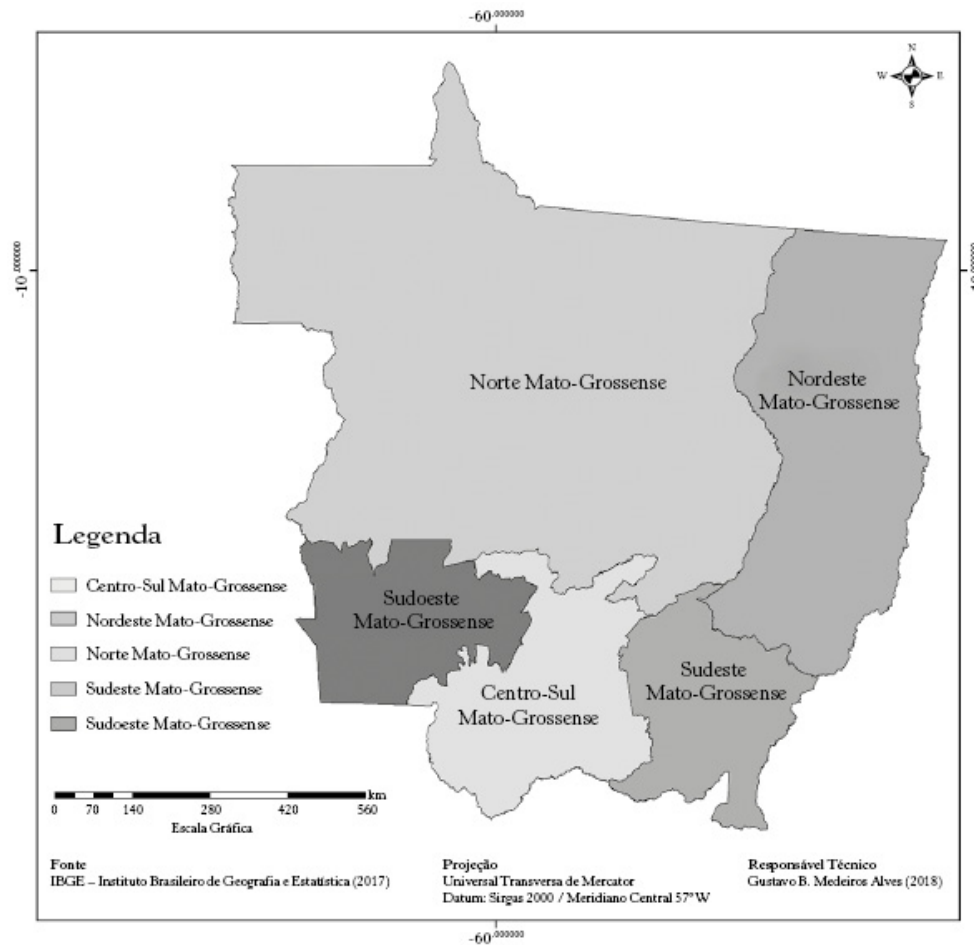
Fonte: Arquivo do MST/MT, 1995.

O acampamento foi batizado com o nome Zumbi dos Palmares e representou a inauguração de uma nova forma de luta pela terra no estado. A bandeira do MST foi hasteada pela primeira vez num latifúndio em Mato Grosso (Scarabeli, 2014).

Com esse ato, o MST contradiz o argumento daqueles que defendiam não haver terras na região para fazer assentamentos. Além de cortar as cercas do latifúndio, o movimento quebrava o discurso político dos latifundiários, que sempre se organizaram para rechaçar as ocupações e a luta pela terra naquela região. O questionamento da realidade estava colocado. Daquele momento em diante, o MST procurou a negociação em busca de uma solução para seu problema. No processo de ocupação, representantes de várias instituições compareceram para apoiar a luta. As famílias contaram com a presença de estudantes e professores universitários, de deputados do PT, de presidentes de sindicatos, agentes de pastorais, bispos, padres e freiras da CPT e entidades de direitos humanos (Fernandes, 2000).

O Mapa 5 apresenta as mesorregiões de Mato Grosso; em verde, a região sudeste onde o MST demarcou seu primeiro espaço de territorialização no estado.

Mapa 5 – As cinco mesorregiões de Mato Grosso.



Pode-se afirmar que esta primeira ocupação organizada pelo MST em Mato Grosso inaugurou uma nova fase na luta pela terra e pela reforma agrária, contribuindo com elementos novos como a ocupação massiva, o trabalho de organização e formação de base, a organicidade interna dos acampamentos sem espaço para liderança, e sim para as equipes, núcleos, setores e instâncias organizativas. A natureza de um movimento espalhado por todo o país e com forte articulação nacional e internacional foi outro elemento novo que demarca essa nova fase da luta em Mato Grosso.

A primeira ocupação demarcou um momento decisivo para o MST, evidenciar todos os meios para evitar a violência, manter o acampamento e obter conquistas eram as condições necessárias para que ele se territorializasse. Por isso, foi adotada uma nova tática de

negociação com os governos. Fernandes (ibidem, p.217) faz uma análise sobre esse momento e sobre o método usado nesse período.

A forma de organização e o conjunto dos apoios colocavam critérios para a negociação. Não era um grupo isolado de um movimento espontâneo. Era um movimento organizado e aquela ocupação marcava o início de seu processo de territorialização no estado. Por essas razões, aquela luta precisava triunfar. Do mesmo modo que o latifúndio estava em questão, a vida do movimento também estava.

A ocupação da Fazenda Aliança, latifúndio de 6 mil hectares, foi uma ação ousada, por duas razões: a primeira é que essa propriedade era do tesoureiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma organização de latifundiários similar à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e à União Democrata Ruralista (UDR). A segunda razão é que, no dia 9 de agosto, cinco dias antes da ocupação, ocorreu o massacre de Corumbiara (RO), quando foram assassinadas nove pessoas, entre elas uma criança. A avaliação era de que, com a divulgação do massacre, as famílias ficariam amedrontadas e não iriam para a ocupação. O trabalho de base tinha se encerrado, porém o método de trabalho de base orientava que as famílias deveriam deixar concentradas em uma casa de cada bairro ou comunidade as coisas que usariam durante o período do acampamento. Uma equipe de militantes percorreu, então, todas as casas e viram que nenhuma família tinha ido buscar sua pequena mudança; isso, além de provar que o trabalho de base fora bem-feito, deu segurança para realizar a ocupação (Scarabeli, 2014).

Durante o trabalho de base, houve diversas ações de intimidação e desmobilização das famílias, muitos usaram o massacre de Corumbiara para intimidar os sem-terra. Como essas medidas não surtiram os efeitos esperados, o ataque veio após a realização da ocupação, através dos meios de comunicação, em especial as rádios, que atingiam as famílias acampadas de maneira mais fácil. A Rádio Club de Rondonópolis causou medo e terror, informando as famílias acampadas que estavam sendo construídos caixões suficientes para enterrar todos que ocupavam a Fazenda Aliança. Vivia-se o contexto do massacre de Corumbiara, então a rádio tentou usar o acontecimento para intimidar os acampados, criando assim um terror psicológico com o intuito de desocupar da fazenda (ibidem).

Não há dúvida de que a ocupação da Fazenda Aliança foi uma ação profissional, na qual foram consideradas todas as possibilidades. Portanto, mesmo diante do terror produzido pela imprensa, os trabalhadores mantiveram a organicidade e a unidade interna, condição necessária para a resistência. Devido à possibilidade de reintegração de posse, o movimento foi apoiado por várias personalidades e por diversos setores políticos, religiosos e sindicais, que desenvolveram um conjunto de atividades de solidariedade e de denúncia

no Brasil e no exterior com o objetivo de postergar ao máximo a reintegração de posse e, ao mesmo tempo, evitar medidas violentas por parte do Estado.

A partir dessa campanha de solidariedade e da repercussão nos diversos meios de comunicação, a juíza da comarca de Pedra Preta, dr.<sup>a</sup> Sonia Borges, passou a receber fax, telegramas, telefonemas e visitas de personalidades nacionais e internacionais que a forçaram a visitar o acampamento, reunir-se várias vezes com as famílias e evitar a concessão da reintegração de posse por vinte dias. Enquanto as reuniões aconteciam com a juíza, eram realizadas também audiências com o governador Dante de Oliveira. As reivindicações principais dos coordenadores do movimento eram o não uso da violência num possível despejo e assentamento de todas as famílias acampadas. De acordo com Fernandes (2000, p.217),

Depois de vinte dias de negociação, a juíza deu a liminar de reintegração de posse. Nesse tempo, em um acordo assinado pelo MST, pelo governo estadual e pelo Incra, ficou decidido que o acampamento seria transferido para uma área do estado, de sessenta hectares, no município de Rondonópolis. Antes, os termos do acordo foram apresentados às famílias que, em assembleia, os aprovaram.

Os pontos acordados com as famílias como condição para desocupação da fazenda foram: a) realizar vistorias na Fazenda Aliança e em outras áreas da região indicadas pelo MST; b) assentar todas as famílias na região em seis meses; c) fornecer alimentação para o acampamento por meio de cestas básicas para todas as famílias até a conquista do assentamento; d) fornecimento de lonas pelo governo do estado para instalação do novo acampamento, bem como a garantia de água potável; e) remuneração dos professores que trabalhassem de forma interina nas escolas improvisadas dentro do acampamento (ibidem).

As famílias sem-terra garantiram o acordo desocupando a fazenda e indo para uma área da Empresa de Assistência e Extensão Rural (Empaer), porém o governo do estado e o Incra não garantiram sua parte no acordo. Para Fernandes (ibidem, p.2018), o não cumprimento do acordo por parte do governo provocou a reação dos trabalhadores sem-terra.

Todavia, o Estado não cumpriu a sua parte. Passaram-se os seis meses e as vistorias não foram concluídas, não entregaram o número de rolos de lona que constava no acordo, a água que levaram para o acampamento não era apropriada para o consumo, causando problemas de saúde, principalmente nas crianças, e as cestas básicas não eram suficientes. Por todas essas razões, as famílias resolveram iniciar um processo de luta permanente. Bloquearam a rodovia, reivindicando ao governo que cumprisse com os acordos firmados e ocuparam a sede do Incra em Cuiabá. Muitos trabalhadores foram ameaçados de morte pelos latifundiários, que pressionavam o governo para não implantarem nenhum assentamento na região.

Ao mesmo tempo que esse conjunto de ações estava sendo desenvolvido na região sudeste, uma equipe de militantes, convidados e apoiados pelos sindicatos dos trabalhadores

rurais (STRs) e pelas CEBs dos municípios de Cáceres e Rio Branco, deslocou-se para as regiões sudoeste e centro-sul do estado e iniciaram as articulações com os setores organizados de sete municípios dessas regiões. Ao final de 1995, essa equipe realizou a primeira reunião de base no município de Curvelândia, há sessenta quilômetros da cidade de Cáceres. Participaram cerca de 260 sem-terra. A expectativa e a necessidade de ter a terra fizeram com que algumas dessas pessoas percorressem até 65 quilômetros de bicicleta para participar da reunião, realizada na casa de um dos membros do STR de Cáceres.

No desenrolar dessa reunião, os militantes com objetivo de saberem sobre a existência de latifúndios naquela região, perguntaram para as pessoas ali presentes se haviam grandes fazendas naquele entorno; a resposta foi imediata: informaram que ali próximo havia a fazenda Prata, com 12 mil hectares. O proprietário morava em São Paulo e mantinha relações de trabalho análogo à escravidão. A reunião foi encerrada com muita animação e com o agendamento dos próximos encontros para o início de 1996. Conforme o combinado, as reuniões foram retomadas em fevereiro de 1996, com a participação de muita gente impulsionada pela necessidade e pelo trabalho de base já realizado pelos STRs e pelas CEBs.

A reação dos latifundiários e seus apoiadores aconteceram na mesma proporção que na região sudeste. O proprietário da fazenda Prata mobilizou a polícia militar, que passou a fazer a segurança da fazenda. Além disso, o Sindicato Rural do município de Cáceres se reunia constantemente para planejar e executar ações de contenção ao surgimento do MST na região. O major da PM na região foi à imprensa intimidar os sem-terra, informando que quem participasse da “invasão” organizada pelo MST seria preso. O executor da unidade avançada do Incra, vinculado ao PMDB, noticiou através da imprensa que não era necessário participar da invasão, pois iria assentar mil famílias na região. A oligarquia Lacerda (PMDB) fez reuniões em vários municípios para desmobilizar os sem-terra. A contratação de pistoleiros para matar os militantes e intimidar os aliados foi constante.

Fernandes (ibidem, p.19) descreve esse momento e o motivo da reação dos latifundiários: “Com o crescimento da forma de organização do MST, constantemente, alguns militantes passaram a ser ameaçados de morte”. Pistoleiros foram contratados pelos latifundiários para fazer a “limpeza da área”. As organizações da região desenvolveram ações de solidariedade e de denúncia sobre essa situação e a imprensa teve que divulgar, fazendo os latifundiários recuarem de seu plano. A preparação da segunda ocupação teve a participação da primeira “safra” de militantes do Mato Grosso.

Apesar da ofensiva dos latifundiários, o trabalho de base estava consolidado. Após o término das reuniões de base, foi realizado o último encontro regional na cidade de Cáceres

para estudar a conjuntura, receber as palavras de incentivos dos apoiadores e avaliar o trabalho feito. Na avaliação, constatou-se que cerca de 2.350 famílias tinham participado das reuniões nos sete municípios e estavam dispostas a participar da ocupação. Até aquele momento, entretanto, nem as famílias nem os apoiadores sabiam a data ou a hora em que a ocorreria, sequer o latifúndio a ser ocupado.

Diante desse segredo, os latifundiários ficaram desesperados e, como última tentativa para impedir a ocupação, mobilizaram cerca de cinquenta policiais militares. Durante três dias, estes fizeram ofensivas no distrito de Caramujo e na cidade de Rio Branco, de onde viria o maior número de famílias para a ocupação, realizando abordagens e vistorias nos veículos que circulavam na região. Uma equipe de militantes que fazia uma vistoria nos latifúndios da região passou por um dos locais de abordagem, mas não foram parados, pois estavam em um veículo da Empaer cedido pelo coordenador regional, um defensor da reforma agrária.

A expectativa para realização da ocupação era grande, era o assunto principal na região. Se os latifundiários viam nela uma ameaça a sua condição de dominação, os sem-terra a encaravam como possibilidade de conquistar a terra, viver com dignidade e construir sua liberdade. Era abril de 1996 e o Domingo de Páscoa estava próximo, as lonas e outros utensílios para construir os barracos, além da alimentação, estavam concentrados em diferentes casas de cada bairro ou comunidade para facilitar a agilidade do transporte. A ocupação aconteceu no dia 8 de abril na fazenda Santa Amélia, município de Cáceres. Fernandes (ibidem, p.219) assim descreve a segunda ocupação do MST/MT:

No dia 8 de abril, 1.503 famílias ocuparam a fazenda Santa Amélia no município de Cáceres e criaram o acampamento Margarida Alves. A liminar de reintegração de posse saiu imediatamente, e mais uma vez o MST reivindicou a presença do governo estadual e do Poder Judiciário para discutir o destino das famílias. O vice-governador Marcio Lacerda estava no poder. Era um político populista, natural de Cáceres e prometera uma solução para as famílias. Pouco mais de uma semana depois da ocupação aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará. Todos esses fatos eram referências para que o estado evitasse a repressão contra os sem-terra e formalizasse um processo de negociação para o assentamento das famílias.

A ocupação da fazenda Santa Amélia foi a maior ocupação do MST no Mato Grosso em seus 26 anos de existência. Mesmo com a tentativa dos fazendeiros da região de impedir que os caminhões levassem as famílias, nos três primeiros dias chegaram 1.503, muitas eram de trabalhadoras da usina de açúcar e álcool Cooperb, situada no município de Lambari D'Oeste. Durante vários dias, a usina não encontrou trabalhadores para o corte da cana, pois todos foram para a ocupação, e teve dificuldade para manter seu funcionamento nesse período.



A ocupação massiva, os apoios ao MST e o massacre de Eldorado dos Carajás criaram um contexto favorável à resistência. Frente à intransigência do poder judiciário em autorizar a reintegração de posse, a saída foi a construção do diálogo com o governo interino de Marcio Lacerda, então vice-governador de Dante de Oliveira. De acordo com Fernandes (ibidem, p.219), os fatos foram:

Como a negociação não avançava na direção de uma possível solução, o movimento solicitou ao vice-governador que convencesse o fazendeiro a ceder uma área de 10 hectares, onde estava localizado o acampamento, para que as famílias permanecessem até que fossem assentadas. As organizações de apoio também participavam das reuniões, fortalecendo as relações entre trabalhadores sem-terra e as instituições competentes para resolver o problema. Assim, foram todos negociar com o fazendeiro: o vice-governador, seu secretariado, parlamentares e também o bispo da região.

A estratégia estava clara para o MST, além de poucos policiais para executar o despejo (nesse período o estado do Mato Grosso contava apenas com cerca de 5 mil policiais), se o governador não autorizasse o envio da polícia, não haveria despejo e o proprietário corria o risco de ficar sem a propriedade. Fazia parte da estratégia manter a organização e a unidade do acampamento, pois essa era uma condição necessária para ampliar a territorialização do movimento no estado. O local escolhido era estratégico: estava localizado ao lado da BR 364, sentido Cuiabá – Porto Velho, a 28 quilômetros de Cáceres, facilitando o contato com a sociedade e trancamentos da rodovia, que aconteceram diversas vezes. Finalmente, as famílias conseguiram um acordo que estabeleceu o assentamento delas em seis meses, o proprietário retirou o pedido de reintegração de posse e, após esse período, elas desocupariam a área. Essa primeira conquista foi importante, pois permitiu a existência do acampamento sem desgastes e possibilitou a continuidade das negociações. Porém, novamente, o governo e o Incra não cumpriram o acordo. O MST ocupou, então, a rodovia e os prédios do Incra por várias vezes, mas o descumprimento do acordo continuava. Como essa forma de luta não alcançou os objetivos almejados, o movimento, após discutir a situação com organizações aliadas, decidiu agir de outra maneira: uma grande marcha em direção a Cuiabá, com as famílias organizadas nas três regiões, foi programada.

Fernandes (ibidem, p.220) enumera a importância deste ato e alguns de seus desdobramentos:

No dia 17 de julho de 1996, as famílias acampadas iniciaram as marchas rumo a capital do estado. Foram 950 pessoas do acampamento Margarida Alves e 450 pessoas do Zumbi dos Palmares, que caminharam 250 quilômetros cada grupo. O objetivo era de se encontrarem na entrada de Cuiabá para realizarem uma grande manifestação, exigindo que o governo do estado e o Incra cumprissem com os acordos firmados. As caminhadas foram fatos novos no estado e chamou [sic] a atenção da sociedade. A população da cidade pode acompanhar diariamente o drama e o sacrifício das famílias. A marcha que vinha de Rondonópolis sofreu um atentado. Uma caminhonete F-4000 atropelou e matou o trabalhador Geraldo Pereira Andrade. Por causa desse acontecimento, as duas caminhadas

pararam e fecharam as rodovias até que fosse preso o motorista, o que aconteceu no mesmo dia. No dia 31 de julho, as duas marchas se encontraram na entrada da cidade de Cuiabá. Manifestaram para a sociedade os descasos do governo com relação a reforma agrária. O governo do estado alegava que a questão não era de sua competência. O Incra não viabilizava os assentamentos porque não tinha interesse em implantar assentamentos naquelas regiões. Propunha levar as famílias para as regiões norte e nordeste do estado.

A marcha foi, até então, a maior ação estadual de visibilidade e de sensibilização da opinião pública mato-grossense. Ao chegarem a Cuiabá, os marchantes estavam com o moral elevado, graças ao sentimento de dever cumprido e ao apoio conquistado durante os quatorze dias de caminhada. Agora era necessário aproveitar o contexto criado com essa luta e transformá-lo em conquistas de terras para as famílias. Elas definiram que só iriam embora da capital se fossem para os assentamentos definitivos, conforme o governo já havia prometido, e, para alcançar este objetivo, ocuparam o Incra.

A partir dessa determinação, as famílias começaram a colher os resultados das lutas. As áreas começaram a ser liberadas para que fossem morar de forma definitiva. Primeiramente, foram assentadas as famílias da região sudeste na fazenda Santa Maria, município de Juscimeira. Em homenagem ao companheiro assassinado durante a marcha, esse assentamento foi batizado de Geraldo Pereira de Andrade. Conforme as áreas iam sendo liberadas, o sorteio era feito no acampamento em Cuiabá e as famílias seguiam em comboio direto para o local designado.

A maioria das famílias das três regiões que estavam acampadas foi assentada, restando apenas um pequeno grupo do acampamento Margarida Alves, que, ao retornar para Cáceres, ocupou a unidade avançada do Incra nesse município. Afinal, foram assentados depois de quarenta dias. Em outubro de 1996, o MST comemorava o assentamento de todas as famílias acampadas em dezesseis áreas conquistadas nas regiões sudeste, sudoeste e centro-sul de Mato Grosso. Nesse período, os proprietários ofertaram vinte áreas para o Incra, porém a escolha era feita pelas famílias acampadas a partir de alguns critérios como: a área deveria ser na região de origem das famílias, ter boa fertilidade, abundância de água e ser próxima da cidade. Muitas áreas ofertadas não foram aceitas pelas famílias por não estarem nos critérios estabelecidos pelo movimento.

Enquanto eram transferidas as famílias para os vários assentamentos conquistados, o MST ampliava sua territorialização na região sudoeste do estado, realizando a primeira concentração por reforma agrária no dia 9 de outubro de 1996, às margens da rodovia estadual 358, município de Nova Olímpia. Essa manifestação foi organizada pelos militantes formados nas duas primeiras ocupações e teve a participação de mil famílias.

A mobilização deveria acontecer em uma área doada pelo vice-prefeito de Tangará da Serra. Contudo, na véspera, o proprietário da área, pressionado pelos latifundiários e pelo

Partido da Frente Liberal (PFL) recuou do combinado e não permitiu que a concentração acontecesse na área doada para essa finalidade. As famílias estavam há meses se preparando para essa ação, com transporte e alimentação organizados. A saída, portanto, foi fazer a concentração às margens da rodovia. Esse terceiro acampamento organizado pelo MST no Mato Grosso recebeu o nome de Antônio Conselheiro.

Na tentativa de evitar acidentes, foram colocados ao longo da rodovia placas de sinalização e quebra-molas. Porém, na noite do dia 16 de outubro de 1996, uma carreta-tanque desgovernada pelo fato de o motorista ter dormido ao volante entrou no acampamento passando por cima de diversos barracos e matando cinco trabalhadores que estavam dormindo. Diante desse triste acontecimento, as famílias fizeram diversas lutas e solicitaram ao governador uma área de terra mais segura para transferir o acampamento, tendo em vista que, devido a não realização da reforma agrária, foram obrigadas a ocuparem as margens da rodovia.

Após esse período de comoção, de negociações e lutas, o acampamento foi transferido para uma área de 20 hectares de propriedade de Olacyr de Moraes, que tinha interesse em negociar algumas de suas fazendas com o Incra. A área indicada pelo MST foi a fazenda Itapirapuã, com 37 mil hectares, que, após vistoria do Incra, teve sua improdutividade constatada. As famílias foram transferidas para o local em forma de comodato e, posteriormente, em 1998, assentadas. O assentamento Antônio Conselheiro é considerado um dos mais extensos do Brasil, pois abrange os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres, conta com 999 famílias assentadas e mais de 4 mil moradores.

A necessidade de ampliar a territorialização e consolidar o MST, além do aumento da procura por parte dos sem-terra para participarem do movimento, impulsionou a promoção de duas ações massivas de luta pela terra. No dia 17 de março 1997, no contexto da realização da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, o MST do Mato Grosso fez duas ocupações simultâneas. Uma delas aconteceu na fazenda Jupιά, município de São Jose do Povo, região sudeste, com oitocentas famílias. A outra aconteceu na fazenda Facão, município de Cáceres, região centro-sul, com setecentas famílias. Os acampamentos foram “batizados” de Padre Josimo Tavares e Rosely Nunes, respectivamente.

No início da formação do MST no Mato Grosso, os militantes faziam o trabalho de base tendo como referência as conquistas do MST em seus estados de origem. Agora o movimento no estado tinha suas próprias conquistas e podia falar da luta pela terra a partir de sua própria história. Isso facilitou o convencimento de outras famílias para que participassem das demais ocupações e em lutas organizadas no estado.

A formação e a territorialização do MST no Mato Grosso possibilitaram o fortalecimento das lutas. A primeira ação em conjunto com outros estados que compõe a região Centro-oeste do país, por uma definição e organização interna do movimento, incluiu o estado de Rondônia que também fez parte, portanto, da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”. Fernandes (ibidem, p.222) analisa os impactos dessa ação:

Em fevereiro de 1997, da região de Rondonópolis partiu uma das colunas da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que reuniu os estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e em torno. Foram trezentos integrantes dos quatro estados que caminharam até Brasília, promovendo um fato histórico da luta dos trabalhadores e registrando a consolidação do MST como o mais amplo movimento social do país. Também em Cuiabá, foi realizado um grande ato com mais de 1.200 sem-terra das três regiões do estado e reuniu mais de 4 mil trabalhadores de várias categorias.

A marcha nacional foi uma resposta dos sem-terra contra o aumento do desemprego, a falta de medidas para avançar na reforma agrária e a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás. O governo neoliberal do presidente FHC, na tentativa de desqualificar a marcha, afirmou que os sem-terra não chegariam a seu destino, mas a determinação desse povo e a solidariedade nacional e internacional fizeram com que a marcha chegasse a Brasília com 100 mil pessoas no dia 17 de abril, aniversário de um ano de impunidade do massacre de Carajás. Para muitos analistas, a marcha foi o maior ato político contra o neoliberalismo. A razão pela qual a marcha chegou à capital federal com 100 mil pessoas se atribui a forma de luta que sensibiliza a sociedade e o desgaste político do modelo neoliberal, que provocara uma profunda crise econômica e social no Brasil (ibidem).

No Mato Grosso, a luta pela terra continuava territorializando o movimento. Após a conquista de diversos assentamentos, além de várias estruturas físicas como secretaria estadual, secretarias regionais e meios de transportes (carro e moto), o MST percebe a necessidade de organizar essas conquistas e de construir os demais setores do movimento, como educação, produção, saúde, formação, entre outros. Não bastava conquistar a terra, era necessário organizar a produção e conquistar outros direitos sociais, previdenciários e políticos, assegurados durante a Constituinte de 1988.

As tentativas de impedir a territorialização e consolidação do MST não vieram somente da imprensa. Nesse período, o governo FHC criou o Programa Crédito Fundiário e realizou diversas inscrições pelos Correios com objetivo de enfraquecer a luta do movimento. O Poder Judiciário foi o setor do Estado que mais combateu o MST e, para isso, utilizou ferramentas que iam desde a reintegração de posse até mandados de prisões contra os militantes. Outra frente de combate foi organizada pelos próprios latifundiários, com a contratação de pistoleiros que se infiltravam nos acampamentos. Um exemplo desse tipo de tática aconteceu no acampamento Zumbi dos Palmares, onde as famílias

descobriram um plano de assassinato contra um dos militantes no final do ano de 1995. As famílias prenderam o pistoleiro e o entregaram a polícia militar de Rondonópolis.

Outra forma de tentar combater o MST foi a cooptação da militância, tanto por parte dos candidatos a eleição municipal, que ofereciam caminhonetes, tratores ou dinheiro para as lideranças, como pelos latifundiários, que ofereciam dinheiro para que os militantes indicassem algumas de suas áreas para desapropriação ou aquisição, áreas que geralmente eram de baixa fertilidade ou sem água.

A primeira fase de formação do MST no Mato Grosso (1995-2000) se caracterizou pela rápida territorialização, pelas consolidações e pelos sucessos conseguidos nas regiões mais populosas e desenvolvidas do estado, através de ocupações massivas e pela ampla formação de base e de militantes. A marcha de 1996 foi decisiva para angariar o apoio social necessário e obter as conquistas econômicas e políticas que garantiam a continuidade da luta pela reforma agrária. O movimento também foi capaz de combater com êxito as investidas dos latifundiários por meio da pistolagem contra o movimento.

O Poder Judiciário, historicamente contrário à reforma agrária, mesmo emitindo as reintegrações de posses, foi inibido pela solidariedade dos diversos seguimentos da sociedade. Por não terem estrutura e policiais suficientes para executar os mandados de reintegração e pelas lutas terem participação massiva, os governos se viram obrigados a negociar com o movimento. A reforma agrária era uma causa que tinha amplo apoio popular, configurando-se entre as principais preocupações do povo brasileiro. O MST era reconhecido como a quarta instituição de maior credibilidade no país; em contrapartida, os latifundiários eram sinônimos do atraso e da violência odiados por parcelas significativas da sociedade.

A partir da virada do século XX, o MST e a luta pela terra e pela reforma agrária entram em nova fase no Brasil e no Mato Grosso. A metade do segundo mandato do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso é caracterizada pelo aprofundamento do neoliberalismo e suas consequências. A política econômica de abertura comercial e privatizações resultou no aumento do número de desempregados, que chega a 15 milhões de pessoas, no aumento da violência e do custo de vida, bem como na perda de soberania nacional.

No campo brasileiro, de acordo com Delgado (2012, p.31), a ofensiva neoliberal se materializa por meio das seguintes medidas: “reestruturação da economia do agronegócio, com expressa estratégia de captura da renda da terra e de riqueza fundiária, segundo critérios estritos da completa ‘mercadorização’ dos espaços territoriais”; refuncionalização do Estado brasileiro, que, na política externa, foi decisiva para a reprimarização da

economia; e rearticulação de um pacto de poder entre os setores da grande economia – como a agroindústria capitalista, a grande propriedade fundiária e o Estado – hegemonizados politicamente pelos grandes meios de comunicações e com apoio da poderosa bancada ruralista. Esse conjunto de medidas, entre outras, colocou em marcha a segunda fase da modernização conservadora e passou a ser a expressão do desenvolvimento do capitalismo no campo que denominamos por agronegócio.

A ofensiva capitalista no campo avançou enormemente sobre as relações não capitalistas de produção. Estendeu-se sobre as terras indígenas, quilombolas, sobre áreas de preservação ambiental e sobre os camponeses graças a produção e disseminação de sementes transgênicas, uso intensivo de agrotóxicos, monocultura e concentração da terra. Nessa perspectiva, a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de comunidades quilombolas, o fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária e a criação de novos assentamentos são tratados pelo Estado e pelos meios de comunicações como medidas desnecessárias e atrasadas, que impedem a expansão do agronegócio.

Em 2003, devido ao aprofundamento das expressões da questão social que tornava a vida da maioria da população insuportável, o governo Lula e seus aliados conseguiram convencer a maioria dos eleitores a votarem em outro projeto de desenvolvimento, o neodesenvolvimentismo, elegendo Lula presidente da República. O neodesenvolvimentismo foi possível graças a um pacto de classes entre os interesses imediatos dos trabalhadores e os interesses da burguesia, especialmente do agronegócio; mas entre esses interesses não estava a realização da reforma agrária. Para se ter uma ideia, o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária que previa inicialmente o assentamento de um milhão de famílias teve sua meta reduzida em 50%; mesmo assim, o número de famílias assentadas não alcançou essa nova meta.

As famílias assentadas no período, em sua maioria, foram na região Norte do país. A regularização assentamentos antigos e a inclusão na relação de beneficiários do Incra de famílias que não haviam sido assentadas continuaram sendo o método de manipulação para garantir as metas do governo. O *Relatório Dataluta Brasil*, publicado em 2017, informa que ocorreram, nos dois governos Lula, 3.794 ocupações de terra com a participação de 453.474 famílias, confirmando assim a grande expectativa dos sem-terra nesse período. A partir de 2001, as ocupações e a realização de novos assentamentos foram diminuindo, e chegou-se ao último ano do governo da presidenta Dilma Rousseff, de acordo com o relatório, com 1.012 famílias assentadas e, em 2017, no governo golpista de Michel Temer, sem nenhuma família foi assentada.

Analisando a luta pela terra organizada pelo MST no Mato Grosso desde 1995 aos dias atuais, podemos demarcar dois períodos distintos. O primeiro vai de 1995 a 2000 e é caracterizado pela origem e expansão do movimento no estado, bem como de maiores conquistas de terras. O segundo período, de 2001 a 2018, é marcado pela expansão do MST na região norte do estado, pela forte ofensiva contra a luta por terra e reforma agrária, pela hegemonia do agronegócio, pelo maior tempo de luta para conquistar a terra, pela maior intensidade dos despejos, entre outros. É importante ressaltar que, nesse período, Blairo Maggi assume o governo do estado (2003-2010), tendo nos seus sucessores a mesma política de privilégios para o agronegócio em detrimento dos direitos sociais e da reforma agrária, além da repressão como método de contenção da luta pela terra.

A Tabela 2 que evidencia as conquistas do MST esse estado.

Tabela 2 – Assentamentos conquistados pelo MST/MT.

<b>Assentamento</b>	<b>Área/ha</b>	<b>N. famílias</b>	<b>Município</b>
Água da Serra	440,0	17	Rondonópolis
14 de Agosto	2,099	71	Campo Verde
Canudos	994,4	45	Pedra Preta
Carlos Marighella	5.582,6	166	Poxoréu
Chico Mendes	605,0	30	Rondonópolis
Dom Osório Stoffel	1.178,9	40	Rondonópolis
Dom Oscar Romero	726,0	27	Poxoréu
Geraldo Pereira Andrade	3.926,4	136	Juscimeira
Marcio Pereira	2.285,6	90	S. José Povo
Mártires dos Carajás	3.225,3	100	Poxoréu
Olga Benário	3.075,0	99	Rondonópolis
Oziel Pereira	1.154,7	45	Rondonópolis
4 de Outubro	952,0	42	Campo Verde
28 de Outubro	2.262,1	70	Campo verde
<b>Assentamento</b>	<b>Área/ha</b>	<b>N. famílias</b>	<b>Município</b>

Pe. Josimo Tavares	3.156,1	120	S. José Povo
Rose Beltran	1.332,1	50	Rondonópolis
Salete Strozack	1.049,0	30	São José do Povo
Zumbi dos Palmares	1.246,8	47	Dom Aquino
Egídio Brunetto	1.660,6481	72	Juscimeira/Jaciara
Dorcelina Folador	938,7	33	Várzea Grande
Maria Benvinda	6009,24	89	Rosário Oeste
Zé da Paes	2.600	72	Acorizal
Antônio Conselheiro	37.258,8	999	Tangará Serra Barra do Bugres Nova Olímpia
Oziel Pereira	1.524,0	60	Nova Olímpia
Pe. José Ten Cat	1.344,0	58	Santo Afonso
Maria Bem Vinda	120	24	Nortelândia
Antônio Conselheiro I	10.944,1	120	Cáceres
Antônio Conselheiro II	1.210,0	33	Cáceres
Cecília Antunes	1.253,9	45	Salto do Céu
Che Guevara	1.279,6	48	Araputanga
Chico Mendes	1.887,0	73	São José dos Quatro Marcos
Florestan Fernandes	4.551,1	155	São José dos Quatro Marcos
Lourivaldo Abich	1.142,0	40	Pontes e Lacerda
Margarida Alves	3.902,5	145	Mirassol D'Oeste
Nova Conquista	16.067,4	195	Cáceres
Roseli Nunes	10.611,4	331	Mirassol D'Oeste
12 de Outubro	6.374,162	156	Cláudia
Zumbi dos Palmares	6.554,7425	154	Cláudia
<b>Assentamento</b>	<b>Área em m²</b>	<b>N. famílias</b>	<b>Município</b>



Keno	22.401,5479	500	Cláudia
Sonho de Anderson	2.497,4687	64	União do Sul
Olga Benário	1.486,715	40	União do Sul
Renascer	949.7159	22	União do Sul
Sílvio Rodrigues	4.262	160	Mirassol D Oeste
Nova Conquista	2.425	68	Nova Olímpia
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Total de assentamentos conquistados: 46</li> <li>• Total de hectares: 168.198,9</li> <li>• Total de famílias assentadas: 5.034</li> </ul>			

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do MST/MT.

## **Disputas por territórios, desigualdade e a evolução da estrutura fundiária mato-grossense**

Mato Grosso vem desempenhando, historicamente, uma função central na expansão da fronteira agropecuária capitalista, desde a instalação da colonização portuguesa com a chegada dos bandeirantes na busca de índios para escravizar em 1718, passando pelas sucessivas extrações de minérios e pelo uso da força de trabalho escrava de negros e índios. O estado tem, desde sua origem, ainda na condição da capitania de São Paulo, dependência econômica e política do centro do poder mundial – na época colonial Portugal e, atualmente, dos países centrais do capitalismo.

No transcorrer do século XX, particularmente na segunda metade, a expansão capitalista adquiriu maior velocidade devido às demandas de ordem política e econômica, que caracterizaram esse período. Exemplo disso foi a “Marcha para o Oeste” criada no durante o Estado Novo, pelo então presidente Getúlio Vargas, e cuja meta era ocupar os espaços “vazios” com o incentivo a expansão do latifúndio e com a criação de colônias agrícolas para atrair a força de trabalho que seria usada no desbravamento das grandes fazendas.

Também caracteriza esse período o golpe militar e a criação das instituições de caráter financeiro para ampliar e consolidar o latifúndio no estado. Também nessa época houve investimento em infraestrutura, como abertura de rodovias federais pelas quais se deslocava o capital e o trabalho necessário à sua reprodução e valorização. O conjunto de medidas

realizadas então foi decisivo para fazer com que Mato Grosso tenha hoje uma das estruturas fundiária mais concentrada do Brasil. Nesse sentido, Cavalcante (2008, p.94) afirma que

Em 1975, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), também executado pela Sudeco, tinha como objetivo a “ocupação” agropecuária e florestal nas terras consideradas impróprias para a agricultura do cerrado. No Mato Grosso, foram atendidas as áreas dos atuais municípios de Campo Novo dos Parecis, Diamantino, Sapezal, Tangara da Serra, Água Boa, Canarana e Nova Xavantina. No cenário agrário, essas políticas de distribuição, legalização e venda de terras associadas resultaram num processo de concentração fundiária de difícil reversão. Três questões básicas podem explicar essa afirmativa: a precariedade da infraestrutura (principalmente estradas, escolas e postos de saúde), o não acompanhamento técnico, e a insuficiência ou a inexistências de crédito rural para a produção.

De acordo com o autor, a força de trabalho era garantida pelo processo migratório de milhares de pessoas vindas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país, estimuladas pela propaganda do regime militar de facilidade ao acesso à terra. “Os migrantes exerceram o trabalho de desbravamento das terras, enfrentado muitos conflitos. O Estado e as empresas imobiliárias que prometiam o progresso imediato das famílias cumpriram apenas parte do que prometeram” (ibidem, p.95). Cavalcante (ibidem) afirma que a função do campesinato na fronteira mato-grossense foi a de entregar a terra desbravada para o latifúndio e de preparar novas terras que potencialmente seriam apropriadas pelo agronegócio. Para ele, o modelo de produção do agronegócio tem, entre suas consequências, a concentração da propriedade da terra, particularmente os sojicultores com propriedades acima de 10 mil hectares, que, nos períodos de crise, apropriam-se de médias e pequenas propriedades.

Com base em dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Mato Grosso (Fetagri), Cavalcante (ibidem) analisa que existem no estado trezentos grandes produtores de soja que possuem a partir de 10 mil hectares cada, seguidos por 5 mil médios proprietários que cultivam entre quinhentos e 2 mil hectares. Estima-se que, devido à queda de preços no período analisado, cerca de quinhentos médios proprietários perderam suas terras para os grandes proprietários, elevando a concentração da terra na região.

A tendência à concentração da terra é resultado do próprio movimento do modelo do agronegócio, como mostra Cavalcante (ibidem) ao apresentar a relação de grandes proprietários de terras no Mato Grosso, que em sua maioria são expoentes do agronegócio no Brasil e no mundo. Entre os grandes latifundiários e ocupantes de cargos públicos, destacam-se Adilton Sachetti, na época prefeito de Rondonópolis e atualmente membro da bancada ruralista e que possuía 70 mil hectares; Blairo Maggi, na época governador do estado e ex-senador e ex-ministro da Agricultura e que chegou a possuir 130 mil hectares de soja, sendo por isso o maior produtor individual de soja do mundo; Otaviano Pivetta, ex-prefeito de Lucas do Rio do Verde, com 170 mil hectares próprio e mais 40 mil arrendados

de pequenos e médios produtores; os irmãos Erai e Elizeu Maggi, que tinham 240 mil hectares; e Nelson Vigolo, que acumulava 120 mil hectares. Nota-se que seis proprietários possuíam 730 mil hectares, com destaque para a família Maggi, que acumula 370 mil hectares.

As mudanças na estrutura fundiária mato-grossense ocorrida nos últimos períodos estão retratadas na Tabela 3.

Os dados da Tabela 3 podem ser classificados em três blocos para melhor análise: A) bloco em que houve decréscimo no número de imóveis e redução da área; B) bloco de imóveis em que houve estagnação ou crescimento de até 3% da evolução das áreas; C) bloco com crescimento a partir de 3%, tanto em imóveis como em área.

No bloco A, os imóveis que tiveram redução de áreas e de estabelecimentos foram os de 50 mil a 100 mil hectares com decréscimo de 3,6 %, passando de 31 para trinta imóveis e reduzindo a área de 2.052.052,99 para 1.978.065,99. Em números absolutos, a área foi reduzida em 73.987 hectares. Não se sabe ao certo quais os motivos provocaram essa redução; entre as hipóteses está o cancelamento de títulos fictícios de propriedade produzidos com a finalidade de conseguir empréstimos ou para fazer a grilagem de terras, tão comum no Mato Grosso, o que resultou em mais documentos de terras emitidos do que o tamanho do território. Outra faixa de imóveis que sofreram redução foram os de 500 a mil hectares (-5%). Nesse caso, o motivo mais provável é a concorrência que leva à incorporação desse tamanho de área a imóveis maiores.

No bloco B, estão os imóveis que estagnaram ou que tiveram ligeiro crescimento de até 3%. São eles: os de menos de 1 hectare (0%), 1 a menos de 2 hectares (0,7%), 25 a menos de 50 hectares

Tabela 3 – Mato Grosso – Evolução da estrutura fundiária – 2011-2013.

CLASSE DE ÁREA	Número de imóveis		Evolução do número de imóveis 2011=2012		Área dos imóveis (ha)		Evolução da área dos imóveis 2011=2012	
	2011	2012	Absoluta	Relativa (%)	2011	2012	Absoluta	Relativa (%)
Menos de 1 hectare	101	101	0	0,00	4,40	4,40	0,00	0,00
1 a menos de 2 hectares	346	349	3	0,87	506,26	510,05	3,79	0,75



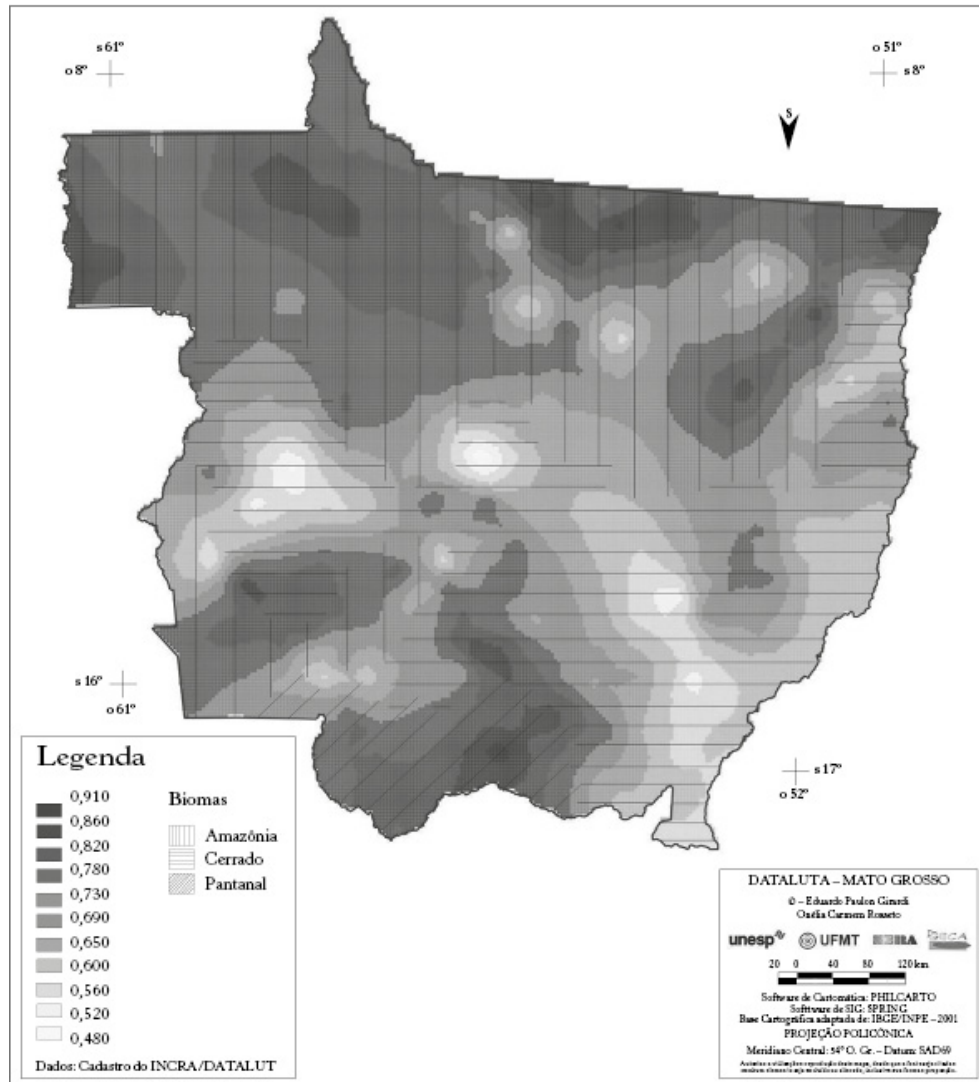
menos de 100000	31	30	-1	-3,23	2.052.052,99	1.978.065,99	-73.987,00	-3,6
100000 e mais	22	25	3	13,64	4.237.698,50	4.972.993,50	735.295,00	17,4
<b>TOTAL MATO GROSSO</b>	<b>146.758</b>	<b>149.743</b>	<b>2.985</b>	<b>2,03</b>	<b>89.900.347</b>	<b>91.478.970</b>	<b>1.578.622,1</b>	<b>1,8</b>

Fonte: elaborada pelo autor a partir de dados do cadastro do Incra / Dataluta (2011).

(2,0%), 50 a menos de 100 hectares (2,7%), 50 a menos de 100 e de 100 a menos de 200 hectares (2,1%), 1000 a menos de 2000 hectares (0,8%), 2.000 a menos de 5.000 hectares (0,2%), 5.000 a menos de 10.000 hectares (0,8%). A hipótese mais provável do que levou a esse ligeiro crescimento de imóveis e de áreas foi à regularização fundiária graças ao “Programa Terra Legal” instituído pelo governo federal em parceria com o governo do estado na época, Blairo Maggi, que criou o MT – Legal.

Mapa 6 – Índice Gini da estrutura fundiária em Mato Grosso – 2013.

## Imóveis Rurais – INCRA



Fonte: Dataluta, 2011.

No bloco C, estão os imóveis que tiveram crescimento superior a 3% nesse período, sendo eles: 2 a menos de 5 hectares (8,6%), 5 a menos de 10 hectares (5,0%), 10 a menos de 25 hectares (3,2), 10.000 a menos de 20.000 hectares (5,1), 20.000 a menos de 50.000 hectares (3,9), 100.000 e mais hectares (17,4). É necessário destacar que esse período é caracterizado pela ofensiva do agronegócio no Mato Grosso, em que os imóveis a partir de 100 mil hectares passaram de 22 para 25 e de 4.237.698,50 para 4.972.993,50 hectares, concentrando mais 735.295,00 e mantendo Mato Grosso no ranking das estruturas fundiárias mais concentradas do Brasil.

Tabela 4 – Estrutura fundiária de Mato Grosso – 2017.

<b>Grupos de área total</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Área/hectares</b>
Menos de 1 ha	2.627	879
De 1 a menos de 10 ha	15.268	66.638
De 10 a menos de 50 ha	39.721	1.088.522
De 50 a menos de 100 ha	23.883	1.595.327
De 100 a menos de 500 ha	22.394	4.634.585
De 500 a menos de 10.000 ha	13.609	27.838.532
De 10.000 e mais ha	868	19.606.336
Produtor sem área*	229	
<b>Total</b>	<b>118.599**</b>	<b>54.830.819</b>

\* Trata-se da nova metodologia usada pelo IBGE e significa produtor empregado responsável pela produção e a sua administração.

\*\* Nos dados preliminares do IBGE, Mato Grosso tem 118.676 estabelecimentos, porém, ao somar os estabelecimentos, foram encontrados 118.599.

Fonte: elaborada pelo autor a partir de dados do IBGE (2017).

Em julho de 2018, foram divulgados os resultados preliminares do *Censo agropecuário – 2017*, realizado pelo IBGE. De acordo artigo do jornal *Brasil de Fato* publicado no dia 26 de julho de 2018, esse censo traz menos dados devido à redução orçamentária, empobrecendo assim as informações relacionadas ao campo brasileiro. Mesmo com o limite financeiro, os dados do censo de 2017 revelam que houve concentração fundiária em relação ao censo de (Pina, 2018).

Ainda de acordo com a matéria, o censo identificou 4,1 milhões de propriedades rurais com até cinquenta hectares, representando 81,3% dos estabelecimentos agropecuários e totalizando 44,8 milhões de hectares, o que equivale a 12,8% das áreas produtivas do país. No censo de 2006, as áreas com até cinquenta hectares representavam 78,4% dos estabelecimentos e ocupavam o correspondente a 13,3% da área rural produtiva. O que se percebe é que o censo de 2017 demonstra uma representação maior desses estabelecimentos, porém com uma redução da área ocupada em 0,5%, o que indica um processo de continuidade da “minifundização” da estrutura fundiária para os pequenos proprietários. Já as propriedades com até dez hectares representam a metade dos

estabelecimentos e ocupam 2,2% da área produtiva, enquanto em 2006 ocupavam 2,7% desse território (ibidem).

Por outro lado, de acordo com jornal, 2,4 mil fazendas com mais de 10 mil hectares correspondem apenas 0,04% das propriedades rurais do Brasil e ocupam 51,8 milhões de hectares, o que representa 14,8% da área produtiva do país. Entre os estados que mais tem áreas acima de 10 mil hectares estão: em terceiro lugar, o estado do Pará, com 188 estabelecimentos; em segundo, Mato Grosso do Sul, com 341 estabelecimentos a partir de 10 mil hectares; e em primeiro lugar no ranking do *Censo agropecuário – 2017*, está Mato Grosso, com 868 estabelecimentos acima de 10 mil hectares, totalizando 19.606.336 milhões de hectares.

A concentração da terra em Mato Grosso é tão expressiva que, nessa faixa de estabelecimentos, o estado supera os demais citados em 239 estabelecimentos. Está entre as origens dessa concentração a grilagem de terras, a distribuição de terras pelos órgãos estaduais, o forte incentivo das instituições financeiras para a criação e consolidação do latifúndio e o avanço do agronegócio, que concentra as pequenas e médias propriedades, que não conseguem concorrer com os grandes proprietários. Entre as consequências da concentração da terra, está a gritante desigualdade social, a utilização da força de trabalho escrava, a expropriação dos quilombos e das terras indígenas, o crescente conflito na luta pela terra que tem provocado massacres – a exemplo do assassinato de nove camponeses no município de Colniza em 2017 –, uso intensivo de agrotóxicos e um território relativamente despovoado com 3,3 pessoas a cada cem hectares, ou a média de trinta hectares por habitante mato-grossense.

## **História e contexto de surgimento do assentamento 14 de Agosto**

O assentamento 14 de Agosto foi instituído em 9 de julho de 1997 e tem como nome oficial Projeto de Assentamento Terra Forte. Esse assentamento está entre os primeiros conquistados no contexto de expansão nacional do MST e na sua criação no estado de Mato Grosso. Tem como origem a primeira ocupação realizada no dia 14 de agosto de 1995, com 1.100 famílias, no latifúndio denominado Fazenda Aliança e localizado no município de Pedra Preta.

Os assentamentos de reforma agrária são resultados da pressão popular, especialmente das ocupações dos latifúndios pelas famílias camponesas sem-terra de norte a sul do Brasil. A ocupação da terra é a tática de luta dos camponeses e camponesas, que, ao disputarem o



acesso à terra, confrontam-se com o desenvolvimento do capitalismo no campo e criam obstáculos, ainda que de forma parcial, para a imposição das relações capitalistas de trabalho, ao mesmo tempo que resistem à expropriação dos recursos naturais.

Se para o desenvolvimento do capitalismo no campo as ocupações significam obstáculo, para os sem-terra, a ocupação significa um marco fundamental em suas vidas, pois, ao participar desse tipo de ação, esses trabalhadores rompem com a trajetória de submissão ao latifúndio e com a crença no destino e na sorte. A ocupação e conseqüentemente a organização do acampamento passam a ser um espaço de construção de outra perspectiva de mundo, já que a ocupação e as lutas subsequentes tornam-se uma grande escola de formação.

Os assentamentos tornam-se territórios de produção e reprodução do modo de vida camponês e, nesse sentido, têm múltiplos significados. De acordo com Coca, Santos e Rocha (2014), os assentamentos são a expressão da reforma agrária, não como uma ação estrutural, mas como medida de contenção da questão agrária. Corroborando com Feliciano (2006), eles analisam que os assentamentos são conquistas das lutas dos camponeses e sustentam-se em três pilares fundamentais: a ocupação, o acampamento e o assentamento.

Os autores afirmam que os assentamentos são triunfos dos camponeses por meio da luta pela terra. São vitórias porque expressam duas dimensões: o espaço para criação e recriação e a vitória sobre o latifúndio, conquistada sem elevar a sua condição de classe ou fração de classe, mas sim na luta na terra e não por terra. Nesse sentido, a conquista dos assentamentos tem rebatimentos estimuladores para aqueles que ainda não conquistaram a terra; ou seja, tem efeitos na autoestima e no aspecto imaterial, ao mostrar que a luta pode ser um meio pelo qual são capazes de realizar seus sonhos. Por isso, o *establishment* procura limitar o número de assentamentos oficiais; conquistas massivas podem tornar o movimento ainda mais forte, levando à ocupação de todos os latifúndios.

Os assentamentos também significam a resistência camponesa ao êxodo rural, à migração e à expropriação do trabalho pelo assalariamento, e “demonstram que o campesinato não se realiza enquanto classe social no território capitalista, mas busca alternativas para garantir sua reprodução material” (Coca; Santos; Rocha, 2014, p.160). Apesar da importante oposição do campesinato à ofensiva do capital, milhares de camponeses, na perspectiva de se recriarem, foram estimulados a migrarem para regiões de colonização da fronteira agrícola, especialmente, durante a ditadura militar e a implantação da Revolução Verde, para cumprir as funções do capital, entre elas, a de amansar a terra e servir de força de trabalho para o latifúndio.

Ao analisar o assentamento como território de recriação do campesinato, Coca, Santos e Rocha (ibidem) destacam a relação do camponês com a terra e com o trabalho. Para eles, os camponeses não querem a terra somente para fins econômicos, ocupam-na terra, pois precisam dela para viver; nessa relação, a terra cumpre a função predominante de valor de uso. Os autores afirmam ainda que os camponeses são entendidos como classe e se diferenciam dos trabalhadores da fábrica, pois vivem processos e relações diferentes com o capital. Assim analisam:

Os horizontes de um diferem dos do outro e possuir um projeto político que espere que o campesinato passe a pensar como operário é uma postura reacionária. Sendo assim, os camponeses são apresentados no seu caráter político, em que ao invés de aceitarem passivamente a expansão das relações capitalistas no campo reivindicam seus territórios e a manutenção do seu modo de vida e produção. (ibidem, p.155)

Os camponeses são em certa medida obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo, pois, mesmo sendo sujeitos inseridos nesse sistema, não reproduzem suas relações; ou seja, na relação de trabalho camponês não predomina o assalariamento. Os camponeses se diferem também do capitalismo na sua relação com o território e os recursos naturais, tendo em vista que essa relação é pautada predominantemente por interesses de uso e não de mercantilização.

Figura 5 – Fardos de algodão pesados e armazenados.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

O agronegócio no Mato Grosso se destaca como maior produtor de bovinos, soja, milho e algodão, estando, portanto, em primeiro lugar na produção e no uso de agrotóxicos, que ultrapassa a média de cinquenta litros por habitantes ao ano. Campo Verde é o sétimo município no ranking do agronegócio no estado e se sobressai como maior produtor de soja, algodão e milho. De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, os rendimentos por cultivo em 2017 foram de R\$ 671,61 milhões, R\$ 666,55 milhões e R\$ 255,59 milhões respectivamente. Tratando dos anos anteriores, só na safra de 2012/13 o cultivo do algodão ocupou 66 mil hectares, colocando Campo Verde como a capital nacional do algodão. Nesse mesmo período, o cultivo de soja ocupou 180 mil hectares e o de milho safrinha, 110 mil hectares.

Campo Verde está entre os três maiores produtores de algodão do Brasil. No município, estão instaladas filiais das duas maiores empresas agropecuárias do mundo, Monsanto e Bunge, além da transnacional francesa Louis Greyfus Company e outras empresas que mantêm representações por meio de escritórios ou de lojas na cidade.

Figura 6 – Transnacional holandesa Bunge, instalada em Campo Verde.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

Figura 7 – Loja agropecuária representante de diversas empresas no município.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

As transnacionais de máquinas e de implementos agrícolas também têm atuação no município de Campo Verde por meio de suas concessionárias.

Figura 8 – Empresa de máquinas agrícolas estadunidense John Deere.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

Figura 9 – Empresa estadunidense e canadense Massey Ferguson.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

Outras transnacionais do mesmo ramo também atuam no município, a exemplo da Case (EUA) e da New Holland (EUA).

Em relação à demografia de Campo Verde, em 2010, 81% da população residia na cidade (31.440 pessoas), enquanto a população rural era de 19% (7.374 pessoas).

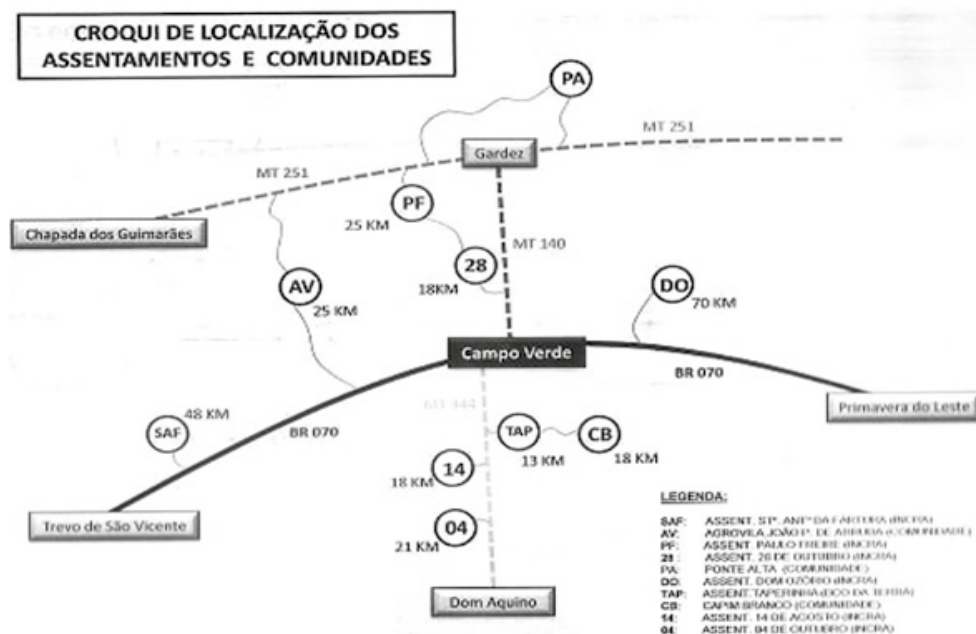
Tabela 5 – Assentamentos rurais existentes no município de Campo Verde (MT).

Projeto de assentamento	Número de famílias	Área/hectares	Organização	Criação
28 de Outubro	70	2.262	MST	30/12/1996
*Terra Forte	71	2.099.8	MST	09/01/1997
Paulo Freire	28	899.8458	MST	10/12/1999
Santo Antônio da Fartura	266	7.513.4777	Associações	04/06/2001
4 de Outubro	44	959.0767	MST	04/06/2001
Dom Osório Stofell	541	9.947	**MTA	02/04/2007
***Taperinha	60	330	ASPRIM	
Total	1.080	23.821.2002	03	
<p>* Terra Forte é o nome oficial do assentamento 14 de Agosto.  ** MTA é o movimento dos acampados e assentadas, uma dissidência do MST.  *** Crédito fundiário</p>				

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Incra (2017).

Os dados da Tabela 5 fornecem um conjunto de informações que permite analisar a contribuição do MST para a existência de assentamentos de reforma agrária em Campo Verde, sendo a primeira organização a conquistar terras nessa modalidade. Além de ser pioneiro nessa forma de desconcentração da terra no município, o MST foi à organização que criou a feira dos agricultores familiares a partir das edições das feiras da reforma agrária, uma tática de luta nacional que tem contribuído de maneira significativa para a diversidade e para a segurança alimentar, bem como nas diversas formas de cooperação entre agricultores familiares na região.

Figura 10 – Croqui de localização dos assentamentos e comunidades rurais no município de Campo Verde (MT).



Fonte: Plano Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar de Campo Verde, 2017.

A outra dimensão que os dados apresentam é a relação do uso da terra: enquanto os sete assentamentos de reforma agrária possuem 23.821 hectares, onde vivem aproximadamente 1.080 famílias, o agronegócio usa 356 mil hectares para o monocultivo da soja, do milho e do algodão. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente informa ainda que existem no município treze comunidades de agricultores familiares tradicionais, somando aproximadamente 419 trabalhadores. Mesmo frente à hegemonia do agronegócio, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em seu *Plano Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar de Campo Verde* (2017, p.20), ao indicar as potencialidades do município, destaca a importância dos assentamentos da reforma agrária, afirmando que os “existentes em Campo Verde, dada a grande produtividade de hortifrutigranjeiros e à organização social, são considerados exemplos de reforma agrária”.

A Tabela 6, organizada com base nos resultados do *Censo agropecuário de 2017*, confirma o reconhecimento da Secretaria Municipal de Agricultura ao colocar o município de Campo Verde, entre os dez municípios dentre os 141 do estado, como principal produtor de diversas variedades da produção familiar.

Tabela 6 – Variedades da produção familiar no município de Campo Verde (MT).

N.	Produção	Toneladas	Classificação	Estabelecimentos	Classificação
1	Mamão	1.225.392	1º	10	2º
2	Melão	37.550	2º		
3	Abacate	8.100	2º		
4	Tangerina, bergamota e mexerica	83.700	3º	17	1º
5	Feijão grão preto	7.215	3º	03	4º
6	Maracujá	85.030	4º	15	4º
7	Amendoim em casca	4.200	5º		
8	Limão	53.940	5º	15	4º
9	Feijão grão verde	6.810	6º	13	4º
10	Feijão grão cor	4.532,562	7º	14	9º
11	Mandioca	3.277,100	8º		
12	Tomate rasteiro industrial	3.600	8º		
13	Coco-da-baía	*14.600	8º	5	1º
14	Pimenta do reino			2	2º
<b>*Frutos</b>					

Fonte: elaborada pelo autor a partir de dados do IBGE (2017).

A criação de bovinos no município, segundo o censo, é de 95.845 cabeças, já a produção de leite não é significativa e gira em torno de 20 mil litros diários, conforme dados da Secretaria Municipal de Agricultura. Porém, a produção da agricultura familiar nesse município não está restrita aos dados das instituições públicas, ao ir à feira municipal que acontece de quarta a domingo, é possível perceber a importância da agricultura familiar na oferta de uma grande variedade de alimentos aos trabalhadores urbanos.

A feira municipal de Campo Verde acontece em quatro bairros da cidade, com a participação de 120 a 140 feirantes e em torno de dois mil clientes. A prefeitura de Campo Verde, via a Secretaria Municipal de Agricultura, é parceira dos assentados, garantido o transporte para o deslocamento dos trabalhadores e levando a produção até os locais de realização das feiras.



Entende-se que a conquista desse assentamento se insere no contexto de disputas territoriais por modelos de desenvolvimento, permeado por interesses de classes sociais antagônicas e com grandes dificuldades socioeconômicas. Isso imprime uma dinâmica de avanços e recuos tensionados pelas contradições de um movimento permanente, que territorializa e desterritorializa concepções e práticas de produção, de relação com o meio ambiente e de relações humanas. Nessa perspectiva, pesquisar práticas agroecológicas implica “mergulhar” na realidade social construída por meio de conflitos permanentes e por sujeitos sociais que, mesmo não tendo tanta clareza da disputa que fazem, contrapõem-se ao modelo dominante de agricultura ao desenvolver outra perspectiva de modelo agrícola.

A questão agrária brasileira teve início com a colonização portuguesa. O momento era de expansão do capitalismo mercantil, que tinha como base a expropriação dos recursos naturais, a escravização dos povos indígenas e negros e o controle coercitivo e cultural dessas populações, imprimindo uma nova forma de relações de trabalho e com a natureza. O estado do Mato Grosso, após duzentos anos de colonização da costa brasileira, foi uma área de expansão colonial conquistada tendo-se as mesmas finalidades e os mesmos métodos de controle social. Porém, a colonização da região se particulariza pela disputa pelos interesses intracapitalistas entre o império português e o espanhol, sendo vitorioso o império lusitano.

O período colonial tem entre as suas características a implantação da propriedade privada dos recursos naturais, a superexploração do trabalho e a mercantilização da terra por meio da Lei de Terras de 1850 e suas derivações em leis de terras estaduais. Esse período é marcado ainda pela resistência dos povos indígenas e negros, seja para se manter nas terras ou para conquistar a liberdade. A colonização inaugura, ainda de forma incipiente, a disputa de modelos de desenvolvimento para o campo.

O estado de Mato Grosso, que tem sua origem no sistema colonial, vem ao longo de sua existência contribuindo para a expansão da fronteira agrícola e para o fortalecimento do latifúndio. Nessa trajetória, ganham destaque as políticas do regime militar, que cumpriram as seguintes funções: expansão da fronteira agrícola graças a altos subsídios e à expropriação das terras dos povos tradicionais. Tais ações fortaleceram o estabelecimento e a consolidação do latifúndio, dando condições logísticas para a circulação do capital e da força de trabalho e tornando possível o controle coercitivo das rebeliões dos camponeses, indígenas e quilombolas.

A resistência indígena, negra e camponesa no período (1970-1994), que antecede a criação do MST nesse estado, pode ser classificada como lutas espontâneas, com ausência de uma estratégia de projeto de enfrentamento à expansão capitalista no campo, tendo no

embate econômico sua principal motivação. Outra característica dessas disputas é a participação decisiva e solidária da Igreja católica por meio das pastorais sociais, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que organizou a primeira marcha de sem-terra do estado do Mato Grosso em 1986. Nesse período, a direção das lutas era feita a partir da Igreja, limitando o protagonismo e a autonomia desses povos.

As lutas da classe trabalhadora realizadas no período da ditadura militar e a consequente conquista da abertura democrática foram decisivas para o surgimento dos partidos do campo popular, do movimento sindical combativo e para a formação do MST. A criação desse movimento demarca um novo jeito de lutar pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Os aprendizados e as lições extraídas das organizações predecessoras do MST, especialmente as ligas camponesas, contribuíram para que ele surgisse com objetivos para além da pauta econômica, com autonomia política e com clareza da necessidade de ser uma organização nacional articulada com os trabalhadores do Brasil e do mundo, através da Via Campesina, para avançar rumo ao alcance de seus objetivos.

No estado de Mato Grosso, o MST teve início em agosto de 1995, com a realização da primeira ocupação de terra na região sudeste. Nesses 26 anos de existência, o movimento fez a disputa por modelos de desenvolvimento, enfrentou diversas dificuldades, mas obteve muitas conquistas materiais e organizativas. Territorializou-se em cinco regionais do estado, conquistou terras para milhares de famílias, conquistou espaços físicos como as secretarias regionais e estadual, além do importante Centro de Pesquisa e Capacitação Olga Benário Prestes (Cecap), localizado no assentamento Dorcelina Folador, município de Várzea Grande, com capacidade para atender duzentas pessoas diariamente.

A ofensiva do agronegócio fez com que a luta de classes no campo tomasse novas dimensões. Na sociedade, está sendo realizada uma ofensiva midiática para afirmar o agronegócio como modelo único de produção para o campo. Nos parlamentos estadual e federal, a maioria das bancadas são vinculadas aos ruralistas. Os governos de Mato Grosso são do agronegócio, tendo no ex-governador e ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi o seu maior representante. A criação de gado e as monoculturas de soja, do milho e do algodão ocupam 70% da área agricultável; e a concentração fundiária coloca Mato Grosso como o estado com maior desigualdade na distribuição de terra do Brasil. De acordo com o *Censo Agropecuário – 2017*, existem 868 propriedades acima de 10 mil hectares, somando 19.606,336 hectares.

Esse novo cenário que se inaugura no início desse século, impôs ao MST vários desafios, como lidar com a ofensiva do Estado na realização dos despejos, fazer a disputa na sociedade sobre os projetos para o campo, combater a diminuição de famílias assentadas,

além da necessidade de avançar na formação e na elaboração do projeto de reforma agrária popular como estratégia necessária para superar esse conjunto de desafios.

Apesar da ofensiva midiática e estatal contra a reforma agrária, é com alegria que os sem-terra olham para a história e percebem que, ao longo dos 26 anos de lutas, o MST possibilitou terra, moradia, educação que vai desde a educação infantil ao ensino superior, soberania alimentar e muita produção para milhares de pessoas que moram na cidade – a exemplo da população de Campo Verde, que tem alimentação diversificada nos mercados e nas feiras graças ao trabalho de mais de mil famílias assentadas. Na disputa de territórios e por modelos de desenvolvimento do campo, o MST vem demonstrando que está do lado da democracia na terra e da soberania alimentar.

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida a Vanderly Scarabeli em julho de 2018.

<sup>2</sup> Entrevista concedida a Vanderly Scarabeli em julho de 2018.

## 2

# Disputas de territórios por modelos de desenvolvimento

O que aqui se denomina de disputas de territórios por modelos de desenvolvimento refere-se tanto à luta pela terra e pela reforma agrária no enfrentamento com o latifundiário e com o agronegócio quanto às políticas públicas, planos e projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa, com destaque para a agroecologia e a soberania alimentar. Essa conflitualidade tem como conceito central o território, categoria de análise geográfica fundamental para compreender os espaços da luta de classes, no qual se disputam recursos naturais e valores humanos guiados por projetos societários antagônicos: “o Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (Santos, 2002, p.9 apud Fernandes, 2009, p.198).

Analisando a importância do conceito de território para as diversas áreas do conhecimento, destaca-se seu uso por governos e empresas na implantação de políticas públicas e privadas no campo, na floresta e na área urbana. As políticas públicas e privadas são produzidas pelas intencionalidades das classes e “formam diferentes modelos de

desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades” (ibidem, p.200). Nesse contexto, são disputados os conceitos de território e os territórios em si, ou seja, os territórios material e imaterial.

Fernandes (ibidem, p.200-1) argumenta que há duas maneiras de interpretar o território: uma o compreende como espaço de governança de múltiplas dimensões e pluriescalar, isto é, o território do país, como macrorregiões, estados, microrregiões, municípios e outras divisões geográficas oficiais; a outra o concebe como espaço uno e indivisível. Nessa última perspectiva se camuflam relações de classes sociais na produção territorial, o que reforça a alienação e a dominação. Para o autor, é na primeira maneira de encarar o território, a partir da multiescalaridade e da multidimensionalidade, que as diferentes relações e classes sociais implicadas são desveladas.

A concepção de território em seu sentido diverso liberta o conceito da tradição monolítica e reconhece os territórios do Território (idem, 2008 p.273-302). Nessa concepção, o primeiro território não é espaço obsoleto, porque é divisível, de modo que no interior do espaço de governança há o segundo território, que são todos os tipos de propriedades. O segundo território, assim como o primeiro, é fixo.

Fernandes (2009) tem afirmado que as territorialidades compreendidas como as diferentes relações e formas de uso dos territórios produzem e são produzidas pelo terceiro território. Este território é fluxo e, para Fernandes (2008; 2009), os territórios fixos e fluxos devem ser compreendidos pelo princípio da indissociabilidade (SANTOS, 1996), nas modalidades materiais e imateriais. O terceiro território é formado pelo movimento dos sujeitos e pelo movimento das relações e formas de uso do primeiro e do segundo territórios. Por exemplo, quando comparamos determinados períodos em que acontecem as mudanças nos usos dos territórios, a

territorialização do MST ou a territorialização da soja nos últimos trinta anos revelam as mudanças dos usos dos segundos territórios sobre o primeiro território. Estes movimentos dos terceiros territórios acontecem pelas mudanças das territorialidades como também pelo movimento dos sujeitos (classes sociais) dos diversos tipos de veículos na terra, na água e no ar. O terceiro território está sempre em movimento.

A tipologia de territórios permite aprofundar a análise da disputa territorial por modelos de desenvolvimento utilizando os conceitos de intencionalidade e conflitualidade (Fernandes, 2008; 2009). A intencionalidade se refere às opções política e cultural do indivíduo ou do sujeito coletivo por uma determinada forma de organização societária, por análise a partir de uma perspectiva histórica e de classes por projeto de mudança ou de conformação. A intencionalidade está vinculada ao comportamento ativo ou passivo dos sujeitos em relação ao território ou ao meio social onde está inserido. Ela não é neutra do ponto de vista da luta de classes, pois, ao discutir e analisar a disputa por modelos de desenvolvimento, por exemplo, o pesquisador tem na sua intencionalidade uma perspectiva de projeto, de combater um dos projetos e potencializar outro.

A dimensão da conflitualidade na disputa territorial é outro aspecto de oposição à concepção de território de governança, do território neutro, do território sem disputa de classes e de projetos, pois para Fernandes (2009, p.203), “a conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios”. Nessa perspectiva, os territórios são construídos pelas contradições como resultado das relações sociais e de produção, que ao mesmo tempo territorializa e desterritorializa determinados modelos de desenvolvimento. “A centralidade da conflitualidade é a disputa de territórios por modelos de desenvolvimento, em que os territórios são

marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtoras de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia” (ibidem, p.203).

Para analisar as disputas de territórios por modelos de desenvolvimento em seu sentido diverso, é necessário considerar a indissociabilidade, a pluriescalaridade e a multiescalaridade. A profundidade da investigação e das ações reside na compreensão de que a disputa por modelos de desenvolvimento acontece nas escalas local, municipal, regional, estadual, nacional e internacional. É a partir dessa análise que a Via Campesina, em contraposição a globalização capitalista, criou o lema “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”. Ao desenvolver a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento capitalista no campo, faz-se necessário levar em conta a divisão internacional da produção e do trabalho, a função dos países em desenvolvimento, a relação centro periferia e, mesmo dentro das fronteiras nacionais, é necessário considerar as particularidades regionais, os biomas, o acesso à logística, entre outros, que são fundamentais para pluriescalaridade.

## **Desenvolvimento: definição de conceitos**

Para entender as disputas territoriais por modelos de desenvolvimento, faz-se necessário buscar, nas análises econômicas e políticas sobre a formação social de cada período histórico social, os modos de produção que correspondem aos modelos de desenvolvimento centrados na propriedade privada dos grandes meios de produção, em particular na sociedade contemporânea, bem como nas tentativas da construção de modos de produção que se fundamentam na socialização desses meios, como é o caso da Revolução Russa. É preciso entender a totalidade e as particularidades de cada modo de produção e investigar os modelos de desenvolvimento que

disputam o território. Para tanto, a economia política e o conceito de territórios como apresentado pela Geografia serão usados como alicerces.

A construção das relações sociais de produção capitalista é resultado de um longo processo da luta de classes e do avanço das forças produtivas. Antes do modo de produção capitalista ser dominante, ocorreram outras formas de organizações societárias, como o comunismo primitivo, o modo de produção escravista, o feudalismo. As iniciativas para superar o modo de produção capitalista também são históricas, como os acontecimentos revolucionários no final da primeira metade do século XIX, sendo os mais expressivos a Primavera dos Povos e a Comuna de Paris, ocorridos em 1848 e em 1870, respectivamente.

O modo de produção capitalista metamorfoseia-se graças a suas próprias contradições e às lutas de classes. Como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (1999, p.7), “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. O capitalismo não se desenvolve linearmente; ao longo do período em que se tornou o modo de produção dominante, atravessou fases próprias de desenvolvimento, algumas delas: o período liberal; a fase imperialista e dos monopólios; a fase desenvolvimentista ou keynesiana, que no período pós-segunda guerra possibilitou conquistas significativas para a classe trabalhadora de vários países europeus graças a ideia de Estado de bem-estar social; além da fase neoliberal e neodesenvolvimentista, ambas contemporâneas.

Para examinar o capitalismo em suas fases neoliberal e neodesenvolvimentista, bem como a primeira experiência socialista do século XX, o socialismo russo, buscou-se em Katz (2016), as contribuições necessárias para a compreensão dessas fases históricas e decisivas na disputa de projetos societários para o rumo da humanidade.



Para o autor, o debate internacional em torno da possibilidade do neoliberalismo, tem sua origem na corrente do pensamento econômico neoclássico, enquanto as condições políticas e econômicas para a sua aplicação só foram possíveis com o esgotamento do crescimento keynesiano do pós-segunda guerra. O esgotamento keynesiano se expressa na forma de crise do capital na primeira metade da década de 1970 na Europa, provocando a destruição do Estado de bem-estar social. Katz (ibidem, p.79), citando Hirsch (1999), diz que “o neoliberalismo foi definido, nos anos 1980, como uma ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro”.

O autor afirma que, na década de 1990, o neoliberalismo conquistou hegemonia mundial. Dois motivos para a ofensiva mundial do neoliberalismo, aponta, foram o enfraquecimento dos sindicatos e a inquietação provocada pela desigualdade social. Katz (ibidem) assevera que, entre as consequências do neoliberalismo, está o aprofundamento da desigualdade social, a expansão da pobreza nas economias centrais do capitalismo e a ampliação da precarização das relações de trabalho em escala mundial. Para ele, o neoliberalismo é uma fase de desenvolvimento do capitalismo em escala internacional, sendo que, nela, as empresas transnacionais têm primazia nas relações com as empresas nacionais e o discurso do livre-comércio ganha espaço frente às fronteiras nacionais.

O neoliberalismo converge com a internacionalização da economia. A fragmentação mundial dos processos de fabricação e a transferência da indústria para o Oriente Médio consolidam a primazia das empresas transnacionais. As grandes empresas utilizam normas do livre-comércio e as baixas taxas para desenvolver intercâmbios entre suas filiais. Esses movimentos sustentam, além disso, a globalização financeira e o fluxo vertiginoso de capitais entre os vários países (ibidem, p.80).

Em relação ao neoliberalismo na América Latina, Katz (ibidem) sustenta que essa fase de desenvolvimento do capitalismo se inaugura na metade da década de 1970, antecipando as tendências dos países centrais. A experiência neoliberal no continente aconteceu por meio de um golpe militar no governo da unidade popular do então presidente Salvador Allende do Chile. Esse golpe e outros que se seguiram pelo continente transcorreram no contexto da Guerra Fria, foram orientados pela CIA e comandados pelas forças armadas nacionais e pela burguesia interna. O golpe militar no Chile, sob o comando do general Augusto Pinochet, foi o método utilizado para impedir a territorialização das experiências de desenvolvimento socialista na região, que tinham na vitória da Revolução Cubana a principal referência. O autor afirma que a implantação de neoliberalismo na América Latina, seja por meio dos golpes militares ou por via eleitoral, foi decisiva para a reconversão da economia latino-americana na condição de agroexportadora. Segundo o autor, a consolidação da região como exportadora de produtos primários tem impactado o perfil das classes dominantes, que abandonaram a perspectiva nacional e assumiram a condição de burguesia local.

A outra forma de desenvolvimento do capitalismo é a versão contemporânea do desenvolvimentismo em neodesenvolvimentismo. Para Katz (ibidem), o neodesenvolvimentismo tem uma variedade de enfoques, tornando difícil saber sua centralidade na economia, mesmo frente a essa heterogeneidade de concepções. Ele destaca cinco concepções neodesenvolvimentistas: intervenção estatal para emergir do subdesenvolvimento; política econômica como instrumento central de crescimento; retomada da industrialização para multiplicar o emprego; redução da defasagem tecnológica; e imitação do avanço exportador do sudeste asiático.

O neodesenvolvimentismo retoma certos balizadores econômicos do seu precedente, o desenvolvimentismo, que teve origem no contexto da

Guerra Fria, particularmente frente à ofensiva da Revolução Cubana. Nesse período, o governo dos Estados Unidos criou a aliança para o progresso como forma de implantar medidas paliativas em países que tinham possibilidade de serem envolvidos pela perspectiva socialista no continente. Katz (ibidem) analisa a “repactuação” entre o modelo agroexportador com os capitalistas industriais na perspectiva de que o dinheiro das exportações seria um forte potencial para a reindustrialização do Brasil.

No novo cenário, os neodesenvolvimentista preveem processos de crescimento em coalização com o agronegócio. O velho conflito com a oligarquia exportadora foi diluído e os antigos adversários são convocados a forjar um bloco comum. A conversão dos produtores agrícolas em novos empresários recriou a solidariedade capitalista entre os endinheirados do campo e da cidade. A tradicional contraposição entre liberalismo agrário e o protecionismo urbano diminuiu, e o neodesenvolvimentismo visualiza a agroexportação como potencial fornecedora de divisas para a reindustrialização. (Ibidem, p.162)

De acordo com o autor, essa aliança entre os setores da burguesia implicou na remodelação neoliberal da agricultura e, conseqüentemente, provocou a concentração da terra, especialização em exportações básicas, perda da variedade de cultivos e acentuada deterioração do meio ambiente.

A partir das análises de Katz, é possível concluir que, em todas as fases de desenvolvimento do capitalismo, o modelo de produção agroexportador foi mantido e, em muitas situações, aprofundado em detrimento das demandas das camadas populares, principalmente a realização da reforma agrária. A tentativa de superar o modo de produção capitalista por outra forma de relação social em que os meios de produção, inclusive a terra, fossem socializados vem primeiramente da Revolução Russa. Para o autor, a luta pelo socialismo tornou-se um grande movimento popular no final do século XIX, impulsionado pela perspectiva da emancipação social e da construção de uma nova sociedade fundamentada na igualdade e na justiça.

De acordo com Katz (ibidem), o socialismo se define por oposição ao capitalismo, é a antítese de um regime que funciona aumentando o sofrimento da maioria da população, as tensões bélicas e a destruição do meio ambiente. Com base na Revolução Russa, o socialismo propôs um novo desenvolvimento para o campo em que a propriedade privada da terra foi abolida sem qualquer indenização.

Gomes (2006), em sua obra *Lenin e a Revolução Russa*, relembra a defesa de Lenin da necessidade de desenvolver o campo por meio da ampla participação camponesa no processo de cooperação agrícola como condição necessária para desenvolver o socialismo. Gomes (ibidem, p.189) destaca o poder proletário e suas três tarefas fundamentais: “1ª criação de uma poderosa indústria socialista; 2ª passagem gradual das economias camponesas para uma grande economia socializada baseada na técnica mecanizada moderna; 3ª a realização da revolução cultural no país”.

Os modelos de desenvolvimento que estão em disputa no campo são, por um lado, o agronegócio, vinculado ao modo de produção capitalista, e por outro o campesinato, baseado numa relação social de produção não capitalista. Esse embate está subordinado a uma dessas duas perspectivas de organização social e econômica, e é com base nisso que as lutas por território no estado do Mato Grosso serão analisadas.

## **Os modelos de desenvolvimento em disputa: agronegócio e agricultura camponesa**

Os modelos de desenvolvimento em disputa no campo são a agricultura empresarial capitalista, ou agronegócio, e a produção com base em pequenas propriedades com trabalho familiar, denominada de agricultura camponesa. Esse enfrentamento tem duas dimensões. Uma delas

é a subjetiva, que se expressa na concepção de que campo se quer, por meio da cultura, dos saberes, dos hábitos alimentares, das festas, da relação familiar, da poesia, da música, entre outras. Outra é a objetiva, manifestada na relação com os bens da natureza, na produção e na reprodução socioeconômica, na geração de postos de trabalho, no uso ou não de agrotóxicos, na logística, na habitação e na luta pelo poder. A centralidade dessas duas dimensões na disputa por modelos de desenvolvimento está no antagonismo entre a grande propriedade privada dos meios de produção e na mercantilização dos bens da natureza em contraposição a produção destinada ao valor de uso e no intercâmbio de mercadorias sem fins lucrativos.

As leituras sobre o desenvolvimento do campo são diversas. Existem análises em que as formas de desenvolvimento do campo são homogêneas; outras, no entanto, concebem o campo a partir da disputa por modelos de desenvolvimento na perspectiva da luta de classes ou fração de classes. Essas diferentes concepções de análises estão filiadas a determinado paradigma. Para Fernandes (2014, p.42), paradigma é o conceito que tem como função analisar melhor “os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura”. O autor acrescenta ainda que paradigmas são visões de mundo, são construções no campo das disputas das ideias, configurando-se territórios imateriais; são batalhas ideológicas por meio de relações que visam o poder para afirmar ou impor diferentes perspectivas de modelos de interpretação da realidade.

Para analisar os modelos de desenvolvimento em disputa são apresentados por Fernandes (ibidem, p.43) dois paradigmas: o paradigma da questão agrária (PQA) e o paradigma do capitalismo agrário (PCA). O PQA analisa criticamente o desenvolvimento do capitalismo no campo, pois aponta que as causas dos conflitos de classe são provocadas pela concentração da propriedade da terra. Esse paradigma tem como ponto de

partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. De acordo com o autor, por um lado, o PQA desnaturaliza os problemas vivenciados pelos camponeses e pelos movimentos que lutam pela terra, ao indicar que a existência do grande número de famílias sem-terra ou com pouca terra e a produção da monocultura são resultado do modelo de desenvolvimento capitalista no campo, e ao mesmo tempo, coloca como necessidade a realização da reforma agrária e conseqüente à ruptura com o agronegócio como condição necessária para desenvolver outro modelo de agricultura e de outra sociabilidade. De outro lado, o PCA analisa os problemas agrários como conjunturais. De acordo com Fernandes (ibidem, p.43), para o PCA, “as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser superadas por meio de políticas que possibilitem a ‘integração’ do campesinato ou ‘agricultor de base familiar’ ao mercado capitalista”. Nessa perspectiva, o campesinato e o agronegócio são complementares e convivem em harmonia.

Ao materializar a aplicação dos paradigmas, é possível perceber a contribuição dessas leituras sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, visto que governos, universidades, empresas e as próprias organizações de classe, tanto do agronegócio como as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, conquistam políticas públicas que fortalecem ou enfraquecem as disputas por modelos de desenvolvimento. As disputas vão além do debate conceitual, e os sujeitos desse processo, camponeses e capitalistas acrescidos pelos seus simpatizantes, organizam-se como coletivos para acumular forças na defesa de um dos projetos em disputa.

Fernandes analisa que na atualidade existem organizações mais influentes que fazem a disputa por modelos de desenvolvimento para o campo. De um lado, representando o agronegócio, está a Associação

Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA); de outro, representando os interesses dos camponeses, está a Via Campesina (VC), que é constituída por diversas organizações, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Na relação com o Estado, as organizações do agronegócio estabelecem contatos com o Ministério da Agricultura (Mapa), historicamente construído para atender os interesses da classe dominante do campo; enquanto as organizações camponesas reportam-se ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), conquistado graças às lutas realizadas no contexto do massacre de sem-terra que aconteceu em Eldorado dos Carajás (PA), dia 17 de abril de 2006. O MDA foi extinto pelo governo Temer a partir do golpe realizado em 2016. Atualmente, as organizações camponesas se relacionam com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A leitura da realidade, tanto do agronegócio como do Mapa, é guiada pelo PCA, que defende que “o agronegócio é uma totalidade composta pelos sistemas agrícola, pecuária, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico que contêm todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos, o agronegócio e o ‘agronegocinho’ etc.” (Fernandes, 2014, p.44). Mas não são somente as instituições do agronegócio que concebem a agricultura como uma totalidade, segundo Fernandes, algumas organizações vinculadas aos camponeses têm a mesma perspectiva de análise e defendem a convivência pacífica entre a agricultura empresarial capitalista e camponeses, produzindo assim a possibilidade do “agronegocinho”. De acordo com o autor, entre essas organizações estão a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).

As organizações camponesas que se posicionam com base na concepção do PQA estão vinculadas a Via Campesina e afirmam que o agronegócio representa e é composto pelas empresas capitalistas nacionais e transacionais, e cumprem a função de desenvolver o campo produzindo monocultura e commodities para exportação; enquanto a produção camponesa se organiza em sistemas baseados na variedade alimentar e em pequena escala destinada a população local. Nesse sentido, Fernandes (2014, p.44) faz uma crítica à concepção do PCA, afirmando que “definir todos tão somente como agricultores esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades. Escondem fundamentalmente as classes sociais”. Portanto, os paradigmas contribuem e ao mesmo tempo disputam modelos de desenvolvimento para o campo.

Para aprofundar as definições de agronegócio e agricultura camponesa, bem como a análise sobre os projetos em desenvolvimento, vários autores serão usados como referência. Primeiramente, é necessário destacar que os termos agronegócio e agricultura familiar, que para alguns estudiosos significa também agricultura camponesa, são conceitos relativamente recentes nos estudos da questão agrária brasileira.

O conceito de agronegócio se coloca como expressão de modelo de agricultura a partir da primeira década do século XXI. Para Fernandes e Welch (2008) e Leite e Medeiros (2012), a formulação original do conceito de agronegócio (*agribusiness*) é de Davis e Goldberg (1957), e significa um complexo de sistema que compreende agricultura, mercado, indústria e finanças:

[...] o movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais que trabalham com uma ou mais commodities e atuam em diversos setores da economia. (Fernandes; Welch, 2008, p.48)

O capital no campo expresso no agronegócio controla e submete parcialmente os camponeses aos seus interesses, seja integrando-os na



agroindústria por meio da exploração da força de trabalho, em especial da juventude, ou como produtor de matérias-primas.

Para Leite e Medeiros (2012), os criadores do termo *agribusiness* tiveram como objetivo criar uma proposta de análise sistêmica que superasse o limite da abordagem setorial até então predominante. De acordo com os autores, o agronegócio aponta duas tendências: “controlar áreas cada vez mais extensas do país e, por outro a concentração de empresas com controle internacional” (ibidem, p.82).

Delgado (2012), também analisando o agronegócio na perspectiva do desenvolvimento capitalista no campo, faz uma crítica aos formuladores do termo *agribusiness*, afirmando que ele é meramente uma descrição das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica. O autor reconhece que o termo dá origem ao conceito de agronegócio no Brasil e assim o defini: “agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (ibidem, p.3).

Para analisar historicamente o surgimento do conceito de agronegócio no Brasil, Delgado (ibidem) busca na história econômica brasileira, desde o período da ditadura militar até os governos de Fernando Henrique Cardoso, a forma e o conteúdo do desenvolvimento na agricultura. Para ele, a política econômica da ditadura militar foi à responsável pela modernização conservadora do capitalismo na agricultura, graças à articulação entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público agrícola e agroindustrial e a propriedade agrária, para estruturar uma estratégia econômica e política que aprofundou as relações capitalistas no campo sem

democratizar a propriedade da terra. Uma década após a derrota política da ditadura militar, os governos neoliberais, em especial de FHC, para enfrentar a crise do capital, retomam as exportações em grande escala de produtos primários e, nesse sentido, criam as bases fundamentais do agronegócio.

Os pilares fundamentais para alavancar o agronegócio nos governos FHC foram ampliados pelos governos do PT. Segundo Delgado (ibidem, p.6) esses pilares são:

[...] I) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transportes e corredores comerciais ao agronegócio; (II) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (III) uma regulação frouxa do mercado e terras, de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; [...] (IV) a mudança na política cambial, que ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida; (V) reativa-se a provisão do crédito rural nos Planos Safra, iniciado com o programa Moderfrota, e retomado com vigor no período 2003/2010.

A política econômica de exportação do agronegócio teve boa receptividade no comércio exterior a partir de 2000, tendo como commodities principais a soja, o milho, o açúcar, o álcool, a carne bovina e de aves e a celulose, juntamente com produtos minerais que cresceram e dominaram a pauta de exportação.

A outra contribuição para a análise da disputa de território a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo em sua fase contemporânea vem do *Programa agrário* do MST, construído de forma participativa entre os anos de 2011 e 2013 e aprovado no VI Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília em fevereiro de 2014. Esse programa, além de conceituar o agronegócio na perspectiva de projeto de classe para o meio

rural brasileiro, desenvolve uma análise sobre seus impactos na estrutura fundiária, sobre as alianças de classes envolvidas e suas consequências sobre o modelo de produção camponesa e os novos desafios na luta pela reforma agrária.

O *Programa agrário* do MST mostra que, a partir da década de 1980, o capitalismo entra em uma nova fase de desenvolvimento, agora hegemônico pelo capital financeiro e oligopolizado pelas empresas privadas transnacionais que controlam o mercado internacional das principais mercadorias. O programa afirma que a riqueza continua sendo produzida pelo trabalho, porém as taxas de acumulação e a divisão do lucro se encontram na esfera do capital financeiro e das grandes empresas transnacionais.

O MST atribui a essa nova fase de desenvolvimento do capitalismo as mudanças no modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro. Essa fase de desenvolvimento se materializa numa aliança entre os setores da classe dominante que têm como objetivo dominar a produção, a circulação e os preços das mercadorias agropecuárias. A composição dessa aliança de classe é feita pela burguesia das empresas transnacionais, por banqueiros, pela burguesia proprietária das empresas dos grandes meios de comunicações e pelos grandes proprietários de terras. Para garantir a unidade de projeto, essa aliança controla os governos e seus respectivos parlamentos. Para exemplificar, cerca de 40% das cadeiras no Congresso nacional são ocupadas pela bancada ruralista.

A nova fase de desenvolvimento do capitalismo no campo tem entre suas características a intensiva substituição da força de trabalho por tecnologia, superexploração da força de trabalho, uso crescente de agrotóxicos, controle das sementes e de insumos. A hegemonia desse modelo de desenvolvimento é decisiva para a territorialização do capital e o

controle sobre os recursos naturais, especialmente a terra, minérios, águas, florestas e fontes de energia.

Em relação à concentração da terra, o *Programa agrário* do MST, com base nos dados do *Censo agropecuário* de 2006 realizado pelo IBGE, afirma que no Brasil existem cerca de 22 mil grandes propriedades acima de 2 mil hectares, consideradas como grandes latifúndios, 400 mil propriedades entre cem e 2 mil hectares, consideradas propriedades modernas onde se constitui a maior parte de desenvolvimento do agronegócio. De outro lado, as propriedades de até cem hectares são consideradas propriedades camponesas e somavam 4,8 milhões de estabelecimentos agropecuários, sendo que 1 milhão seria de camponeses com renda agrícola que produzem e reproduzem o modo de vida camponês e, eventualmente, contratam força de trabalho, e os outros 3,8 milhões de famílias produzem para subsistência e sobrevivem de políticas públicas, a exemplo do Programa Bolsa Família.

Essa nova fase de territorialização do capital tem como base a disputa de projetos feita pelo agronegócio e os seus impactos na produção e na concentração fundiária. Nos primeiros anos do século XXI, ela reconfigurou o campo na direção da agropecuária exportadora e depredadora do meio ambiente e das relações de trabalho, muitas vezes degradantes e enquadradas no código civil brasileiro como trabalho análogo a escravidão.

A existência e a consolidação do agronegócio significam o aprofundamento da questão agrária brasileira. Seus frutos se mostram na expropriação intensiva dos bens da natureza, na mercantilização das relações no meio rural, no aumento da submissão dos camponeses aos interesses do capital e no aumento do êxodo rural. Os movimentos sociais que lutam pela democratização da terra e por uma nova perspectiva na relação com o meio ambiente e na produção de alimentos saudáveis

referenciados na agroecologia são combatidos com violência por esse modelo de desenvolvimento.

Nesse campo de disputas, outro sujeito precisa ser apresentado: o campesinato. A partir de interpretações feitas por vários estudiosos, o campesinato pode ser descrito, não como algo do passado, mas como elemento de resistência e portador de um projeto de desenvolvimento baseado na produção de alimentos para a segurança e soberania alimentar, e na geração de empregos e relações de trabalho não capitalistas.

Ao analisar o processo da produção camponesa com o objetivo de identificar as particularidades dessa economia e a sua relação com a exploração capitalista, Bartra (2011), com base em Karl Marx, traça um paralelo entre a exploração do proletariado e a exploração camponesa. Segundo o autor, ambos são explorados, porém são questões qualitativamente diferentes. Enquanto o processo de produção capitalista tem como finalidade a exploração do trabalho do proletariado tendo como objetivo a extração da mais valia; já no que concerne o processo de trabalho camponês, a valorização do valor se dá através de várias mediações em que a exploração se realiza na circulação capitalista: “o processo camponês de produção, em um sentido estrito ou imediato, não contém em seu interior a chave da exploração do trabalho camponês. Esta somente pode ser descoberta quando a produção camponesa é localizada no contexto da reprodução social do capital” (ibidem, p.13).

No processo imediato de produção, o camponês produz excedente que é apropriado na esfera da circulação mercantil pelo capital. Nessas circunstâncias, o resultado é a valorização do capital pelo trabalho do camponês, que permite a sua reprodução para ser novamente explorada. Nesse sentido, Bartra (ibidem, p.22) analisa que a relação do campesinato com o capital não está limitada apenas a transferência de valor, mas também

consiste numa relação de exploração que não se restringe a circulação, mas tem correspondência com a produção em sentido estrito.

A produção camponesa está baseada na unidade do trabalhador e dos meios de produção e, portanto, conserva a união entre o produtor direto e seu produto, de tal modo que quando o camponês se vê submetido como comprador e vendedor a um intercâmbio desigual, o mesmo sujeito, enquanto produtor, está sendo submetido a uma relação de exploração em que parte do seu trabalho lhe escapa na forma de produtos.

Para o autor, a exploração do camponês se materializa na relação com o mercado, visto que o excedente muda de proprietário e a base dessa exploração se encontra nas condições do próprio processo produtivo.

Sobre o conceito de camponês, o autor analisa que existe dificuldade em capturá-lo devido às diversas dimensões e por ser esquivo por natureza: “o camponês pode ter terra e até um módico capital, vende ou come o que planta e pode contratar temporariamente peões, outras vezes é ele mesmo que vende sua força de trabalho por um salário” (ibidem, p.67). Ou seja, o camponês se metamorfoseia, sendo um pouco fazendeiro e burguês e um pouco proletário.

Frente à complexidade da identidade camponesa, Bartra (ibidem, p.68) afirma que o camponês, ao contrário do fazendeiro e do proletário, apresenta-se primeiro como evidência social, como sujeito dos movimentos reivindicatórios, como projeto e utopia, como socialização no campo, como hábitos e tradições, como imaginário social e como sensação de saudade idealizada: “o camponês surge como vontade de ser, como projeto, como carência e aspiração”. De acordo com o autor, a verdadeira face do camponês se define pela sua diversidade étnica, produtiva, histórica e econômica, “grosso modo, o camponês seria o trabalhador rural autônomo e, portanto, com algum acesso à terra” (ibidem, p.72). E prossegue:

[...] o camponês não é, portanto, o indivíduo ou família, mas esse emaranhado de relações sociais cujos nós são a comunidade, a vila rural, o povoado, o governo local, a associação

agrícola, a região... E mais recentemente também a comunidade transterritorial formada pelos migrantes e suas famílias, que partiram, mas não foram esquecidos.

Para Bartra (ibidem), tanto a identidade camponesa como os costumes e tradições estão em constantes mudanças. Enquanto em alguns lugares as tradições camponesas são reanimadas, em outros estão em deterioração e vêm sendo substituídas por novas estruturas organizativas em escala local, nacional e até internacional. Segundo ele, as mudanças que vêm ocorrendo na prática camponesa – a exemplo de camponeses que são gestores coletivos de empresas e serviços agroindustriais, que usam a tecnologia tradicional e, ao mesmo tempo, relacionam-se com a mais inovadora biotecnologia, que produzem para o autoconsumo e exportam café orgânico gourmet para Nova York – não alteram a condição camponesa. Isso porque “o núcleo duro da socialização camponesa está ainda na comunidade agrária, mas seu mundo já não termina as margens da aldeia; as relações econômicas, as agremiações políticas e culturais que o animam se estendem pela região, percorrem o país, cruzam as fronteiras nacionais” (ibidem, p.79).

No que diz respeito aos diversos modos de produção com os camponeses, o autor analisa que, na perspectiva das revoluções burguesas, os camponeses deveriam ter sido enterrados junto com o feudalismo, pois o capitalismo, tendencialmente, lhes fragmentaria em empresários agropecuários e proletários, e o socialismo lhes combateria por considerá-los propagadores desprezíveis da burguesia rural. As teorias sociais também tendem a remetê-los ao passado junto às antiguidades do velho sistema social, como restos pré-capitalistas, referindo-se às diversas formas de trabalho que ocupam e a decadente renda agropecuária com a finalidade de colocar em questão a sua própria identidade.

Na contratendência das teorias e dos modos de produção, e em tempo de darwinismo social e de exclusão crescente, os camponeses se colocam

como símbolo de resistência e opção de sociabilidade solidária. Contextualizando sua ação na passagem de milênios, Bartra (ibidem) analisa a possibilidade de uma reforma agrária de novo tipo na África e na América Latina, apesar das reversões das contrarreformas neoliberais. Tanto em países de natureza socialista como nos países centrais do capitalismo, os camponeses têm se libertado do cooperativismo autoritário do Estado, demonstrando a força da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, reconstruindo formas de cooperação voluntária e reivindicando políticas agrícolas que geram empregos, segurança alimentar e conservação do meio ambiente.

Bartra (ibidem) cita, a título de exemplo, os agricultores da União Europeia que estão priorizando uma reforma agrária pós-moderna e antiprodutivista, que tem como um dos seus objetivos substituir o modelo intensivo e degradante por uma agricultura de base familiar compatível com a saúde humana, ambiental e alimentar, contribuindo para a preservação da agricultura camponesa e da paisagem do campo. A nova reforma agrária tem como característica, de acordo com Bartra (ibidem), a autonomia camponesa, ao contrário das reformas agrárias do passado, em que os camponeses recebiam terra num pacto de submissão. O novo projeto tem como princípio a democracia social, cidadã e antipatriarcal, apontando que a refundação agrária do novo milênio deve ter equilíbrio de gênero e rosto feminino.

Além de alterar a concepção de reforma agrária, os camponeses criaram um movimento internacional, fato inédito, pois as organizações internacionais criadas no final do século XIX e que se estenderam até meados do século XX foram iniciativas da classe trabalhadora urbana a exemplo das internacionais socialistas. O movimento internacional dos camponeses foi fundado, segundo Bartra (ibidem), comprometido com a segurança alimentar, com novas relações com o meio ambiente e de gênero, no respeito aos direitos e com a autonomia. É um movimento que teve em



sua composição social os pequenos e médios produtores camponeses e suas comunidades. Analisando as mudanças ocorridas com os camponeses nessa virada de milênio, Bartra (2011, p.69), afirma que “os agricultores familiares saíram da tumba e decidiram apostar no futuro”.

Apoiando-se em Barrington Moore (1973), Bartra (ibidem, p.69) analisa a relação dos camponeses com a democracia e a ditadura: “os camponeses construíram a grande base social do radicalismo [...] os mananciais da liberdade humana não estão somente onde Marx os viu, nas aspirações das classes ascendentes, mas talvez mais em [...] uma classe que a onda do progresso está prestes a destruir”. Ainda sobre a condição de sujeito da transformação social, o autor afirma que “O camponês é movimento, conflito, luta sindical, que a contragosto é anunciado pelos meios de comunicação, de preferência em uma manchete que denota violência” (ibidem, p.85). Para ele, a condição camponesa está em movimento e por isso não deve ser considerada uma relíquia ou uma repetição.

Além das mudanças na perspectiva de projetos de reforma agrária e da participação em diversos eventos com objetivos de alterar a correlação de forças, na luta por mudanças na direção de uma nova sociabilidade, os camponeses também são disputados e disputam diferentes concepções de tecnologias para o campo. Pode-se afirmar que são pleiteadas duas concepções fundamentais de tecnologias para o desenvolvimento do meio rural: de um lado, a mecanização e a aplicação intensiva de agroquímicos, que contribuem para a construção de uma cultura consumista e ao mesmo tempo de submissão dos camponeses às empresas capitalistas nacionais e transnacionais produtoras e comercializadoras de agrotóxicos; por outro, os camponeses e setores progressistas das universidades têm demonstrado mudanças reais e virtuosas em relação às tecnologias de inspiração na produção artesanal, a exemplo dos policultivos agroflorestais e das pequenas produções agrícolas orgânicas, que substituem os agroquímicos e

a maquinaria inadequada por recursos naturais adequados à produção saudável.

Bartra (ibidem, p.87) chama atenção para os cuidados que os camponeses devem ter na relação com o projeto de agricultura empresarial, afirmando que “o modelo empresarial não serve; conduz a ruína aqueles que têm mais e à condenação aqueles que têm menos e que, para vencer a corrida maluca, sacrificam a autonomia e liberdade”. O autor aponta a incompatibilidade daqueles que produzem para vestimenta e para a alimentação (valor de uso ou circulação simples), destacando ser muito difícil para se manter frente à concorrência mercantilista, segundo a qual o que dever ser considerado é a taxa monetária de retorno. De acordo ele, a produção camponesa não tem natureza mercantil, ou seja, não visa lucro, pois tem como finalidade atender as necessidades humanas de alimentação. Por isso esse modo de produção está em conflito com as relações de mercado.

Em sua ingenuidade, o camponês deseja produzir alimentos para comer e fibras para vestir e não mercadorias para lucrar. Se em alguns saudosistas isto se transforma em nostalgia diante da mudança, a economia natural é, em outros, disputa e utopia. O camponês com projeto e vocação para o futuro reivindica uma economia com alma e uma modernidade com rosto humano. A alma e rosto que a produção doméstica não extraviou por completo. (Ibidem, p.88)

Para Bartra (ibidem), os camponeses e indígenas não são contra a modernidade desde que essa modernidade não seja opressora, desigual e excludente. Parafraseando o *Manifesto do Partido Comunista*, no qual Karl Marx afirma que a história da humanidade é a história da luta de classes, o autor aponta que a história é também de exclusão e de rebelião, de confronto entre bárbaros e civilizados: “Os camponeses e os indígenas não se rebelam contra o atraso pré-moderno, mas contra a modernidade selvagem que os aflige a todos. Não são irmãos marginalizados, esquecidos às pressas pelo novo milênio, mas o espelho da nação. Não representam o passado, mas o futuro” (ibidem, p.91).

As contribuições de Bartra são importantíssimas para compreendermos as relações econômicas, de trabalho e com a natureza desenvolvidas pelo camponês, bem como para a compreensão da complexidade conceitual e das mudanças ocorridas no meio rural e que vêm alterando as características do camponês na virada do século XX, sem que ele deixe de ser um sujeito social de relações não capitalistas.

Costa e Carvalho (2012), examinando o significado de camponês e campesinato, apresenta as multiplicidades de forma e de existência camponesa. Os autores fazem primeiramente uma distinção entre campesinato e camponês. Para eles, campesinato é “um conjunto de famílias existentes em um território” (ibidem, p.113). As famílias camponesas têm sua existência num determinado território, que produzem e reproduzem, tendo como base as relações sociais a partir das quais estabelecem normas de convivência e de uso dos bens da natureza, bem práticas e intercâmbios culturais. As famílias camponesas estão situadas num espaço geográfico e politicamente delimitado pela luta por modelos de desenvolvimento no campo.

Para os autores, as famílias camponesas se definem pelo acesso aos meios necessários para a produção e reprodução do seu modo vida, ou seja, o atendimento as suas necessidades biológicas e culturais sem exploração permanente da força de trabalho.

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que não decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa locação. (Ibidem, p.113)

A partir dessas diversidades de relações e de concepções, as unidades de produção camponesa têm como finalidade comum produzirem para garantir a reprodução dos seus respectivos núcleos familiares, na

perspectiva de incorporar diversas gerações num contexto endógeno em que a geração operante se vê como parte constituinte das realizações de seus antepassados e de seus descendentes. Porém, a produção e a reprodução do modo camponês de vida se dão graças a combinações individualizadas e condicionadas por possibilidades e limitações da realidade em todas as escalas que encerram sua forma de existência. “Nessa condição concreta, constituem um campesinato” (ibidem, p.113).

Encarando a relação dos camponeses para além da sua unidade de produção e reprodução, os autores desenvolvem uma análise sobre o comportamento dos camponeses nos países ricos, a exemplo dos Estados Unidos da América, e dos camponeses nos países pobres. Nos países ricos, os camponeses estão envolvidos em cooperativas e têm acesso a tecnologias garantidas pelo sistema de créditos. Geralmente, são tecnologias que degradam o meio ambiente; e a partir desse modelo de agricultura eles lutam com expressiva vantagem por um espaço na sociedade de mercado. Ao contrário do que acontece nos países ricos, os camponeses dos países pobres são economicamente pauperizados e, muitas vezes, têm dificuldade em garantir a própria reprodução.

Entre as causas que levam os camponeses a essa situação, estão à falta de acesso a tecnologias apropriadas ou a precariedade em relação ao acesso a meios fundamentais como a terra. A escassez desses meios se deve a influência exercida pelos proprietários de terras ou comerciantes, que, muitas vezes, fundem-se em uma só pessoa. Esses proprietários são os que fazem a mediação entre o campesinato e a sociedade, tanto nas relações políticas como nas relações econômicas. Essas relações se transformam em uma espécie de rede e assumem um tipo de economia moral que se articula em torno de instituições comunitárias de forma a garantir segurança das famílias por meio de relações cliente-patrão, levando os camponeses a profunda submissão.

Para Costa e Carvalho (ibidem), as instituições comunitárias perpassam a condição de economia moral, que viabiliza segurança as famílias com relações de submissão. A comunidade rural camponesa ocupa um espaço central no modo de vida camponês, porque, além de dar apoio econômico, garante suporte político e ideológico. O apoio da comunidade é fundamental na resistência e na luta cotidianas, bem como na afirmação das especificidades da vida camponesa. Nesse sentido, a comunidade rural cumpre, entre outras funções, a de ser um espaço para

[...] festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução de conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários), e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa... (Gorgen, 2009, p.5 apud Costa; Carvalho, 2012, p.115)

Em relação a sua autonomia relativa, o campesinato, como uma classe em construção, enfrenta os desafios fundamentais para garantir a produção e reprodução social nos marcos do modo de produção capitalista. De acordo com Costa e Carvalho (ibidem, p.116),

[...] o camponês, para afirmação da sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital; o campesinato, para a construção de uma identidade social que lhe permita constituir-se como classe social e, portanto, como sujeito social na afirmação de seus interesses de classe. Ambas, a afirmação da autonomia relativa camponesa como a construção do campesinato como classe social se inter-relacionam numa dinâmica social marcada por relações de poder em disputa.

A construção da autonomia relativa do camponês não é algo linear ou mecânico, mas um processo político e econômico fundamental para que o campesinato se afirme como classe social, como sujeito histórico para realização dos seus interesses de classe, diferentes daqueles que estimulam as práticas de classe seja da burguesia, seja do proletariado.

A existência e a resistência camponesa ao longo da história estão vinculadas aos níveis de autonomia relativa que lhe permite maior ou menor grau de escolha. A submissão camponesa ou a sua autonomia estão diretamente aliadas ao acesso à tecnologia; este pode aumentar a produtividade do trabalho e aparentemente pode contribuir para aumentar a sua autonomia. Porém o que se percebe é que as tecnologias hegemônicas estão ampliando a subordinação dos camponeses aos interesses capitalistas. Nessas circunstâncias, os camponeses vivem uma tensão política e econômica entre a adoção das tecnologias de perspectiva capitalista e as práticas, inclusive tecnológicas, do modo de vida camponesa.

Costa e Carvalho (ibidem) analisam que a autonomia relativa camponesa está vinculada diretamente a necessidade da construção de uma identidade que supere a identidade de resistência. Os autores afirmam que é fundamental superar a identidade de resistência para alcançar uma identidade de projeto, ou seja, de camponeses em si, em camponeses para si. A resistência camponesa “descolada” de projeto societário não lhes permite posicionamento na sociedade na perspectiva de transformar toda a estrutura socioeconômica. Aqui os autores chamam atenção dos camponeses e de suas organizações alertando-os que “jogar somente na defesa não ganha o jogo” é preciso ir para a ofensiva.

A redefinição ou a transição para essas identidades se expressam de forma coletiva. Elas revelam o campesinato entrando na disputa de projetos como sujeito coletivo e social cuja direção é romper com a dominação e a subordinação na qual historicamente estão inseridos. Os movimentos sociais e camponeses estão participando da mediação desse processo. A construção de uma identidade social e de projeto do campesinato deve considerar não apenas a sua autonomia relativa perante o capital, como a participação com maior ou menor nível de explicitação, de uma maneira diferente de fazer agricultura daquela que tem como concepção o paradigma capitalista.

Fernandes e Welch (2008), grandes estudiosos da questão agrária e do campesinato, afirmam que o campo é concebido como território em permanente disputa e conflitualidade por modelos de desenvolvimento. Essa disputa tem como sujeitos coletivos principais o agronegócio de um lado e agricultura camponesa de outro. Sinteticamente, os autores fazem a distinção entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa: a primeira como modelo de desenvolvimento que tem como referência o cultivo da monocultura, relações de trabalho assalariada e produção em grande escala; a segunda tem como referência a preservação da biodiversidade, a predominância de relações de trabalho familiar e a produção em pequena escala. A partir dessa interpretação dos modelos de desenvolvimento no campo, os pesquisadores afirmam que o sistema agrícola camponês não compõe o agronegócio. Mesmo que o camponês produza sobre a direção dos interesses do agronegócio em suas propriedades de forma subalterna, não deixam a condição de produtor camponês.

Para os autores, os camponeses são produtores agrícolas de base familiar. Nessa análise, a unidade de produção familiar tem duas funções fundamentais: o da produção da existência camponesa e o da produção de alimentos. Para compreender a produção camponesa em sua totalidade, se faz necessário interpretá-la a partir de um sistema de produção agropecuário, em que estão articulados elementos culturais, de resistência e de valores.

Compreender o campesinato como um sistema, não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreende seu modo de vida, a partir do seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital, condições essenciais para continuar sendo camponês. (Ibidem, 2008, p.49)

Segundo Fernandes e Welch (ibidem), todo camponês é um agricultor familiar. Contudo, admitem que essa interpretação encontra divergências

com alguns autores, e criticam aqueles que defendem a distinção entre um ou outro modo de produzir, afirmando que essa distinção é mais uma tentativa de divisão e cooptação dos camponeses e de suas organizações.

Eles insistem na defesa da predominância do trabalho familiar nas relações camponesas, atestando que usar esse termo é valorizar a relação social não capitalista, em que as formas de exercer o poder são totalmente diferentes das formas de poder das relações capitalistas. Essas relações são decisivas para limitar o uso do espaço onde acontecem a produção e reprodução dessas formas de vida. Para eles, essa “limitação determina a área de produção e, por conseguinte, todas as relações que lhe são resultantes, como, por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida etc.” (ibidem, p.50). De acordo com os autores, há uma distinção não só teórica, mas prática em relação à distinção da agricultura familiar e da agricultura capitalista.

[...] a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, o capital, ao realizar sua reprodução ampliada por meio da mais valia, supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo. (Ibidem, p.50)

Os autores demonstram, a partir de suas análises, que não há distinção entre agricultura familiar e agricultura camponesa; a escolha por um ou outro termo de forma dogmática não contribuirá para compreensão do significado da complexidade da identidade camponesa e, por conseguinte, limitará a ação dos defensores do modelo de desenvolvimento com base nessa forma de produção.

Oliveira (2001, p.185), analisando a mesma questão, afirma que o desenvolvimento capitalista moderno no Brasil, e particularmente no campo, desenvolve-se de forma desigual e contraditória, pois “o desenvolvimento do capitalismo – e a sua consequente expansão no campo



– se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural”. Para exemplificar, o autor aponta que, por um lado, o capitalismo estimula o trabalho assalariado em diferentes culturas e em diversas regiões do Brasil, como na produção de cana-de-açúcar, no cultivo da soja e da laranja. Por outro lado, o capitalismo desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Nessa condição, o camponês é um sujeito social dentro do capitalismo e não fora dele.

Outro pressuposto para analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo é o caráter rentista que assume no país, “isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra” (ibidem, p.186). De acordo com Oliveira (ibidem), esse processo teve origem na escravidão e se consolidou após a deposição do presidente João Goulart pela ditadura militar, quando os militares procuraram ressoldar essa aliança/fusão que tinha sido abalada pela aprovação da reforma agrária no governo anterior.

Esse processo de desenvolvimento capitalista produziu uma modernização conservadora da agricultura, em que não foi necessário fazer a reforma agrária para desenvolver o capitalismo. A não realização da reforma agrária nos marcos do capitalismo produziu dois tipos de camponeses que atuam em duas frentes de luta: “uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtora de alimentos fundamentais à sociedade brasileira” (ibidem, p.189). Segundo Oliveira (ibidem), nessas circunstâncias, os camponeses são uma classe em luta permanente, pois os diversos governos não os consideram nas políticas públicas.

Frente a esses motivos, as reações dos camponeses têm sido diversas; entre elas, a disputa pela terra que é uma luta específica moderna, característica própria do século XX. “Entendo que o século passado foi, por

excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social” (ibidem, p.189). De acordo com Oliveira (ibidem), os camponeses não são entraves para o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, ao contrário, tiveram o acesso à terra negado, foram desterrados. No interior dessas contradições, originam-se os movimentos sociais que organizam a luta pela terra, e com ela os conflitos e as várias formas de violência.

A disputa por modelos de desenvolvimento no campo tem entre suas “faces” a violência como forma de contenção, de imposição e de dominação de um projeto sobre outro. Ao discutir dimensão da violência contra os camponeses e suas organizações, Oliveira (ibidem, p.185) atesta que “a história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social”. A violência contra os povos do campo é anterior à existência dos camponeses no Brasil. Os primeiros a sofrerem atos de violência por não se adaptar ao projeto capitalista foram os povos indígenas: “o território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas” (ibidem, p.190).

Simultaneamente à violência cometida contra os povos indígenas, aconteceu aquela aplicada aos escravos negros que se revoltaram contra os senhores rentista. A rebelião negra teve como formas de luta desde as fugas até a organização de quilombos como espaço e território da liberdade e da resistência. Os posseiros camponeses sem-terra vêm historicamente lutando, de um lado, contra as causas da sua expropriação e, de outro, contra os jagunços dos latifundiários grileiros e especuladores.

Oliveira destaca algumas das organizações e lutas camponesas que fizeram parte da luta pela liberdade da terra e dos camponeses, como Canudos, Contestado, Trombas e Formoso. Em meados do século XX, as organizações camponesas de maior expressão foram as Ligas Camponesas,

que sacudiram a estrutura agrária, principalmente no Nordeste. Porém suas lideranças foram, em sua maioria, assassinadas pelos agentes da ditadura militar. Outra organização camponesa de natureza sindical criada no período do governo João Goulart e que existe até hoje é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que teve papel importante no Programa de Reforma Agrária de Goulart e na criação da Superintendência da Política Agrária (Supra).

A violência cometida pelos latifúndios e seu Estado geram morte, mas criam também as organizações que resistem e lutam pela vida. “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é produto dessa contradição” (ibidem, p.193). A negação e a luta contra a expropriação passam a ser pensadas e articuladas a partir da zona urbana, com a participação dos retirantes a quem a sociedade insiste em negar o direito de ser cidadão. Além da negação e da expropriação capitalista, agora surgem outras formas e espaços de luta como condição para recuperar o tempo roubado pelo capital.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e boias-frias encontram, na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. (Ibidem, p.194)

O capital, na busca de sua reprodução ampliada, atua como rolo compressor, esmagando tudo para alcançar o seu objetivo principal. É na lógica das contradições do capital que devem ser compreendidos os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil. Para Oliveira (ibidem, p.194), o capitalismo se desenvolve de forma desigual e contraditória; a pressão que o capital exerce em determinado território não é a mesma em outro espaço: “Desta pressão e contrapressão, nasceu o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra, um movimento camponês que faz a travessia do terceiro milênio”.

O autor, investigando as diversas formas de resistência camponesa, identifica movimentos e organizações de povos indígenas, quilombolas, sem-terra entre outros, mas reconhece a dimensão de grandeza do MST e a sua função na organização dos camponeses com e sem-terra para avançar na luta pela reforma agrária.

O MST é parte desta luta do campesinato brasileiro, mas, sem dúvida alguma, o principal desses movimentos, por ter uma organização mais sólida, de caráter nacional. É aquele que está soldando a possibilidade de vitória da luta destes diferentes setores que formam o heterogêneo campesinato brasileiro. O MST, por isso mesmo, é um movimento social jovem, que nasceu no início dos anos [19]80 e tem como binômio de ação a lógica acampamento-assentamento. Quem quiser conhecer e entender o MST terá de entender este processo de luta calcado nos acampamentos, portanto, nas ocupações e na luta nos assentamentos. Assim, o MST é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos. (ibidem, p.196)

O autor destaca também a estrutura organizativa do MST e a defini como sendo democrática, de base, e efetivamente de massa. Uma estrutura organizativa que respeita as diferenças regionais, tem um coletivo nacional representativo de todas as regiões do país onde o movimento atua e apresenta unidade nas decisões coletivas. As divergências existem, porém são debatidas, e a proposta vencedora é cumprida por todos.

O embate por modelos de desenvolvimento no campo brasileiro é permeada pela luta das classes sociais que se manifesta na disputa de territórios, numa intensa conflitualidade na qual a territorialização de um modelo de desenvolvimento significa necessariamente a desterritorialização de outro, daí sua natureza antagônica. Cada classe social utiliza seus meios para construir e, ao mesmo tempo, impor um dos modelos de desenvolvimento. O agronegócio tem como defensor do seu projeto o Estado brasileiro, os meios de comunicação e as empresas nacionais e

transnacionais, além de organizações como a CNA. Por outro lado, os camponeses disputam, numa correlação de forças desfavorável, modelos de desenvolvimentos que se expressam na luta para se manter e/ou ampliar a ação sobre o território em seu sentido diverso. Disputam o Estado por meio das lutas reivindicatórias por políticas públicas e, ao mesmo tempo, disputam projetos na sociedade por meio de suas organizações, entidades e movimentos.

## **A função do Estado frente à disputa por modelos de desenvolvimento**

Para entender o Estado numa perspectiva crítica é imprescindível analisar o espaço que os seres humanos ocupam na sociedade e nas relações de trabalho. De acordo com Mendonça (2012, p.349), “os homens contam com uma sociabilidade própria que lhes é dada, em cada contexto histórico, pelo lugar por eles ocupado no processo de produção e de trabalho. Alguns, nesse caso, são proprietários dos meios de produzir e de fazer trabalhar e outros não”. Para o autor, a origem do Estado como instrumento de dominação de classe está vinculada a emergência da propriedade privada; ou seja, em determinado momento da história, um grupo social expropriou e apropriou-se daquilo que era de todos e submeteu os demais a seus interesses, transformando-os em força de trabalho: “O Estado, nessa perspectiva, deriva da necessidade dos grupos de proprietários privados de assegurar e ocultar – por meio de leis e demais medidas coercitivas capazes de manter os despossuídos nessa condição, sem se rebelarem contra ela – tal apropriação” (ibidem, p.349-50).

Para Mendonça (ibidem), a matriz marxista analisa a construção do Estado do ponto de vista histórico e das classes sociais, negando, assim, ter existido em qualquer período da história individualidades autônomas em

estado de natureza ou mesmo algum contrato que tenha dado origem ao Estado. A emergência do Estado é produto das relações sociais e tem como meta garantir a continuidade da produção e da reprodução da sua existência social. Nessa concepção de Estado, o poder não se explica por ele mesmo, por sua natureza ou por algo externo à sociedade.

Com base em Antônio Gramsci (2001), o Mendonça (2012) analisa o Estado de uma perspectiva mais “elástica”, permeável até certo limite às demandas sociais. Sob a ótica gramsciana, o Estado não é sujeito e nem objeto, mas um constructo histórico e social; ou seja, é fruto da fusão das relações sociais numa dada sociedade. Gramsci segue, assim, a tradição marxista, porém redefini o conceito de Estado e passa a denominá-lo de Estado ampliado, porque nele estão incluídas e inter-relacionadas tanto a sociedade civil quanto a sociedade política.

Para Mendonça (2012, p.351), a sociedade civil é “o conjunto dos agentes sociais, associados nos chamados aparelhos privados de hegemonia, cernes da ação política consciente, e organizados pelos intelectuais orgânicos de uma classe ou fração, visando obter determinados objetivos”. Enquanto a sociedade política “engloba o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito. Qualquer alteração na correlação de forças vigente em um dessas esferas repercute, forçosamente na outra”.

Após essa abordagem sobre o conceito de Estado na matriz marxista, passa-se à análise de como o Estado brasileiro e os seus governos, historicamente, têm se posicionado frente à disputa por modelos de desenvolvimento para o país. De acordo com a análise do MST, em seu *Programa agrário*, o Estado brasileiro sempre atendeu os interesses imediatos e estratégicos de seus criadores; funciona como instrumento de dominação de classes e como organizador dos interesses coletivos da classe dominante; atua na defesa da grande propriedade, empregando o uso das forças policiais, garantindo a impunidade aos que cometem crimes contra os

trabalhadores rurais e elaborando leis que facilitam a ação das empresas do agronegócio, entre outros.

O Estado brasileiro além do seu arcabouço jurídico de proteger os interesses da classe dominante tem cumprido um papel fundamental de garantir a hegemonia do modelo do agronegócio na produção agrícola. Ele atua na garantia de transferência de recursos públicos, via investimentos e através do financiamento compulsório destinado a ele, recolhendo da poupança nacional depositada nos bancos. (MST, 2014, p.12)

O Estado também comete atos diretos de violência contra os camponeses, a exemplo dos massacres de sem-terra em Corumbiara (RO), com nove mortos, e de Eldorado dos Carajás (PA), com dezenove mortos.

Girardi (2016) afirma que a disputa por modelos de desenvolvimento nos territórios da questão agrária produz um processo de conflitualidade. Essa conflitualidade, de acordo com o autor, não é sinônimo de violência, e pode ser solucionada de duas maneiras: “através do desenvolvimento, com a solução ou minimização dos problemas da questão agrária; ou então através da violência, que é uma forma de inibir os processos de luta pela terra” (ibidem, p.84). Para ele, a maioria das ações de violência no campo brasileiro é realizada pelos fazendeiros e latifundiários contra os setores de camponeses oprimidos como os sem-terra, pequenos posseiros, indígenas, ribeirinhos quilombolas e extrativistas.

A relação do Estado com a violência se dá de duas maneiras: pela impunidade e passividade, que estimula a continuidade das práticas violentas contra os camponeses, e pela participação direta por meio de seus agentes na realização de massacres e despejos, na tentativa de desestimular a luta pela terra. No que concerne ao primeiro aspecto, o que se testemunha é a omissão do Estado frente as práticas violentas cometidas por fazendeiro e empresários contra os povos ribeirinhos, do campo e da floresta.

A criminalização da luta pela terra e a impunidade dos criminosos que praticam violência direta contra esses grupos oprimidos do campo são importantes formas de atuação passiva do

Estado na violência direta. [...] a violência indireta contra esses grupos é uma prática simultânea do Estado e de fazendeiros e empresários através de ações política a favor do território do agronegócio e do latifúndio. (idem, 2012, p.84)

Com o advento do agronegócio estimulado política e economicamente pelo Estado, a disputa por modelos de desenvolvimento e por território se intensificou; e uma de suas expressões é a crescente tentativa de desalojamento dos camponeses.

Hoje com a grande demanda por commodities do agronegócio, o conseqüente aumento do preço da terra e os grandes projetos minerais e energéticos, o avanço sobre as terras dos pequenos posseiros, assentamentos, terras indígenas e quilombos é cada vez maior e gera uma intensa disputa territorial que caracteriza a questão agrária brasileira na atualidade. (ibidem, p.84-5)

A tendência é o aumento da violência contra os camponeses, seja pela impunidade que estimula essa prática, seja pela ação direta do Estado, que atua em defesa da propriedade privada dos meios de produção. O atual estágio do desenvolvimento do capitalismo no campo aprofunda a expropriação dos bens da natureza e avança na destruição das relações não capitalistas de produção, como nunca acontecera na história da luta de classes no Brasil. Ao persistir essa ofensiva do capital, os índices de violência contra os camponeses se intensificarão na mesma proporção do avanço do agronegócio, pois não restará outra opção aos oprimidos do campo a não ser a resistência.

A disputa de território e por modelos de desenvolvimento é resultado da luta das classes sociais no campo, que tem como sujeitos o campesinato e os grandes proprietários de terras; as duas estão em embate não só físico, como teórico. De um lado está o projeto de reforma agrária e do outro a manutenção do latifúndio, que na virada do século XX passa ser denominado agronegócio. O fio condutor da análise sobre disputa de projetos para o campo é o “paradigma da questão agrária”, que concebe o campo como espaço de conflitos provocados por interesses contraditórios,



tendo como sujeitos o agricultor familiar e o proprietário capitalista. Esses dois atores convivem de forma conflituosa, numa luta incessante e sem tréguas, pois a territorialização de uma dessas formas de produção desterritorializa a outra.

A disputa de projetos para o campo é a expressão das lutas de projetos societários entre o modo de produção capitalista em suas vertentes neoliberais e neodesenvolvimentistas, *versus* as perspectivas democratizantes com viés socialista. A hegemonia de um dos projetos e o recuo de outro são frutos da correlação de forças estabelecida entre as classes sociais em luta. Para o momento analisado, a disputa principal na sociedade se dá em torno de como gerenciar o sistema capitalista, se por meio do neoliberalismo ou se pelo neodesenvolvimentismo; ou seja, o projeto de mudanças estruturais para romper com a dominação capitalista não está em debate na sociedade.

A luta de classes no campo vem afirmando o camponês como sujeito da transformação social, ao contrário de algumas análises que apostam no seu desaparecimento. Além de ser portador das relações de trabalho e ambiental não capitalista, eles passam a cumprir um papel fundamental na sua auto-organização em diversas escalas, inclusive em nível internacional graças à Via Campesina. No caso do Brasil, a criação do MST é uma resposta dos camponeses ao processo de expropriação capitalista de suas terras, de sua cultura e de sua perspectiva de mundo.

A disputa por modelos de desenvolvimento tem diversas dimensões. No campo da cultura, por exemplo, vê-se um imaginário que se manifesta na música de viola retratando a realidade camponesa, enquanto os valores do agronegócio se refletem no gênero denominado sertanejo universitário; essa mesma dualidade se expressa nas feiras da reforma agrária e nas grandes festas agropecuárias. A cultura do agronegócio é também difundida pelos grandes meios de comunicações, a exemplo do slogan “Agro é pop,

agro é tec, agro é tudo”, que apresenta uma perspectiva de agricultura homogênea e sem classes sociais.

A outra dimensão da disputa de modelos de desenvolvimento para o campo é a reivindicação pela reforma agrária realizada pelos movimentos camponeses, especialmente pelo MST, que ao longo de sua existência no Brasil soube articular a luta pela terra com a luta por outros direitos, como à moradia, ao crédito, à infraestrutura adequada, à formação, à educação, entre outros.

Os aprendizados da luta por modelos de desenvolvimento vêm contribuindo para que os camponeses elaborem um projeto de reforma agrária de natureza econômica e social, em que o machismo e todas as formas de preconceito são combatidos na perspectiva da construção de uma nova forma de sociabilidade.

Para a execução de um projeto de reforma agrária dessa natureza, os camponeses têm a necessidade de governos populares que possam redirecionar as funções das políticas públicas para atender as demandas da população em geral. As reivindicações no âmbito da agricultura familiar recebem uma atenção especial, pois o Estado e os sucessivos governos priorizam a agricultura de exportação, a monocultura e os grandes proprietários de terras que em suas instâncias estão representados. Enquanto houver desigualdade na estrutura fundiária, na distribuição dos créditos e nas relações sociais de produção, a luta por territórios na perspectiva de novo modelo de desenvolvimento continuará.

### 3

## Políticas de segurança e soberania alimentar no Mato Grosso

Antes de analisar as políticas de segurança e de soberania alimentar no Mato Grosso, é necessário reforçar que o estado – onde se expressa a magnitude nacional do agronegócio, especialmente na produção de gado, soja, milho e algodão – está primeiro lugar no ranking nacional. A desigualdade, por sua vez, é correspondente, gerando entre outras consequências a insegurança alimentar. Vieira (2009) constatou que as políticas de distribuição de renda por meio da Previdência, do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, entre outros, contribuíram no sentido de amenizar a pobreza e a desigualdade no estado. O autor afirma que a redução ou extinção desses programas aprofundaria a desigualdade: “sem essas transferências, os níveis de pobreza e desigualdade seriam 35,7% e 7,7% superiores, respectivamente. Deve-se ressaltar que as transferências governamentais fornecem maior proteção social contrachocos adversos provenientes da instabilidade econômica” (ibidem, p.7).

A desigualdade socioeconômica em Mato Grosso provoca, em uma parcela expressiva da população, uma situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, de insegurança alimentar. Para combater essa

insegurança, há dois caminhos a serem percorridos. O primeiro está relacionado às políticas de segurança alimentar que estão voltadas para a garantia de alimentos sem a preocupação de como foi produzido, nem em que condições socioambientais e territoriais. O segundo, ligado a soberania alimentar, que está vinculada com a produção e o consumo local, feita com respeito à biodiversidade e à cultura dos povos, e atenta às relações sociais de produção.

## **Desconstruções dos conceitos de soberania alimentar, segurança alimentar e agroecologia**

O debate em torno da problemática alimentar teve início na terceira década do século XX. Segundo Chonchol (2005), havia duas concepções em relação a essa questão. Primeiro os especialistas em nutrição humana defendiam e chamavam a atenção para a necessidade de aumentar a oferta de alimentos, já os economistas orientavam a redução da produção agrícola tendo em vista a superprodução. O paradoxo é que, enquanto o número de pessoas que passavam fome aumentava, o mercado não era capaz de absorver a superprodução de alimentos.

Em 1945, no contexto do fim da Segunda Guerra, o presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt convocou uma reunião com a ONU para debater a agricultura e a alimentação, da qual participaram 44 governos. Dessa reunião surgiu a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que tem entre seus compromissos fazer o combate à fome e à pobreza, promover o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas aos alimentos necessários para uma vida ativa e saudável (FAO, 2014).

De acordo com o relatório da FAO *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional* (2014, p.16), a construção do conceito de segurança alimentar e nutricional

[...] significa a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base, práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural, e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Para a FAO, a segurança alimentar tem quatro dimensões: 1) a disponibilidade de alimentos suficiente para toda população, 2) o acesso físico e econômico aos alimentos, 3) a utilização dos alimentos e dos nutrientes, que geralmente é pensada em termos da sua utilização biológica, e 4) a estabilidade que se refere ao elemento temporal das três condições já citadas. Reafirmando seu compromisso com o combate à fome, a FAO afirmou, na Cimeira Mundial de Alimentação que aconteceu de 13 a 17 de novembro de 1996, em Roma, que todos têm o direito ao acesso a alimentos seguros e nutritivos e que a principal causa da insegurança alimentar é a pobreza acrescida de outras causas como as guerras, o terrorismo, a insustentabilidade do planeta e a corrupção. Sugere, então, a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável e o aumento da produção. Essa análise sobre as causas da insegurança alimentar da FAO confirma que a sua concepção de combate à fome está vinculada às soluções de perspectivas capitalistas.

Tratando do mesmo conceito, Stédile e Carvalho (2012) afirmam que a segurança alimentar é uma política pública implementada por vários governos de vários países a partir do entendimento de que todos os seres humanos têm o direito a alimentar-se, cabendo ao Estado a garantia de viabilizar os recursos necessários para essa finalidade. Para os autores, os meios para que isso seja garantido são vários, entre eles a “distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalações de refeitórios

populares subsidiados, além de programas de renda mínima a exemplo da bolsa família” (ibidem, p.714).

Os autores Chonchol (2005), Stédile e Carvalho (2012), são críticos em relação ao conceito de segurança alimentar ao analisarem seus efeitos práticos. Uma das críticas é em relação aos mecanismos do livre mercado e a refuncionalização do Estado na perspectiva neoliberal, que não garantem os recursos para as áreas sociais, particularmente os recursos destinados ao combate à fome. Uma segunda crítica é dirigida ao Programa Mundial Alimentar (PAM) da FAO, que, além de ser paliativo, não atinge todas as pessoas que passam fome no mundo; além disso, os fundos arrecadados para manter o programa têm como fontes doadoras os governos e as grandes empresas transnacionais do mercado de alimentos.

Reforçando essa mesma crítica, a Via Campesina afirma que o combate à fome passa necessariamente por outro modelo de desenvolvimento no campo para a garantia de alimentação em quantidade, em diversidade e livre de agrotóxicos. Os movimentos da Via, desde a sua fundação, vêm construindo o conceito de soberania alimentar, pois parte do entendimento de que, para garantir soberania alimentar na perspectiva do direito humano à alimentação, é necessário respeitar a livre determinação dos povos, o direito ao uso do território pelos povos indígenas, o direito dos povos de produzirem seus próprios alimentos para o autoconsumo e para os mercados locais e nacionais (Via Campesina, 2010).

De acordo com Altieri (2010), a Via Campesina defende que, para garantir a geração de trabalho, a conservação da biodiversidade e a saúde da população, é necessário que a produção de alimentos permaneça nas mãos dos agricultores que produzem em pequena escala, ela não pode ser controlada pela agroindústria e pelas cadeias de supermercados. Para o autor, “a soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e

tecnológica, e nas redes agricultor a agricultor” (ibidem, p.30). Nesse sentido, os movimentos camponeses têm assumido a soberania alimentar como alternativa ao método neoliberal que impõe o comércio internacional injusto para solucionar a problemática alimentar no mundo.

Tratando-se do MST, o debate em torno da soberania alimentar vem ocupando diversos espaços. No caderno de educação do movimento é apresentado o conceito de soberania alimentar como sendo

[...] o direito que cada povo, que cada comunidade possui de planejar e produzir seus próprios alimentos. Ou seja, é a independência total das regiões e dos países para produzir o que as populações locais necessitam e desejam consumir. Sem depender, por exemplo, de sementes produzidas pelas empresas transnacionais, e dos pacotes tecnológicos para agricultura. (MST, 2010, p.65)

A soberania alimentar é uma das propostas do *Programa agrário* do MST (2014). Nele, o movimento defende a soberania alimentar com base na agroecologia, deixando clara a necessidade de se “priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicas” (ibidem, p.42).

Para Stédile e Carvalho (2012), a soberania alimentar se diferencia da segurança alimentar, pois tem como fundamento a autonomia no direcionamento dos recursos necessários para o povo produzir seus próprios alimentos, condição necessária para que os trabalhadores possam ser soberanos e protagonistas de seu destino. Em relação à definição teórica de soberania alimentar, os autores afirmam que ela pode ser entendida como “o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local” (ibidem, p.715).

Fernandes (2008), também tratando sobre o conceito de soberania alimentar, afirma que ele é resultado da luta de classes no campo, na perspectiva da construção de um novo modelo de desenvolvimento que tenha como fundamento o atendimento as necessidades alimentares e socioambientais da população, a partir da produção de alimentos saudáveis, em quantidade e em variedade suficiente para erradicar a fome no mundo. De acordo com o autor, para alcançar esse objetivo é necessário à autonomia camponesa, desde o controle do território até a decisão sobre o que e para quem produzir. A definição de Fernandes (ibidem) se particulariza em relação às demais ao conceber a soberania alimentar como território. Após desenvolver a análise sobre os diversos tipos de territórios e seus respectivos significados, o autor expõe os motivos que o leva a essa defesa. Para ele, a soberania alimentar pode ser compreendida como território, pois

[...] contém um dos princípios do conceito, a soberania. Recuperar o poder de produzir o próprio alimento faz a diferença do que é o território da soberania alimentar. Garantir aos povos e suas nações os direitos sobre seus campos, florestas e cidades é o que significa ser soberano. Por isso soberania alimentar é um conceito multidimensional. (Ibidem, p.14)

Para ele, o conceito está integrado a uma significativa problemática territorial que é a reforma agrária, pois não há a possibilidade da soberania alimentar sem a desconcentração da terra. Ele conta que a concentração da propriedade da terra teve aumento progressivo no último século e o modelo agroexportador de matérias-primas e da monocultura influenciou na divisão internacional da produção de commodities, fazendo que algumas regiões do planeta se especializassem na produção de soja, outras regiões na produção de cana e assim sucessivamente.

Ao desconcentrar a terra, o latifúndio e seu modelo agroexportador são desterritorializados, territorializando os camponeses, que aumentam sua resistência ao modelo de produção capitalista no campo por meio da luta



pela preservação e recuperação da biodiversidade, e pelas práticas agroecológicas, que também se transformam em legislação e se territorializam pelo mundo.

A soberania alimentar recoloca e atualiza o debate sobre o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Fernandes (ibidem), destaca o pioneirismo da Via Campesina ao colocar o campesinato com a responsabilidade de desenvolver políticas para garantir a autonomia camponesa. Isso se traduz na ocupação dos territórios imateriais, ao ampliar as ideias e ocupação dos territórios materiais configurados em terras para a produção de alimentos saudáveis.

Soberania alimentar é um território do campesinato. Ela gera um conjunto de conflitualidades que possibilita ao campesinato a disputa territorial tanto no campo das políticas públicas quanto no campo da produção agrícola. Ela exige outra escala geográfica da produção e da comercialização para que tenhamos alimentos saudáveis em nossas casas. A soberania alimentar se transforma a cada dia num movimento mundial em defesa de nossos territórios. A nossa mesa, onde comemos, também é nosso território. (Ibidem, p.15)

A partir da concepção de soberania alimentar como território, pode-se afirmar que a disputa por modelo de desenvolvimento no campo ganha mais amplitude, pois situa os camponeses em seu devido espaço de autonomia para a produção e reprodução social, ao mesmo tempo que potencializa as lutas pela desterritorialização do latifúndio e do agronegócio. O autor chama atenção para a impossibilidade da soberania alimentar se não houver soberania territorial; daí a dimensão da reforma agrária se colocar no centro do debate para que se alcance a soberania alimentar e a convivência harmoniosa com a biodiversidade.

Coca (2018) faz uma análise crítica sobre as diversas opiniões em relação aos limites e as condições necessárias para implementar a soberania alimentar, principalmente sobre a sua capacidade de garantir alimentos para toda a humanidade, superando assim o seu caráter de autossuficiência alimentar localizado. De acordo com o autor, existe diversas críticas em

relação à soberania alimentar: uns negam por completo a sua viabilidade, outros, apesar de serem simpáticos a algumas das suas proposições, não conseguem vislumbrar a possibilidade da sua aplicabilidade. Somado a esses agrupamentos, existe o debate em torno da livre iniciativa dos produtores, que compreendem a soberania alimentar como uma imposição no que se refere a o quê e como produzir. Ambos os agrupamentos críticos a soberania alimenta não concebem um modelo de produção que ultrapasse os limites do capitalismo (ibidem).

Coca (ibidem, p.4) defende a soberania alimentar e afirma a necessidade de pelos menos duas ações fundamentais para que ela seja hegemônica mundialmente. Uma delas é a subordinação dos interesses individualistas aos interesses coletivos: “o fato de que para a superação dos principais problemas dos sistemas alimentares, se faz necessário que os direitos coletivos se sobreponham aos direitos individuais e que assim, o alimento não seja tratado apenas como uma mercadoria, pois valoriza-se sua importância como bem social”. A outra ação é a necessidade de um Estado forte: “Por isso, é impossível separar a soberania alimentar da necessidade do estabelecimento de um Estado forte, capaz de colocar os interesses coletivos na frente dos de caráter individual” (ibidem, p.5).

A disputa por modelos de desenvolvimento no campo coloca em discussão não somente a questão da reforma agrária, da segurança alimentar, da soberania alimentar, das relações de trabalho, mas também sobre como produzir e para quem produzir a alimentação, os insumos e as sementes. Portanto, faz-se necessário também o debate sobre a agroecologia, pois para que o modelo de produção camponesa tenha possibilidade de se tornar hegemônico, é necessário que as relações de produção, com a natureza e com os demais seres humanos sejam alteradas.

Do ponto de vista da relação com a natureza, o modelo camponês de produção é historicamente oposto ao modelo de desenvolvimento

capitalista, pois os camponeses se relacionam com a natureza na perspectiva de produzir e reproduzir o seu modo de vida, e o excedente é trocado no mercado para suprir aquilo que não produzem. A relação com o mercado baseia-se na troca de um determinado produto do trabalho por dinheiro e do dinheiro por outra mercadoria.

Para analisar com maior profundidade o modelo de desenvolvimento camponês tendo como centralidade a agroecologia, entendida como necessária para contrapor-se as relações econômicas, sociais e ambientais do agronegócio, foram usadas as análises de Altieri (2012), Rosset (2007), Guzman (2001) e MST (2014). Essa bibliografia contribuiu para as reflexões a respeito da necessidade da adoção e ampliação da agroecologia na perspectiva da afirmação de outro modelo de desenvolvimento para campo.

Altieri (2012), para definir o conceito de agroecologia, faz uma análise sobre a evolução do debate em torno da produção agrícola e critica a concepção do modelo dominante de produção. O autor lembra que, segundo esse modelo, a baixa produtividade no campo estaria relacionada às pragas, às deficiências de nutrientes ou a outros acontecimentos. Altieri, entretanto, ressalta que essa interpretação impede a percepção de que os problemas de produtividade são sistêmicos e inerentes aos desequilíbrios do agrossistema.

Em contraposição a esse entendimento, Altieri (ibidem) apresenta outra opção de análise tendo como fundamento a ciência da agroecologia, que, para ele, oferece uma base maior para avaliar a complexidade dos agrossistemas. Ela vai além do uso de práticas alternativas e das ações em torno dos agrossistemas com pouca dependência de agroquímicos e de fontes externas de energia. De acordo com o autor, a agroecologia

[...] é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis. [...] A proposta agroecológica enfatiza agrossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos

promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos. (Ibidem, p.105-6)

Para Altieri (ibidem), os agrossistemas são comunidades de plantas e animais que interagem no seu ambiente físico e químico onde houve a intervenção para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros, com a finalidade de atender os interesses humanos. Nesse sentido, a agroecologia dá ênfase às inter-relações entre os componentes dos agrossistemas e a dinâmica dos processos ecológicos, além de ser o estudo abrangente de todos os elementos ambientais e humanos.

De acordo com o autor, o objetivo principal da abordagem agroecológica é “integrar os diferentes componentes do agrossistema de forma a aumentar sua eficiência biológica geral, capacidade produtiva e autossuficiência”. Ele afirma que a agroecologia fornece à sociedade o conhecimento e a metodologia necessários para o desenvolvimento de uma “agricultura que seja ambientalmente adequada, por um lado, e altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável, por outro” (ibidem, p.106).

Para Machado (2014), o conceito de agroecologia, como qualquer conceito aplicado à produção agrícola, torna-se imperativo ao contemplar as demandas sociais, econômicas, ambientais, técnicas, energéticas, administrativas, éticas e de soberania alimentar. O autor chama atenção para a necessidade de explicitar o conceito de escala da produção agroecológica tendo em vista a necessidade de alimentar a população mundial: “Para enfrentar o agronegócio, a escala tem que ser planetária, que é a escala do agronegócio, que hoje fornece ‘alimentos’ ao mundo. É ilusório, e até ridículo, pretender promover o enfrentamento com tecnologia de enxada e de bois; sem menosprezar estas condutas, indispensáveis do advento da mecanização” (ibidem, p.191).

Machado (ibidem) cita dois exemplos de produtividade da produção agroecológica: uma das experiências é a criação de gado a partir do método de produção de pastagens Pastoreio Racional Voisin (PRV). O método tem se expandindo entre os pequenos produtores, pois aumenta a produtividade e reduz os custos de produção. A outra experiência, com o PRV, agora em grande propriedade, vem de um projeto executado numa área de 30 mil hectares em General Dehasa, província de Córdoba, Argentina. Segundo o autor, o motivo do menor custo e maior ganho é a não utilização de fertilizantes de síntese química, nem de agrotóxicos, e a aplicação de energia solar, via fotossíntese, como a sempre necessária base energética.

Além da necessidade do uso de meios de produção na perspectiva do aumento da produtividade e das experiências bem-sucedidas com o PRV, Machado (ibidem, p.154 e 158) defende outras medidas tão necessárias como as demais, no sentido de produzir em escala para garantir alimentos saudáveis para a população mundial: “a) o caminho, pois, é a grande organização coletiva, que implica a ocupação de expressivo contingente de mão de obra, com o que se distribui a renda e se dá sustentabilidade ao sistema”; b) a segunda medida na perspectiva da produção agroecológica é a ruptura com a monocultura, mantendo-se “a produção em escala, mas transformando radicalmente a forma de fazê-la, com eliminação das monoculturas”; c) a terceira medida para tornar a agroecologia o projeto de desenvolvimento para o campo e responder o desafio da produção em escala se refere à necessidade de alterar de forma radical o uso e a posse da terra.

Para viabilizar uma proposta nesse sentido, porém, há que reestruturar a posse e uso da terra, oportunizando a participação de mais agricultores, através de um modelo de produção coletiva – cooperativas associações e outros. É uma solução radical? Sim. À humanidade cabe escolher: ou faz a conversão do paradigma do agronegócio, ou seu futuro será problemático. Em outras palavras, no atual paradigma os custos aumentam em ritmo mais intenso do que as receitas dos produtores além das externalidades que comprometem a situação ambiental. Portanto, não é sustentável e deve mudar. (Ibidem, p.159)

Rosset (2006) corroborando com Altieri (2012), desenvolve uma análise histórico-crítica sobre os diversos jeitos de fazer agricultura, desde a agricultura industrial, passando pela agricultura sustentável e orgânica, para apresentar a agroecologia como forma de produção que perpassa a produção agropecuária e agrega outras dimensões, como a dimensão socioeconômica, ambiental e das relações humanas imbricadas no jeito de produzir no campo.

Percebe-se que Rosset (ibidem) faz uma análise com maior criticidade e totalidade sobre as diversas formas de se produzir no campo, não admitindo conciliação com outras formas de produzir que não seja a agroecologia. No máximo, admite que a contribuição da agricultura sustentável possa ser uma fase de transição para a agricultura agroecológica. A análise do autor é desenvolvida a partir da crise da agricultura e do questionamento se a agricultura sustentável contribuirá para a superação de tal crise. De acordo com ele, a crise da agricultura tem duas dimensões, uma de natureza ecológica e outra de natureza socioeconômica, que estão integradas e são procedentes das condições históricas da agricultura americana.

Ao analisar a dimensão econômica e social da crise nos Estados Unidos, Rosset (ibidem) apresenta os impactos da agricultura moderna estadunidense, que reduziu de maneira significativa o número de agricultores durante o período do pós-guerra, sendo este o primeiro indício da crise. Ao todo, são 3 milhões de agricultores que ficaram às margens do modelo econômico de desenvolvimento agrícola. Essa é a primeira demonstração do limite da agricultura sustentável, pois essa perspectiva de agricultura se limita ao aspecto ecológico da produção.

Nessas circunstâncias, os agricultores estadunidenses caminham para uma situação de insolvência, tendo entre as causas os custos crescentes da tecnologia moderna, incompatível com as receitas dos agricultores. Rosset

(ibidem) analisa que a superprodução e a elevação dos custos para produzir são resultados do modelo produtivista agrícola que adiciona, de forma permanente e incessante, tecnologias para aumentar a produtividade do trabalho na agricultura.

Ao analisar a crise ecológica da agricultura, o autor atribui à diminuição do rendimento médio dos agricultores estadunidenses como expressão dessa crise. O descenso dos rendimentos é uma realidade mundial, e as causas que provocam esse declínio são interpretadas de duas maneiras. Uns acreditam que o motivo está vinculado à grande produtividade das variedades atuais e, nesse sentido, torna-se necessário recorrer à engenharia genética. Outros analisam que a razão dos decréscimos do rendimento se deve a degeneração da base produtiva da agricultura.

A causa desses problemas, de acordo com o Rosset (ibidem, p.14), está ligada à origem da indústria moderna: “Desde o princípio, a ciência agrícola americana esteve orientada para aumentar, ao máximo, a produtividade daquele fator que mais limitava o desenvolvimento da sua economia – a mão de obra”. Para o alcance desse objetivo, a ciência agrônômica teve como direção a seleção de variedades e cultivo da monocultura, que exige grandes quantidades de agroquímicos. O uso intensivo dos agroquímicos aplicados à monocultura reduziu o uso da força de trabalho e, ao mesmo tempo, provocou o surgimento de pragas que seriam controladas com mais aplicações de defensivos e aquisições de maquinários, exigindo maiores gastos financeiros para manter esse modelo de produção. Nesse paradigma produtivo, somente as grandes propriedades conseguem se manter, e muitos produtores faliram, pois a renda não era suficiente para manter os altos custos da produção. Rosset (ibidem), ao analisar as possibilidades de saída da crise da agricultura, apresenta como dimensões fundamentais a ser incorporadas em outro modelo de desenvolvimento a ecológica, a social e a econômica.

Em busca de resposta para superar a crise da agricultura, Rosset (ibidem) examina o modelo de desenvolvimento de agricultura sustentável e aponta seus principais limites. Com base em Altieri (1995), o autor afirma que o conceito de agricultura sustentável é recente e tem por finalidade dar uma resposta à degradação ambiental provocada pela agricultura moderna. A centralidade desse modelo de agricultura é a substituição de produtos como os agrotóxicos por insumos menos nocivos ao meio ambiente. Ao investigar-se os limites da agricultura sustentável, primeiramente, constata-se que esse jeito de fazer agricultura foi capturado pelas empresas capitalistas. Além do domínio da agricultura sustentável pelas corporações capitalistas, Rosset (2006, p.16) aponta dois problemas provocados por esse modelo de agricultura:

De um lado se concentra nos níveis mais superficiais de integração do agroecossistema, levando em conta uma só espécie, ou seja, o cultivo, e somente um fator limitante, seja biótico ou abiótico. Por outro lado, nega as abundantes bases científicas proporcionadas pela ciência agroecológica enquanto sua importância dos níveis mais altos de interação, incluindo a sinergia, o antagonismo e as interações diretas das diversas espécies.

Na ação cotidiana do fazer agricultura, o modelo sustentável apresenta resultados limitantes que conduzem o agricultor para um caminho irreversível, pois, à medida que resolve um problema, aparece outro. Rosset (ibidem) mostra esse caminho sem saída para o agricultor ao afirmar, por exemplo, que o uso de ureia para combater a falta de nitrogênio como fator limitante logo poderá levar a outro fator limitante, a infestação de pragas, que crescem de maneira significativa devido à disponibilidade de nitrogênio. O autor assevera que a mera substituição de insumos agroquímicos por outros menos nocivos não altera o sistema de agricultura convencional, com grande suporte de capital, especialmente nos países capitalistas, e não supera a dependência dos monocultivos.

Outro limite da agricultura sustentável se expressa no controle da comercialização da produção orgânica pelas empresas capitalistas. A



difusão das ideias dirigidas aos agricultores orgânicos se dá por meio de publicações das grandes empresas capitalistas que incentivam o uso de inseticidas biológicos e insumos de alto custo financeiro. A relação das empresas com os agricultores visa à subordinação desses aos interesses capitalistas na agricultura.

Após analisar as diversas possibilidades de fazer agricultura, Rosset (ibidem) encontra na agroecologia um projeto de produção com dimensão social, ambiental, econômica e cultural. Seus achados coincidem com os de Altieri (2012, p.105), que afirma que a “agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agrossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis”.

Para Rosset (2006), a agroecologia vai além do panorama unidimensional da genética, da agronomia e da edafologia das comunidades de plantas e animais, para compreender os estágios ecológicos e sociais da sua evolução da estrutura e da sua função. A agroecologia é uma proposta que tem em sua concepção a totalidade da agricultura; em vez de focar-se em um componente isolado do agrossistema, ela destaca a inter-relação de todos eles, assim como as complexas dinâmicas dos processos ecológicos. Tem em seu método de funcionamento a relação horizontal entre os profissionais pesquisadores e produtores, no sentido de envolver-se no conhecimento e nas habilidades produzidas, bem como na sua construção, na perspectiva de identificar o potencial para alcançar a biodiversidade, de forma a dar condições para a cooperação e possibilitar a manutenção ou a recuperação de uma situação relativamente estável.

Rosset (ibidem) faz um paralelo da agroecologia com o modelo produtivista da Revolução Verde e afirma que as tecnologias agroecológicas não se concentram no estímulo a produtividade diante de ótimas condições,

como são as tecnologias da agricultura industrial, mas garantem a continuidade da produção sob uma ampla possibilidade de condições climáticas e de solos, particularmente nas circunstâncias marginais que geralmente predomina nas pequenas propriedades. Nessa perspectiva, a agroecologia não está preocupada com tecnologias específicas, mas em uma pluralidade de ferramentas que “incorpore diversos cultivos a rotação à base de legumes, a integração de animais, a reciclagem e o manejo de biomassa e resíduos” (ibidem, p.20).

Rosset e Altieri (1995 apud Rosset, 2006, p.20) afirmam que o sistema de produção agroecológico deve:

1. Reintroduzir níveis funcionais de biodiversidade ao sistema;
2. Reduzir o uso de energia e de recursos, e regular a sua quantidade que entra no sistema, de maneira que se tenha uma relação de alta produtividade;
3. Diminuir a perda de nutrientes do solo mediante o controle eficaz da lixiviação e da erosão, e melhorar a reciclagem de nutrientes através do uso de plantas leguminosas, adubo orgânico e compostos, bem como outros mecanismos adequados similares;
4. Fomentar a produção local de alimentos adaptados ao contexto natural e socioeconômico;
5. Manter a produção desejada, preservando os recursos naturais (por meio da redução da degradação do solo);
6. Reduzir os custos e aumentar a eficácia, melhorando a viabilidade econômica das pequenas e médias propriedades rurais, de maneira que se alcance um sistema agrícola diversificado e resistente.

Para superar a crise econômica, ecológica e social da agricultura, Rosset (ibidem) defende a introdução da produção agroecológica como condição necessária para romper com o monocultivo, a dependência aos

insumos externos, a degradação da base produtiva da agricultura, bem como com a devastação ecológica provocada pelo modelo de agricultura moderno. A capacidade de ruptura da agroecologia com o modelo de produção agropecuário convencional reside no seu objetivo estratégico de produzir com sustentabilidade econômica, social e ambiental, com condição de reverter os danos causados pela produção empresarial capitalista.

O autor conclui a análise afirmando a superioridade da agroecologia frente a outras formas de produção no campo, especialmente sobre a agricultura sustentável, baseada simplesmente na substituição de insumos que abre as portas para os agronegócios, assegurando o controle sobre os produtores, enquanto que a agroecologia oferece a esperança de uma agricultura mais independente e viável, capaz de garantir a soberania alimentar com alimentos saudáveis e de recuperar e conservar o meio ambiente para as futuras gerações.

Guzman (2006), em defesa da agroecologia como estratégia de transformação social, discute, do ponto de vista conceitual, a função e a contribuição da agroecologia em seus vínculos com a transformação da realidade. O autor defini a agroecologia como *“el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria”* (ibidem, p.5).

Para desenvolver a agroecologia, é necessária a participação dos envolvidos na construção das propostas em relação à produção e à comercialização de seus produtos, na perspectiva de construir um novo padrão de produção e consumo que combata a degradação ambiental e social provocadas pelo neoliberalismo atual. O desenvolvimento da agroecologia pressupõe também, segundo o autor, a introdução ao conhecimento científico articulado a outras formas de conhecimentos, a exemplo do saber dos povos tradicionais. Ao fazer a crítica ao conhecimento científico, sugere-se a centralidade na aceitação do

conhecimento pluriepistemológico que permita a biodiversidade cultural. Nesse sentido, de acordo com Guzman (ibidem), a evidência empírica conseguida nas últimas quatro décadas por diversos autores sobre a agroecologia demonstra que o conhecimento acumulado sobre os agrossistemas pode oferecer soluções para o meio ambiente e os problemas sociais.

A agroecologia se coloca como projeto político, socioeconômico e ambiental de desenvolvimento, porque a centralidade de suas ações é uma resposta à lógica destrutiva da fase neoliberal do capital e da economia globalizada. A crise do capital não é somente econômica, ela é também uma crise da ciência convencional e dá lugar a uma nova epistemologia participativa e de natureza política. A nova epistemologia participativa, além de ser o conhecimento científico, é uma das dimensões da agroecologia; nesse sentido, a agroecologia faz uma disputa de poder ao *“reinterpretar la cuestión del poder, insertándola en un modelo ecológico, de lo que se desprende que el ámbito real del poder es lo social como organismo vivo, como ecosistema”* (ibidem, p.6).

Guzman, ao desenvolver a análise sobre o significado da agroecologia, apresenta quatro perspectivas que estão articuladas no fazer agroecológico: a da investigação em agroecologia, a ecológico-produtiva da agroecologia, a socioeconômica e a da transformação social da agroecologia. Para cada perspectiva, o autor dá centralidade analítica, crítica e propositiva no sentido de potencializar a ação agroecológica.

A perspectiva da investigação da agroecologia tem como eixo a valorização e o reconhecimento dos saberes dos camponeses e indígenas, tanto sobre a produção como em relação às múltiplas formas de resistência cultural, seja de movimentos por meio de protestos públicos até as formas de rebeldia passiva e cotidianas contra sistemas de dominação política.

Nessa perspectiva, a agroecologia cumpre a função de resgatar o conhecimento local camponês e indígena.

A metodologia e a dinâmica da construção da agroecologia têm como primeiro passo o intercâmbio produtivo com o solo com base na agricultura ecológica. O segundo passo é a relação socioeconômica mediante a agricultura participativa e o controle do processo de circulação da economia agrária local. Por fim, as transformações socioculturais e a mudança de poder.

A perspectiva ecológico-produtiva da agroecologia tem como fundamento o uso de técnicas que não degradem significativamente os recursos naturais, como é o caso das tecnologias que não usam agroquímicos. Outro aspecto fundante da agroecologia analisada pelas ciências sociais trata da relação social estabelecida para produzir, que, de acordo com Guzman (ibidem, p.9), *“selecciona los productos científicos que no generan formas de explotación de unos grupos sobre otros, que degradan la sociedad”*.

A perspectiva socioeconômica da agroecologia desenvolve simultaneamente as técnicas dirigidas para a produção agropecuária e o método da participação dos sujeitos envolvidos. A metodologia participativa na ação agroecológica busca criar dinâmica a partir dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, com a função de analisar e explicar as relações existentes entre os fenômenos a partir da intervenção dos sujeitos envolvidos. A produção das técnicas agroecológicas é realizada tendo como base a obtenção do conhecimento dos produtores na interação entre técnicos e agricultores. O jeito da produção da técnica constitui um enfoque central na agroecologia, a partir da crítica à agricultura convencional.

Para Guzman (ibidem, p.10), a perspectiva da transformação social em agroecologia aliada a perspectiva da investigação, constitui a fase mais

avançada do processo agroecológico, pois “*supone dotar a las dimensiones productiva y, socioeconómica y cultural de un contenido sociopolítico*”. Nesse sentido, a relação entre pesquisador-agricultor, ao realizar as atividades de forma participativa, é de sujeito para sujeito, e não de sujeito para objeto, pois o método de investigação participativa rompe com essa metodologia tradicional. Além de romper com o distanciamento do investigador da realidade, possibilita o mútuo aprendizado tanto para escolha e elaboração de projetos produtivos como para mudanças sociais. A transformação social tendo como base a agroecologia tem a necessidade de romper com a epistemologia dominante para liberar as ciências agrárias das relações de poder que atribuem àqueles que são o objeto do poder, os investigados.

Guzman (ibidem, p.6) defende que, para construir a agroecologia, é necessário romper com a legalidade. Em suas palavras, “*los cursos de acción agroecológica necesitan romper los marcos de legalidad para desarrollar sus objetivos*”. Nessa direção, as redes produtivas devem desenvolver ações sociais coletivas e adquirir a natureza de movimentos com o objetivo de organizar ações coletivas como estratégia de resistência ao paradigma da modernização.

## **O debate da agroecologia no MST: origem e desafios**

Para analisar o debate sobre a agroecologia no MST, na perspectiva de entender os aspectos históricos e os desafios atuais, faz-se necessário compreender que o movimento foi gestado no contexto da crise da ditadura militar e na transição democrática, da inversão da população do campo para cidade, motivada pela industrialização subordinada e pelos impactos da Revolução Verde. Como resultado das contradições produzidas pelo desenvolvimento capitalista no campo, que na época ficou denominado

como Revolução Verde, foram criados diversos movimentos de lutas e resistência à concentração da propriedade da terra, bem como organizações que reivindicaram uma agricultura alternativa. Precedendo e ao mesmo tempo gestando a criação desses movimentos, em particular a criação do MST, estavam as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

As CEBs desenvolveram uma importante atividade no interior da Igreja católica, apoiadas pelos teólogos filiados a teologia da libertação. Tendo como base o trabalho religioso a partir do método “ver, julgar e agir”, desenvolveram uma forma crítica de interpretar o Evangelho e, dessa forma, contribuíram para fazer amplo processo de conscientização nas comunidades rurais, tendo como resultado a criação de diversos movimentos e pastorais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, e do MST, criado em 1984. Outra contribuição das CEBs para enfrentar a Revolução Verde e seus impactos socioambientais foi incentivar a realização da cooperação por meio dos mutirões de ajuda mútua, casas de farinhas e da produção e conservação das sementes.

Para Correia (2007), é na década de 1970 que surgem experiências embrionárias de agricultura alternativa como oposição ao modelo industrial de agricultura implantado pela Revolução Verde, com a valorização das sementes a partir das variedades locais, incentivo à produção de orgânicos e o uso de métodos naturais no controle de pragas. Mas é na década seguinte, de acordo com o autor, que esses embriões se transformaram em propostas sistemáticas de agricultura alternativa.

*El proceso se dio a partir de la unión entre las experiencias locales desarrolladas por las comunidades y los pequeños agricultores con grupos de técnicos vinculados a ONG (organizaciones no Gubernamentales) que en este mismo período realizaban una lectura crítica de los procesos de modernización conservador en el campo Brasileiro. Estas ONG, en su mayoría fueron formadas por estudiantes y profesionales del área de agronomía y por personas que regresaban del exilio político impuesto por la dictadura militar, sumándose a las iniciativas comunitarias que estaban siendo desarrollada. (CORREIA, 2007, p.28)*

É nesse contexto de derrota política da ditadura militar que são conquistados espaços para criação de diversos movimentos sociais e para realização de ações e eventos que propagaram o que mais tarde viria ser a agroecologia, inclusive no MST. De acordo com Correia (ibidem), alguns eventos nacionais e estaduais se destacaram em fins da década de 1970 e no início da década de 1980 ao fazer a crítica ao modelo da agricultura industrial. Entre eles, o I Congresso de Agronomia Paulista, realizado em 1977; em 1979, o XI Congresso Brasileiro de Agronomia, organizado pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab); e o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (Ebaa), organizado pela Federação de Agronomia do Brasil (Feab). Nesses encontros, participaram os sujeitos que praticavam a agricultura alternativa como os agricultores, as organizações de agricultura ecológica e profissionais autônomos comprometidos com o modelo alternativo de produção agropecuária. É nesse período da criação do movimento agroecológico brasileiro que está sendo gestado o MST.

Para entender o debate da agroecologia no MST, Correia (ibidem) desenvolve evidência os períodos históricos de construção do movimento e a relação com a produção em cada período, tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, até o momento em que a agroecologia passa a ter centralidade política no debate dos sem-terra. O primeiro período da relação do MST com a agroecologia compreende a primeira década de criação do movimento, de 1984 a 1994. Nesse período, o debate sobre a agroecologia não é relevante para a organização, a prioridade nos assentamentos é a produção e a educação. A discussão gira em torno do incentivo a cooperação agrícola das famílias assentadas e do fomento à criação de associações e cooperativas. *“El Objetivo fue la ampliar la capacidad de las familias asentadas de resistencia y su consecuente permanencia en la tierra a través do desarrollo de sus fuerzas productivas”* (ibidem, p.30).



Ainda sob influência da CPT, o MST organiza os assentamentos por meio de pequenos grupos associativos, com alguma atividade cooperada, em especial para adquirir máquinas e pequenas agroindústrias com a finalidade de produzir alimentos para o autoconsumo e para o mercado local. Essas iniciativas de cooperação pontuais e de aquisições de máquinas e outros meios de produção fizeram com que a organização da produção evoluísse para a coletivização dos meios de produção, desde a terra até outros instrumentos de trabalho, graças às Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Na perspectiva do movimento, a produção organizada a partir das CPAs contribuiria para produzir e comercializar em grandes escalas, potencializaria as forças produtivas e ampliaria a capacidade econômica e política das famílias assentadas.

A evolução nas formas de cooperação agrícola e aumento da renda das famílias assentadas foi resultado da estratégia do movimento para enfrentar o contexto neoliberal da época, conduzido pela bancada ruralista e pelo governo Collor, que queriam destruir o MST. Para isso, além de prender e assassinar muitos militantes, usavam a tática de manipular a sociedade ao informar que os assentamentos eram favelas rurais. Para manter a pauta da reforma agrária na sociedade e ao mesmo tempo resistir às investidas do governo, o MST construiu a estratégia aprovada em seu III Congresso Nacional: “ocupar, resistir e produzir”.

Porém, a estratégia de produção do movimento para os assentamentos a partir das cooperativas, baseada na produção em escala com uso de agroquímicos, logo mostrou seus limites, pois reproduzia a mesma base tecnológica e de monocultivo promovida pela Revolução verde e que expulsara milhões de trabalhadores do campo. Além disso, esse modelo levou as famílias assentadas a dependerem do mercado para aquisição de todos os insumos necessários à produção agrícola, além da subordinação em relação aos preços dos produtos comercializados.

Nesse período, o debate em torno da agroecologia estava reduzido à crítica ao modelo agroexportador e a defesa da reforma agrária como meio para combater as injustiças sociais, para gerar empregos no campo e nas cidades do interior e para produzir alimentos saudáveis para abastecer o país graças a uma produção diversificada e barata. Ainda nesse período, de acordo com Correia (ibidem), a contribuição para o debate agroecológico no MST veio de quatro fontes: da criação do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap), da conquista do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), da reorganização da matriz tecnológica em Cuba e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

O Cetap criado pelo MST em 1986 em parceria com outras organizações camponesas com sede no Rio Grande do Sul. De acordo com Correia (ibidem), o centro se tornou a principal referência do movimento para debater, formular e fazer formação sobre a agroecologia. Em relação à prática da agroecologia, o Cetap, por meio dos seus dirigentes e técnicos, participou da construção da rede de sementes crioulas organizada pelo Projeto Tecnologias Alternativas (PTA). Segundo o autor, foi através dessa rede de sementes e da inserção orgânica de técnicos do Cetap no movimento que se iniciou a discussão sobre a agroecologia no MST.

O Procera foi uma das grandes conquistas do MST, pois, pelo fato de ser um significativo subsídio, com taxas quase negativas comparadas à inflação, contribuiu para financiar as famílias e conseqüentemente desenvolver os assentamentos. Por meio dele, as cooperativas tinham financiamentos denominados quotas partes, que era o capital de giro para fomentar a produção e fortalecer a cooperação agrícola.

Do ponto de vista internacional, a contribuição para a introdução do debate da agroecologia no MST veio das relações de intercâmbio e solidariedade com Cuba. *“El MST tiene una fuerte identificación con el*

*socialismo cubano e tiene militantes estudiando y formándose naquel país”* (ibidem, p.33). Foi o contexto do regime especial provocado pela queda da União Soviética e no enfrentamento ao bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos que levou à mudança na matriz tecnológica de produção agrícola. Frente à falta de subsídios soviéticos para a produção convencional, abriu-se a possibilidade de aprofundar a discussão sobre qual caminho deveria ser percorrido no tocante à tecnologia produtiva a ser levada a diante pelos cubanos. De acordo com Correia (ibidem), a contribuição de Cuba para o MST veio por meio do exemplo que o fez perceber a necessidade de que a luta pela terra está vinculada a luta pela permanência e pelo desenvolvimento sustentável dos assentamentos, e que isso não seria possível usando a mesma estratégia de integração e dependência da agricultura industrial e do mercado globalizado.

A quarta contribuição para inserir o debate da agroecologia no MST veio da Fase. Segundo Correia (ibidem), a Fase foi pioneira em desenvolver articulação nacional na perspectiva de tecnologias apropriadas. A partir de experiências bem-sucedidas de assessoramento técnico, a federação apoiou diversas organizações locais de agricultores em vários estados, criando os PTAs. Outra contribuição sua para o debate da agroecologia no MST foi a participação de lideranças do movimento nos encontros estaduais e nacionais da Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas (Redpta); a partir desses encontros, algumas iniciativas foram implementadas nos assentamentos, principalmente as experiências referentes à multiplicação de variedades de sementes de milho para o autoconsumo familiar.

O segundo período analisado por Correia (ibidem) compreende os anos de 1995 a 2000, no qual se percebe avanços significativos em relação à discussão e a prática da agroecologia no MST. Nesse período, houve debates e encaminhamentos a respeito da agroecologia a partir do contexto de aprofundamento das políticas neoliberais implementadas por Fernando Henrique Cardoso e do acúmulo do período anterior. As políticas

neoliberais para o campo se expressaram na contrarreforma agrária de mercado, com a introdução do Banco da Terra e as inscrições via Correios, na extinção do crédito agrícola subsidiado com a extinção do Procefa e da execução de dois massacres de camponeses sem-terra, em Corumbiara – RO (1995) e Eldorado dos Carajás-PA (1996). O MST respondeu a ofensiva neoliberal com ações massivas em nível nacional e com uma forte ofensiva na política de relações internacionais.

Apesar das dificuldades impostas pela ofensiva neoliberal, esse contexto forçou o MST a fazer uma autocrítica, desde a base, a respeito do modelo de produção desenvolvido nos assentamentos, desde a sua fundação até esse período, na perspectiva de construir um modelo alternativo para os assentados da reforma agrária. As reflexões feitas no período sobre o modelo de produção aplicado nos assentamentos proporcionaram dois avanços principais: a tomada de decisão nas instâncias e setores do movimento sobre a agroecologia e o desenvolvimento de experiências agroecológicas em vários estados onde o MST estava organizado. As principais atividades organizativas do período em torno da questão da agroecologia foram às reuniões de planejamento da direção nacional do MST (1996), nas quais se debateu os assentamentos na perspectiva da agroecologia. Como resultado, surgiu a iniciativa central para trabalhar a agroecologia como a Campanha Plantando Seremos Milhões, que estimulava as famílias a plantarem árvores nos assentamentos como símbolo da identidade com a terra, com os bens da natureza e com a transformação da paisagem que fora destruída pelo latifúndio e precisava ser recuperada.

Em 1999, o setor nacional de produção do MST realizou uma reunião nacional para debater a agroecologia com a participação de alguns técnicos e dirigentes que acompanhavam as experiências agroecológicas e eram responsáveis pelo tema nos estados. Como encaminhamento desse encontro, ficou decidido a realização de um levantamento e de uma

sistematização das experiências agroecológicas, a produção de materiais informativos sobre a agroecologia e a busca por maiores espaços para difundi-la, entre eles a criação da Equipe de Meio Ambiente – EMA.

Ainda em 1999, dois acontecimentos externos ao MST influenciaram de maneira significativa a adoção da agroecologia. Um deles foi a publicação do manifesto da Via Campesina sobre a importância e a função da biodiversidade para os camponeses e para toda sociedade, contrapondo-se a mercantilização dos bens da natureza *“Esto contribuyó fuertemente para el MST comprende la importancia del el tema la agroecología ya que el manéjate la biodiversidad y de los recursos genéticos es central para los campesinos y la agroecología”* (ibidem, p.42).

Outro acontecimento importante foi à introdução das sementes de soja transgênica contrabandeada da Argentina para o Brasil e cultivada no estado do Rio Grande do Sul. *“Esos dos hechos trajeron mayor claridad el MST con respecto al tema agroecología e hizo que el Movimiento buscasse los mecanismos para llevar el debate a su interior y politizar esas cuestiones desde sus base hasta el conjunto de sectores y instancias del Movimiento”* (ibidem, p.42).

O IV Congresso Nacional do MST, realizado no início do século XXI com as palavras de ordem *“Reforma agrária: por um brasil sem latifúndio”*, foi um dos momentos marcantes na perspectiva de internalizar a agroecologia no movimento. Nesse congresso, o MST lança a carta *Nossos compromissos com a terra e com a vida*, afirmando o comprometimento da organização com todas as formas de vida do planeta e a defesa dos meios necessários para fazer acontecer esse compromisso, como a defesa da terra e da água e o combate ao uso de agrotóxicos. A carta significou um salto de qualidade do MST referente à relação com a questão ambiental por expor a necessidade de um projeto de reforma agrária que pudesse integrar a ecologia no modelo de produção dos assentamentos e, ao mesmo tempo,

retratar uma nova forma de relação dos seres humanos com a natureza, no sentido de conviver e de preservar outras formas de vida. “Foi em Brasília, no ano 2000, que os 11 mil delegados e delegadas participantes do 4º Congresso Nacional do MST decidiram pela inclusão da agroecologia no seu programa político” (MST, 2010, p.51).

Em relação às práticas pioneiras em agroecologia no MST se destacam a criação da Rede de Sementes Agroecológicas (Bionatur), que está completando vinte anos. A criação dessa rede se deu a partir da necessidade de os camponeses terem autonomia frente ao Estado e às empresas capitalistas para produzirem suas próprias sementes. Como afirma Correia (2007, p.42): *“Después de mucho debate con las familias, dirigentes de la cooperativa y líderes el MST se decidió por constituir un proceso autónomo de producción, industrialización y comercialización de semillas con enfoque agroecológico”*. A Bionatur atua na produção de sementes de hortaliças, contribuindo para a soberania alimentar dos camponeses e na substituição de insumos provenientes da agricultura orgânica e de insumos externos.

Ainda nesse período, foram construídas outras experiências de produção agroecológica, entre elas a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Coopavi), localizada no município de Paranacity (PR), com vinte membros cooperados e totalmente coletiva. Na cooperativa, primeira do MST a produzir com base na agroecologia, são produzidos cana de açúcar, mel e leite. Uma segunda experiência vem do estado de São Paulo, precisamente da região do Pontal do Paranapanema. Lá, o MST, em parceria com diversas organizações não governamentais (ONGs) da região, desenvolveu projetos de corredores ecológicos, sistemas agroflorestais, recomposição de paisagens, entre outros. Essa é a primeira experiência com o elemento florestal no centro do processo agroecológico.

O debate e a construção de experiências agroecológicas tiveram avanços significativos nesse período e criaram as condições necessárias para que o MST implementasse com mais consistência, tanto nos assentamentos como na articulação com as organizações parceiras, estratégias para ampliação da agroecologia, como eventos, seminários e feiras agroecológicas.

Para Correia (ibidem), o período recente de ações e debates sobre a relação do MST com a agroecologia situa-se entre os anos 2001 e 2006, quando é realizada a ocupação do viveiro da empresa Aracruz Celulose, demarcando um importante momento para a discussão ambiental tanto no MST quanto na sociedade. Esse período é caracterizado pelo salto de qualidade no debate e nas práticas agroecológicas no movimento, culminando com o acúmulo do período anterior, especialmente a partir do IV Congresso Nacional do MST. A direção nacional assumiu o debate em torno do tema da agroecologia e o colocou como necessidade no conjunto do movimento, na perspectiva de elaborar estratégias sobre o tema e ao mesmo tempo construir uma concepção de agroecologia a partir da realidade agrária enfrentada pelo MST, particularmente sobre o modelo de produção a ser desenvolvido nos assentamentos.

A agroecologia passa a ser uma pauta obrigatória nas instâncias da organização, desde os espaços organizativos nacionais, aos espaços de tomada de decisões nos estados. A partir desse período, o movimento passa a ser uma das referências para discutir o tema em diversos setores da sociedade, por exemplo, na participação de diversas conferências, seminários, encontros, entre outros, bem como nas primeiras edições do Fórum Social Mundial.

Internamente, o movimento cria setores e coletivos com a finalidade de elaborar e de manter o debate sobre o assunto de forma permanente, desenvolve alianças entre organizações camponesas, universidades e

governos para a criação de cursos no âmbito da agroecologia. Além disso, amplia as ações da Bionatur. Para além das atividades de natureza formativa e de capacitação, o MST em conjunto com a Via Campesina, fez ações diretas de combate ao modelo de produção do agronegócio, seja opondo-se à implantação do cultivo de lavouras de soja transgênicas, seja enfrentando o monocultivo do eucalipto.

Endogenamente, o MST desenvolveu várias ações organizativas com o objetivo de construir subsídios, metodologias e concepção de agroecologia. Entre essas ações, foi priorizada a construção do Setor Nacional de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA), com a finalidade principal de reformular o modelo de desenvolvimento dos assentamentos com base na organização da vivência e da cooperação a partir dos núcleos de moradia, evitando o fracionamento das áreas e incentivando a formação de comunidades. Essa nova proposta de reorganização dos assentamentos tem em sua perspectiva a administração comunitária, o planejamento do uso dos bens da natureza e o uso do território para que as famílias tenham oportunidade de participação sociopolítica nas diversas dimensões do assentamento. Essa nova concepção inaugurou o debate sobre as formas de título da terra no sentido do seu uso coletivo, na perspectiva de combater a privatização e a mercantilização da terra. Soma-se a ela a orientação geral do MST de garantir a soberania alimentar começando pelas famílias assentadas, por meio da produção saudável e variada de alimentos. De acordo com Correia (ibidem), esse período é a fase em que o MST se apropriou do debate e da concepção da agroecologia.

Um dos acontecimentos que expressa e confirma a entrada definitiva da agroecologia no movimento, foi o lançamento no III Fórum Social Mundial, pela Via Campesina Internacional, da Campaña Semillas del el Pueblos, al Servicio de la Humanidad. A campanha teve como efeito a mobilização internacional em defesa da biodiversidade e do planeta, em especial, pelas sementes, no sentido de defender o direito dos camponeses



de recuperar, proteger e conservar as suas sementes, contrapondo-se à privatização e à mercantilização delas. A defesa da autonomia dos camponeses na produção das suas próprias sementes está vinculada diretamente a preservação da identidade cultural camponesa e da perspectiva da segurança e da soberania alimentar (ibidem).

A campanha das sementes se deu por meio da Bionatur, que se tornou a rede nacional das sementes e cumpriu a função de se expandir para trinta municípios dos estados da região Sul do Brasil. A Bionatur evoluiu de produtora de sementes orgânicas para promover e incentivar a agroecologia, ampliando a produção agroecológica para trezentas famílias, com produção estimada em mais de vinte toneladas anuais de hortaliças com 120 variedades. Outra conquista foi à construção de uma planta agroindustrial para processar e controlar todas as fases da produção, desde a industrialização até a comercialização das sementes.

Como resultado do acúmulo teórico prático da introdução da agroecologia no MST e das contribuições de estudiosos do tema, foi elaborado pela primeira vez um programa ambiental, em que é apresentado o entendimento do movimento acerca da relação da reforma agrária com a questão ambiental.

*El programa ambiental del MST apuntó la necesidad de promover un estímulo al manejo ecológico de la agrobiodiversidad, la diversificación, de la producción, la planificación territorial de los asentamientos, educación, y salud ambiental como tácticas adoptadas por medio de instrumentos diferenciados que construyan una nueva practicas en las áreas de reforma agraria. (Ibidem, p.48)*

A partir dos pilares fundantes do programa ambiental, foram construídas e executadas, em nível nacional, as seguintes iniciativas: o Centro Irradiador do Manejo da Agrobiodiversidade (Cima); e a Rede de Investigação em Agroecologia e o Programa de Formação do MST. Na perspectiva da formação e capacitação em agroecologia, se destaca o curso

de especialização sobre o tema, realizado na Escola Latino-Americana de Agroecologia (Elaa), construída no município da Lapa (PR), e organizado pelo MST em parceria com a Via Campesina, com os governos da Venezuela e do Paraná, e com a Universidade Federal do Paraná (UFP).

Para fazer a disputa de projetos de agricultura e ao mesmo tempo difundir a agroecologia, o MST vem realizando, em parceria com diversas organizações camponesas, a Jornada Anual de Agroecologia. Este é um espaço de participação massiva dos sujeitos envolvidos na produção agroecológica, onde são feitos intercâmbios dos saberes camponeses a partir da troca de sementes, da alimentação, da música e da poesia, entre outros.

Além da interiorização do debate agroecológico, das ações no âmbito da formação e das experiências das práticas agroecológicas no período recente, o MST e a Via Campesina fizeram ações diretas contra o modelo de desenvolvimento capitalista no campo por meio das ocupações de áreas de pesquisa com sementes transgênicas. Um dos exemplos é a ocupação da área da transnacional Monsanto, no município de Cascavel, durante a I Jornada de Agroecologia, e a já mencionada ocupação feita pelas mulheres camponesas no viveiro da empresa Aracruz Celulose em 2006. Essas ações contribuíram de maneira contundente para o debate acerca da questão socioambiental e para o enfrentamento ao capital.

Corroborando com Correia (ibidem) e com o debate do MST sobre a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento dos assentamentos do sistema de produção convencional para a agroecologia, Martins (2012) afirma que essa transformação é eminentemente política, e não metodológica. A natureza política da tomada de decisão em direção à implementação da agroecologia se refere à contribuição desse novo modelo de desenvolvimento dos assentamentos para o socialismo. Ao analisar as experiências agroecológicas, ainda em sua fase germinal, O autor é enfático

ao asseverar que elas indicam uma ruptura com o modelo dominante de produção. Nesse sentido, destaca a participação efetiva das famílias, tanto no processo de tomada de decisões quanto na organização da produção e da propriedade, nos diversos níveis de cooperação agrícola e das práticas de solidariedade, entre outras.

Afirmando a necessidade da adoção da agroecologia na luta pela reforma agrária, na perspectiva de acumular forças em direção ao socialismo, Martins (ibidem, p.9) analisa a concepção de agroecologia para o MST da seguinte maneira:

A agroecologia se afirma e se soma com o projeto socialista, porque para o MST, a agroecologia é mais do que conhecimentos úteis aplicados à agricultura, mas ela se configura como práticas sociais, que implicam em ações que estão inseridas em múltiplas relações naturais e sociais. Ações que geram conhecimentos e nos tornam mais plenamente humanos na medida em que compreendemos melhor o funcionamento dos ciclos minerais, os processos de transformações de energia no sistema; os processos biológicos e as relações socioeconômicas. Enfim, processos que contribuem para romper-se com a alienação humana.

A partir da concepção da agroecologia para além dos conhecimentos específicos para a agricultura, o autor afirma que o MST deve debater com a sociedade brasileira, que o agronegócio não será à base da agricultura numa sociedade socializada. Ele faz a crítica às forças produtivas envolvidas no modelo hegemônico de produção no campo, dizendo que estas “são expressões das capacidades humanas. Ocorre que elas hoje são expressões da propriedade privada e de seu processo de acumulação, tornando-se cada vez mais forças destrutivas” (ibidem, p.9).

Em 2014, no VI Congresso Nacional do MST, que tinha como lema “Lutar, construir reforma agrária popular”, o MST sintetiza a estratégia construída após dois anos de estudos e debates, desde a base até as demais instâncias organizativas. Se a crítica ao modelo produtivista implementada no desenvolvimento dos assentamentos nas duas primeiras décadas de existência do MST o fez mudar para a perspectiva agroecológica, a crítica

aos limites da luta pela reforma agrária clássica forçou o movimento a construir estratégias que implicam esse embate deve ser de novo tipo.

O neoliberalismo foi aprofundado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e se materializou no campo em um novo modelo de desenvolvimento capitalista que se consolidou na primeira década do século XXI. Esse modelo de desenvolvimento é o agronegócio, resultante da hegemonia do capital internacional e financeiro sobre o mundo da produção. De acordo com o MST (2014, p.29), o agronegócio é o modelo de produção capitalista que “sepulta” a possibilidade da reforma agrária clássica no Brasil, pois “com esse modelo, a burguesia, o Estado e os governos assumem plenamente a posição política de que não é mais necessária uma reforma agrária burguesa para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira”.

Nesse contexto a luta de classes no campo mantém a disputa pela terra e pelo território, mas adquire a natureza de enfrentamento ao capital, já que as disputas passam a ser também pelo “controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas” (ibidem, p.32). O MST, em seu *Programa agrário*, demonstra capacidade de análise coletiva ao perceber a amplitude que adquire a luta de classes no campo, ao mesmo tempo, que indica que a luta pela reforma agrária deve incorporar a autonomia na produção articulada com a ecologia.

A partir da análise do desenvolvimento capitalista no campo e a impossibilidade da reforma agrária nos marcos do capitalismo, o MST construiu o Programa de Reforma Agrária Popular como uma estratégia para superar os desafios atuais da hegemonia do agronegócio. De acordo com o movimento, “o programa de reforma agrária popular não é um programa socialista – embora os objetivos estratégicos da nossa luta sejam

os de construir uma sociedade com formas superiores de socialização da produção e dos bens da natureza” (ibidem, p.32).

A análise da questão agrária brasileira no contexto de ofensiva do agronegócio, além de indicar que as disputas se ampliaram, aponta para a necessidade de incorporar com mais contundência ações no sentido da complementariedade na relação entre seres humanos e natureza. Nessa direção, o programa da reforma agrária popular estabelece, entre seus fundamentos, que a água e as florestas nativas são bens da natureza e devem ser tratados como direito da classe trabalhadora, por isso não devem ser privatizados e mercantilizados.

A produção agroecológica é outro fundamento do programa de reforma agrária popular. Em seu *Programa agrário*, o MST orienta a utilização de “técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas” (ibidem, p.36). O programa orienta que o uso de máquinas agrícolas deve ser apropriado e adaptado a cada contexto socioambiental, em vista do aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza. Ainda no âmbito da produção, a reforma agrária popular deve priorizar a produção de alimentos saudáveis, em harmonia com a natureza e tendo em vista a soberania alimentar.

## **Legislações sobre soberania alimentar e segurança alimentar**

A problemática alimentar provocou lutas, debates e elaborações na perspectiva de descobrir as causas do fenômeno da fome no mundo. No Brasil, em meados do século XX, um estudo afirma que a causa da fome não é natural, não é uma questão de sorte ou destino, consequência da

pouca fé das pessoas. A explicação para a causa da fome vem do médico e geógrafo pernambucano Josué de Castro, que a discute em suas obras *A geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951). De acordo com Stédile e Carvalho (2012), Josué de Castro sugere que a fome e a desnutrição não são resultado de fenômenos naturais, mas consequência das relações sociais e de produção estabelecidas entre as classes sociais.

Os cenários nacional e internacional atuais confirmam essa teoria, tendo em vista que a produção de alimentos em escala mundial vem crescendo, mas, paralelamente, a fome aumenta. Nesse mesmo entendimento, o consultor da ONU Jean Ziegler afirma que uma das causas principais que levam milhões de seres humanos a passar fome é a especulação com os produtos agrícolas, especialmente a partir da bolsa de valores de Chicago, onde se estabelecem os preços da maioria dos produtos alimentícios. Em relação às medidas de combate à fome, destacam-se as ações da segurança alimentar lideradas pela FAO e seguidas por vários governos, bem como as ações na perspectiva da soberania alimentar lideradas pela Via Campesina, que desenvolve lutas no sentido de atacar as causas que provocam a fome, como a mercantilização dos alimentos e dos bens da natureza.

A FAO, em seu relatório de 2014 sobre a insegurança alimentar no mundo, reconhece os esforços dos governos brasileiros em relação às medidas de segurança alimentar que proporcionaram a redução de forma expressiva da fome, da desnutrição e da subalimentação nos últimos anos. Para mensurar a situação da fome, a FAO usa há cinquenta anos o indicador internacional de prevalência de subalimentação. No caso do Brasil, esse indicador atingiu nível abaixo de 5%, o limite estatístico da medida abaixo do qual se considera que um país superou o problema da fome.

A análise da FAO demonstra que esses resultados vão ao encontro de diversos estudos sobre a temática, especialmente no *Relatório nacional de*

*acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio*, organizado pelo Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea). A escala brasileira de insegurança alimentar na pesquisa nacional por amostra de domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2004 e 2009, mostrou que houve uma redução em 25% da insegurança alimentar crítica no período.

A FAO reconhece que os avanços no combate à fome e à desnutrição se devem à priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de 2003, particularmente por meio do Programa Fome Zero, da recriação do Consea, da implementação articulada de programas sociais e de estímulo à produção agrícola. Também resultado das lutas populares e das políticas governamentais desse período é a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), em 2006, que define segurança alimentar nutricional como:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (FAO, 2014, p.6-7)

A partir de 2003, com a eleição do governo Lula, os debates e as lutas em torno da segurança alimentar e nutricional ganharam impulso político e avançaram na formulação e aprovação do marco legal brasileiro, no sentido normatizar as políticas de erradicação da fome a partir de programas sociais e de incentivo à produção de alimentos básicos provenientes da agricultura familiar. Nesse sentido, foi criado o Consea, pela Lei 10.686 de 28 de maio de 2003, sendo regulamentada pela Lei 11.346 de 15 de novembro de 2006, conhecida como Losan. Também foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan).

A Losan, tendo como referência o conceito de segurança alimentar da FAO, define em seu Art. 3º que a segurança alimentar e nutricional tem

como base a realização do direito de todos

[...] ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Brasil, 2017, p.7)

Em seu Art. 4º, a Losan define a abrangência da política de segurança alimentar e nutricional como sendo:

[...] a ampliação das condições de acesso a alimentos, por meio da produção, em especial, da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição de alimentos, incluindo a água, geração de empregos e redistribuição de renda [...] a garantia da qualidade biológica, sanitária nutricional e tecnológicas dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população. (Ibidem, p.7-8)

Em relação à soberania alimentar, a Losan entende que ela é necessária para favorecer a soberania política, econômica e cultural dos povos. É o direito dos povos de decidirem sobre seus próprios sistemas alimentares, pautados por alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável e com respeito à agrobiodiversidade e ao ser humano. Nesse contexto, o conceito de soberania alimentar é definido como sendo a autonomia de cada país de produzir seu próprio alimento.

Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos, a diversidade dos modos de produção de alimentos da agricultura familiar e camponesa, pesqueiros, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, nos quais a mulher desempenha um papel protagonista. (Ibidem, p.10)

Uma conquista importante no sentido de viabilizar a segurança e a soberania alimentar foi a inclusão constitucional do direito à alimentação como direito social por meio da Emenda Constitucional n. 64, de 4 de



fevereiro de 2010. Em seu Art. 6º, afirma: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (ibidem, p.18).

Uma das formas de enfrentar o problema da fome ou da subalimentação é atacando as causas que levam milhões de pessoas a não ter o suficiente para se alimentar. É preciso avançar na construção de uma estratégia que seja capaz de superar o modelo de desenvolvimento capitalista agroalimentar baseado nas grandes propriedades, na produção da monocultura, na padronização do consumo de alimentos e na mercantilização das relações sociais e dos bens da natureza. A Via Campesina desenvolve diversas formas de lutas que vai desde a organização de eventos paralelos até as conferências de organismos internacionais que discutem e formulam políticas de combate à fome, além da realização de ocupações de cultivos de transgênicos e monocultivos.

O movimento também vem construindo o conceito de soberania alimentar por entender que o de segurança alimentar é limitado, devido às soluções de natureza paliativa, mercantil e de subordinação dos camponeses. Soberania alimentar é um conceito desenvolvido pela Via Campesina, sendo apresentado publicamente pela primeira vez na Cumbre Mundial Sobre La Alimentación realizado em Roma, em novembro de 1996. Essa construção se deu no contexto de conflitos por outra perspectiva de combate à fome.

A partir desse conceito, a Via Campesina defende que a reforma agrária é uma condição necessária para garantir a terra para todos os camponeses, pois a recuperação e a conservação dos bens da natureza são colocadas como questão fundamental na perspectiva da soberania alimentar. Desde a sua construção, o conceito vem sendo assumido por várias organizações da sociedade civil em todo mundo, bem como pelos governos

do Nepal, Mali, Venezuela, Equador e da Nicarágua. No Brasil, não há uma legislação específica sobre a soberania alimentar; a exemplo da Legislação Básica sobre a Segurança alimentar, o que existe são medidas legais e programas de governos que apontam na direção dessa concepção.

De acordo com Facco e Gomez (2016), um dos programas que indica a possibilidade da soberania alimentar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).<sup>1</sup> Os autores analisam os limites e as possibilidades desse programa a partir do conceito de soberania alimentar e com base na pesquisa realizada no assentamento Contestado, Curitiba-PR, do MST. As famílias assentadas criaram a cooperativa Terra Livre com a função de fazer a mediação entre produtores e consumidores. São operados 191 projetos, sendo 69 agroecológicos e os demais estão em processo de transição para a agroecologia. A orientação da cooperativa é que sejam produzidas seis variedades alimentares por projeto. A entrega de alimentos é realizada uma vez por semana em seis municípios paranaenses, inclusive na região metropolitana de Curitiba, e são atendidas 7 mil pessoas, de acordo com a pesquisa.

Do ponto de vista da relação externa do assentamento com a sociedade, o diagnóstico indicou uma demanda crescente por alimentos saudáveis por parte da população vulnerável da região metropolitana de Curitiba, mas a doação de alimentos demonstrou outra dimensão “gerou e ainda gera uma repercussão e ressignificação na forma de se relacionar com a natureza, organizar a propriedade e produzir os alimentos” (ibidem, p. 2-11). De acordo com os autores, o estímulo à produção foi dado pela garantia de comercialização, tornando a produção para o autoconsumo complementar. Ressalvando que este estímulo está sendo possível por se tratar de mercado institucional. A relação com os mercados institucionais e as feiras cumpre a função de consolidar a produção camponesa, ao contrário das relações mercantis que expropriam o trabalho dos agricultores.

Os autores destacam que uma das funções da soberania alimentar é a de fazer a conexão do produtor com o consumidor e de aproximar os camponeses dos trabalhadores da cidade, colocando em prática a democracia alimentar ao estimular os sujeitos locais a reorganizarem seus sistemas agroalimentares. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que, ressalvado a escala, o PAA é um programa que atua na direção da soberania alimentar. Outra dimensão do conceito presente no PAA é a diversidade produtiva provocada pela exigência do programa e dos consumidores e o atendimento, ainda que parcial, do mercado local.

Apesar dos limites do programa, como o teto máximo de 8 mil reais por família, e do preço pago pelo estado abaixo do preço de mercado, como é o caso da cenoura e da beterraba orgânica, o programa tem potencial para combater a insegurança alimentar, encorajar as famílias camponesas a produzirem para o autoconsumo e atuar na garantia de mercado para os agricultores. Nesse sentido, é necessário que os movimentos sociais lutem para manter o programa, ampliar o número de famílias atendidas, bem como aumentar o teto financeiro e desburocratizar o atendimento.

Outra conquista dos movimentos sociais e ONGs que contribui para a soberania alimentar é o Planapo, estabelecido no Decreto n. 7.794, lançado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 20 de agosto de 2012, que institui a Pnapo. Para o governo desse período, a conquista do Planapo é uma resposta à sociedade, aos movimentos sociais e as universidades, que têm se preocupado com a alimentação saudável e os impactos ambientais provocados pelo uso intensivo de agroquímicos. O plano representa a possibilidade de alterar as relações socioambientais e alimentares tanto no campo como na cidade a partir da agroecologia.

A agroecologia desponta, neste cenário, como uma alternativa viável para a construção de um novo paradigma para a agricultura, que promova a ampliação das condições de acesso a alimentos saudáveis, a partir de sistemas de produção agrícola ecologicamente equilibrados, e

que contribua para o fortalecimento de bases estruturais socialmente justas e inclusivas para o campo Brasil. (Planapo, 2016, p.9)

A partir do balanço da implementação do Planapo, o governo federal constatou avanços significativos na execução das metas, como o apoio as redes de agroecologia por meio do Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica (Ecoforte), implantação de tecnologias sociais de captação de água para a produção de alimentos em bases agroecológicas, implantação do plano de vigilância em saúde para as populações expostas aos agrotóxicos, comercialização e distribuição de mudas, entre outras.

Outro avanço desse projeto é o de reconhecer a participação histórica das mulheres na construção e manutenção das práticas agroecológicas que integram os cuidados com o meio ambiente e a alimentação. Em diferentes contextos históricos, as mulheres têm demonstrado a participação decisiva na seleção e no armazenamento das sementes, na preservação e cultivo das ervas medicinais. A partir desse entendimento, busca-se no debate agroecológico a partir do Planapo a autonomia das mulheres.

Ainda em relação aos avanços do plano, na perspectiva da autonomia camponesa, destaca-se o lançamento do Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar (PNSMAF). Entre os objetivos do programa está à ampliação do acesso dos agricultores e agricultoras as sementes e mudas agroecológicas adaptadas ao bioma local e fortalecer os sistemas agroalimentares na perspectiva do melhoramento, resgate, conservação, multiplicação desses materiais de propagação.

De acordo com o Planapo, o marco conceitual da agroecologia e da produção orgânica tem uma relação direta com a terra e com o território, uma vez que se relacionam com a reforma agrária em duplo sentido. O primeiro é a influência sobre a estratégia implementada nas experiências de reforma agrária; o segunda é o fato de seu enraizamento depender do acesso

dos produtores a terra e do apoio necessário para tornar os assentamentos efetivamente produtivos. A agroecologia pode influenciar a reforma agrária à medida que defende um novo modelo de desenvolvimento de produção, integrado a outras demandas como a garantia dos territórios para a agricultura familiar camponesa, para os povos e as comunidades que praticam a agricultura tradicional.

Em relação aos territórios, o Planapo tem uma estratégia que consiste em trabalhar com as políticas públicas a partir de uma concepção territorial, no sentido de integrar as ações em sintonia com as potencialidades locais. Nessa perspectiva, o primeiro passo é de buscar a autonomia territorial para as famílias por meio de políticas públicas com centralidade na agroecologia (Terra Sol, Terra Forte, Pronera e Fomento) e da emissão de documentos comprobatórios que limitam a mercantilização da terra, como o Contrato de Concessão de Uso (CCU) e o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) (Planapo, 2016).

Outras medidas que afirmam que o plano é uma política que corrobora para a soberania alimentar encontram-se no Art. 3º do Decreto n. 7.794/2012, especialmente nas diretrizes selecionadas a seguir:

I – Promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde.

III – conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção.

VII – contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das

mulheres. (Planapo, 2016, p.35)

A luta dos movimentos do campo e a eleição dos governos democráticos, a exemplo de Lula e Dilma, foram decisivas para obter conquistas no âmbito da legislação e do aumento dos recursos do orçamento para os povos do campo, das águas e da floresta, demarcando assim um novo contexto para o desenvolvimento do meio rural brasileiro na perspectiva do fortalecimento da autonomia desses trabalhadores. Porém, cabe ressaltar que, a partir do golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016, as políticas neoliberais estão na ofensiva contra a classe trabalhadora e se expressam no congelamento e na redução do orçamento para a garantia dos direitos sociais, para a agricultura camponesa e para a reforma agrária, nas contrarreformas trabalhista e previdenciária, na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no sucateamento do Incra. Outra dimensão do golpe foi à criação de uma conjuntura favorável ao aumento dos assassinatos dos trabalhadores no campo e à crescente onda de despejos dos acampamentos, além da tentativa de extinguir a legislação que combate o trabalho análogo à escravidão.

## **Função do Conselho Estadual de Agricultura na perspectiva da segurança alimentar e da soberania alimentar**

Para analisar a função do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do estado do Mato Grosso (CEDRS-MT), na perspectiva da segurança e da soberania alimentar, faz-se necessário considerar que ele compõe o contexto socioeconômico mato-grossense e está relacionado à primazia do agronegócio sobre as demais formas de produção no campo. Para ter uma ideia sobre a dimensão e a projeção do agronegócio, serão

usados os dados documento *Projeções do Agronegócio em Mato Grosso para 2025*, produzido pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea, 2016) e que indica a tendência de expansão das principais monoculturas do agronegócio em Mato Grosso.

De acordo com a projeção do Imea, a soja, que em 2014 tinha uma área plantada de cerca de 8,8 milhões de hectares, ocupará em 2025 aproximadamente 14,2 milhões de hectares, com uma produção estimada em 48 milhões de toneladas. A produção de milho, que ocupava 3,7 milhões de hectares em 2014, ocupará em torno de 7 milhões de hectares, com produção estimada em 42 milhões de toneladas para 2025. O algodão, que ocupava em torno de 680 mil hectares em 2014, tem projeção de ocupar 1,2 milhão de hectares com produção estimada em 41 milhões de toneladas para 2025. Além de ocupar o ranking da produção de grãos, Mato Grosso lidera a produção de bovinos e de consumo de agrotóxico (Imea, 2016).

É a partir desse contexto de hegemonia do agronegócio que a função do CEDRS-MT na perspectiva da segurança e da soberania alimentar é examinada. O CEDRS-MT foi instituído pelo Decreto n. 2.061 de 27 de dezembro de 2013. Sua função principal é assessorar, avaliar e propor ao governo do estado de Mato Grosso, diretrizes das políticas públicas estaduais diretamente ligadas ao sistema fundiário, bem como deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o desenvolvimento rural sustentável (CEDRS-MT, 2017).

O CEDRS-MT é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo do governo do estado do Mato Grosso. Sua composição é feita por representantes da sociedade civil e do governo estadual, na qual participam 23 membros. Entre as organizações dos trabalhadores que participam do conselho está o MST e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Mato Grosso (Fetagri). Aos conselheiros do CEDRS-MT competem:

a) formular, propor, aprovar, supervisionar e avaliar políticas e normas visando o apoio ao desenvolvimento organizacional dos Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável; b) aprovar os projetos relativos ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ligados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário; c) aprovar os projetos de obtenção de terras para a reforma agrária; d) criar câmaras técnicas específicas para subsidiar as decisões do CEDRS-MT, quando necessário; entre outras. (CEDRS-MT, 2017, p.1)

A função do CEDRS-MT no tocante à segurança e à soberania alimentar é “formular, propor, supervisionar e avaliar políticas” com base na Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (Lei n. 10.516 de 2 de fevereiro de 2017), priorizando os aspectos formais que potencializam a segurança e a soberania alimentar.

Em seus princípios, a Lei n. 10.516/2017 estabelece:

I – A produção de alimentos básicos e a sua distribuição, preservados os interesses dos produtores e consumidores, mediante a adoção de tecnologias viáveis e estratégias;

II – O abastecimento adequado e a segurança alimentar como condições básicas para a tranquilidade social, a ordem pública, o processo de desenvolvimento socioeconômico e os direitos da cidadania;

III – a adoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental como paradigma na redução das desigualdades sociais e regionais e na promoção de agroecossistemas viáveis;

IV – O reconhecimento, pelo Poder Público, da diversidade de características da agricultura familiar quanto à estrutura fundiária, às condições do solo e do clima, à capacidade gerencial, às condições socioeconômicas e culturais, na definição de suas ações;

V – A participação social na formulação, na execução e no monitoramento das políticas agrícolas e dos planos de desenvolvimento rural sustentável e solidário como condição necessária para assegurar a sua legitimidade;



[...] XIV – o apoio à organização associativa de produtores e trabalhadores rurais como condição necessária para a estabilidade e para o pleno desenvolvimento do setor agrícola e dos espaços rurais;

XV – A valorização da responsabilidade coletiva e compartilhada, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação;

XVI – o reconhecimento da importância do patrimônio ambiental, sociocultural e econômico relacionado com as atividades agropecuárias e com os espaços rurais;

[...] XVIII – a dinamização econômica com base nas inovações tecnológicas para o estabelecimento de modelo sustentável de produção agropecuária, extrativista, florestal e pesqueira;

XIX – o fortalecimento dos mecanismos de controle e gestão social, tendo como base o fortalecimento das organizações da sociedade civil. (MATO GROSSO, 2017)

Em relação aos objetivos do CDRS-MT segundo a Lei n. 10.516, destaca-se:

[...] II – garantir a regularidade do abastecimento alimentar mediante oferta crescente e sustentada dos produtos básicos para a alimentação da população;

III – estimular e apoiar as iniciativas de organização cooperativa e associativa de produtores e trabalhadores rurais;

VII – prestar apoio institucional ao produtor rural, garantindo atendimento prioritário e diferenciado ao agricultor familiar, aos povos e comunidades tradicionais, bem como aos beneficiários dos programas de reforma agrária;

VIII – prestar assistência técnica e extensão rural pública, gratuita e de qualidade para a agricultura familiar e para os povos e comunidades tradicionais;

IX – Promover a integração das políticas públicas destinadas ao setor agrícola com as demais, de modo a proporcionar acesso da família rural à infraestrutura e aos serviços de saúde, assistência social, saneamento, segurança, transporte, eletrificação, habitação rural, cultura, lazer, esporte e comunicação, incluídos a telefonia e o acesso à internet e a sinal de televisão e rádio;

X – Estimular o processo de agroindustrialização, incluídas a fabricação de insumos e as demais fases da cadeia produtiva, com preferência para: a) as regiões produtoras na implantação de projetos e empreendimentos; b) a diversificação com foco nos empreendimentos agroindustriais rurais de pequeno porte;

[...] XII – garantir a integração e a ampliação do acesso, entre outros itens: a) infraestrutura de produção e logística de qualidade no campo; b) transferência da tecnologia gerada pela pesquisa agropecuária, prioritariamente com enfoque agroecológico; c) equipamentos e sistemas de comercialização e abastecimento alimentar; d) educação contextualizada de qualidade, capacitação e profissionalização;

[...] XVII – formular e implementar programas e ações que assegurem a preservação da biodiversidade, a reprodução do patrimônio cultural e a permanência das populações rurais com dignidade nas áreas rurais, observando a diversidade social e étnico-racial e a equidade de gênero e geração;

[...] XXI – consolidar mecanismos e instrumentos de gestão social no planejamento, elaboração, integração, controle e monitoramento das políticas públicas. (MATO GROSSO, 2017)

A lei da agricultura familiar mato-grossense revela, por um lado, os rebatimentos da hegemonia do agronegócio e de algumas organizações da agricultura familiar subalternas, por meio de políticas de segurança alimentar, do chamado capitalismo verde e da defesa da agricultura sustentável. Por outro lado, são consideráveis alguns princípios e objetivos da lei que vão ao encontro da soberania alimentar, como o controle social

no estudo, na elaboração e no planejamento das políticas públicas, a educação contextualizada, a transferência de tecnologia com prioridade para a agroecologia, medidas para evitar o êxodo rural, entre outras.

## **Limites e possibilidades para construção de políticas públicas de soberania alimentar: a função da Via Campesina**

Compreende-se que a soberania alimentar significa o direito de cada país de garantir e desenvolver a sua capacidade de produzir os alimentos fundamentais, respeitando a pluralidade cultural e produtiva. É a autonomia dos povos em produzirem seu próprio alimento e condição necessária para a segurança alimentar. A partir dessa compreensão, pode-se afirmar que está situada no contexto da disputa por modelos de desenvolvimento no campo e, nessa condição, a luta por políticas públicas de soberania alimentar está em permanente conflito com o modelo de desenvolvimento capitalista na agricultura, o agronegócio.

A soberania alimentar, ao fazer a disputa de projetos para o campo, depara-se com limites que a impedem de se desenvolver tanto para a produção de alimentos em bases agroecológicas, quanto na falta de autonomia sobre os territórios. Além disso, encara também a ausência de políticas públicas específicas. Entre as causas principais que impedem a soberania alimentar de se desenvolver como política pública voltada para a erradicação da fome e da desigualdade, pode-se destacar a concentração da propriedade da terra, o controle que as transnacionais exercem sobre o estado e seus respectivos governos. O agronegócio aumenta a exclusão social, aprofunda a desigualdade e degrada o meio ambiente, como constata a análise da Via Campesina (2008, p.4): “*La concentración de la tierra,*

*bosques y agua de los pueblos en manos de las transnacionales, conduce a una guerra por los alimentos y abre la posibilidad del control político sobre las naciones”.*

Analisando os motivos que levam a adoção da segurança alimentar pelo agronegócio e pelos governos e as razões que limitam a soberania alimentar de ser uma política em diversos países, inclusive no Brasil, Fernandes (2008) afirma que, tanto para o agronegócio quanto para o governo, a segurança alimentar é mais adequada, pois para implementá-la não é necessário fazer mudanças no modelo hegemônico de produção, por não ultrapassar os limites de uma política compensatória.

Fazendo a contraposição entre a soberania alimentar com a segurança alimentar, o autor constatou um dos motivos que levam os governos a não implementar a soberania alimentar como política pública: “a ideia de soberania alimentar exige divisão de poder para tomada de decisão sobre o que produzir e onde produzir” (ibidem, p.14). Além da participação no processo de tomada de decisões, a soberania alimentar se manifesta na defesa da produção local causando conflito com o modelo de produção agrícola para exportação.

Araújo (2016, p.74) considera que o tema da soberania e da segurança alimentar na América Latina é de fundamental importância no contexto da ofensiva da agricultura de base industrial em todo mundo, que “tem sido responsável por causar a destruição dos ecossistemas, aumento da pobreza e desigualdade social”. No contexto de ofensiva do capitalismo neoliberal, o tema da soberania alimentar se coloca como projeto social que se contrapõe à barbárie que se expressa no capitalismo e em seu sistema agroalimentar.

Em relação às possibilidades de políticas públicas de soberania alimentar, a autora analisa que essa medida só é possível num ambiente político e com governos democráticos não vendidos às corporações nacionais e transnacionais, tendo em vista que estas empresas colocam seus

interesses acima dos interesses da maioria da população, privatizam e mercantilizam os alimentos. A Via Campesina, por meio dos movimentos a ela vinculados, vem cumprindo um papel imprescindível na perspectiva da soberania alimentar. Zanotto (2017, p.57), com base na Declaração da Via Campesina, afirma que

[...] a alimentação [é] um direito humano básico. Este direito unicamente se pode assegurar em um sistema onde a soberania alimentar esteja organizada. Soberania alimentar é o direito de cada nação para manter e desenvolver sua própria capacidade para produzir alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito a produzir nossos próprios alimentos em nossos próprios territórios de maneira autônoma. A soberania alimentar é uma precondição para a segurança alimentar genuína.

Entre as funções e as ações da Via Campesina, destacam-se a própria criação do conceito de soberania alimentar, que vem influenciando políticas de combate a fome em diversos países. Ela é uma organização pioneira na articulação, mobilização e organização dos camponeses em nível internacional e tem entre seus temas principais a reforma agrária, a biodiversidade, os recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa, entre outros.

Além da inovação do ponto de vista conceitual na perspectiva de combater a fome a partir das suas causas e por meio da soberania alimentar e da forma organizativa com abrangência internacional, a Via Campesina se destaca ainda no âmbito da formação com a iniciativa das escolas agroecológicas. A Escola Latino-Americana em Agroecologia (Elaa) é um exemplo dessas iniciativas e tem como objetivo a preparação de profissionais para o domínio e a implementação da agroecologia nos assentamentos de reforma agrária e nas pequenas propriedades.

As políticas de segurança alimentar com alguns aspectos da soberania alimentar no Brasil e no mundo são motivadas pelo fenômeno social da fome e a busca para a sua erradicação. Ao longo do tempo e do debate em torno desse tema, constata-se a análise conceitual em torno da segurança e

da soberania alimentar, da agricultura convencional, sustentável e da agroecologia, bem como a necessidade da reforma agrária. O papel da Via Campesina, tanto na formulação como na organização das lutas em nível internacional, vem na perspectiva de combater a mercantilização dos alimentos, fortalecendo a construção do conceito de soberania alimentar como paradigma que melhor responde à necessidade de acabar com a fome no mundo.

A Via Campesina, desde a sua criação em 1996, vem contribuindo para a organização internacional dos camponeses, tornando-se a primeira organização dessa natureza em nível mundial. Durante a sua existência, desenvolveu lutas contra a monocultura e cultivos transgênicos, além de diversas medidas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Exerceu pressão junto aos governos, apresentou propostas no intuito de subsidiar políticas públicas para os camponeses e de soberania alimentar. No âmbito da formação, a Via Campesina fomentou a criação de escolas de agroecologia e fez ações para potencializar a produção e o intercâmbio de sementes crioulas. Já no âmbito organizativo, está sendo decisiva para a construção da unidade da luta camponesa em todos os continentes.

A análise em torno dos modelos de agricultura discutiu a agricultura capitalista, especialmente a matriz estadunidense, que tem base na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos, demonstrando sua inviabilidade na perspectiva do combate à fome e do uso sustentável dos recursos naturais. A agricultura sustentável foi analisada criticamente tendo em vista que esse modelo não considera as dimensões sociais e culturais dos camponeses e nem sua autonomia, devido à subordinação dessa forma de produzir aos interesses mercantis, além de seu alto custo. Outro limite apontado é o chamado fator limitante, que ao ser superado é logo substituído outro, levando o agricultor a uma situação irreversível.

Outra forma de produzir analisada foi a agroecologia, sobre a qual diversos autores afirmam ser o método técnico-político necessário para superar a crise ecológica, romper com o monocultivo e com a dependência de insumos externos. O rompimento da agroecologia com a agricultura convencional reside em seu objetivo estratégico de produzir considerando a agricultura como uma totalidade, em que as dimensões socioambientais e culturais são consideradas como condição para recuperar os danos socioambientais e econômicos provocados pela agricultura capitalista, o agronegócio. Na virada do século XX, a agroecologia ganha um importante aliado, o MST, que incorpora em seu programa agrário a produção com técnicas agroecológicas, abolição da produção com agrotóxicos e sementes transgênicas.

O debate em torno da segurança alimentar e da soberania alimentar tem uma construção histórica. O primeiro conceito surge no contexto do final da Segunda Grande Guerra, quando os alimentos foram utilizados como arma contra os países que tinham escassez alimentar. Daí surgem o conceito e as políticas de segurança alimentar patrocinadas pela FAO para garantir o direito à alimentação na quantidade e regularidade necessária. A Via Campesina e os seus apoiadores não concordam com o conceito de segurança alimentar e com os seus rebatimentos nas políticas de combate à fome e apontam, entre seus limites, a natureza mercantil de suas políticas, calcadas no critério da renda, na participação das transnacionais da agricultura. Essa participação é de natureza neoliberal e provoca o desemprego e a queda na renda da classe trabalhadora.

A partir dessa análise, a Via Campesina construiu o conceito de soberania alimentar não somente como teoria, mas como um projeto de desenvolvimento com base na produção autônoma, local e diversificada realizada nas pequenas e médias propriedades camponesas, com a finalidade de atender a população local e combatendo a natureza mercantil da produção e venda dos alimentos. A realização da reforma agrária seria,

para a Via Campesina, condição fundamental para a garantia da soberania alimentar. Nesse debate, o conceito ganha novos significados, ampliando o seu conteúdo e forma e passando a ser entendido também como território. Isso porque não há soberania alimentar sem autonomia dos camponeses sobre o espaço de produção e reprodução do modo do seu modo de vida; ou seja, a soberania alimentar é o território camponês.

No Brasil, as políticas de segurança alimentar com viés de soberania alimentar, bem como a elaboração de políticas na perspectiva da produção de alimentos saudáveis só foram possíveis com os governos do Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Bolsa Família (PBF), apesar de seus limites, contribuíram para tirar o Brasil do mapa da fome nesse período, e ao mesmo garantiram comercialização e renda para a agricultura familiar. Também durante os governos petistas foi aprovado o Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica (Planapo) – estabelecido no Decreto n. 7.794, lançado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 20 de agosto de 2012 e que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) –, bem como foram criados outros programas de assistência técnica e extensão rural com centralidade na agroecologia.

A conquista dessas políticas só foi possível devido à ampliação da democracia e da participação dos diversos movimentos que fizeram lutas e proposições aos governos desse período. Após dois de golpe para a restauração neoliberal, todos esses programas foram precarizados e agonizam diante da redução orçamentária própria do neoliberalismo e que recolocou o Brasil no mapa mundial da fome. Esse cenário coloca como desafio para todos os movimentos sociais a luta popular e eleitoral pela restauração da democracia e retomada dos investimentos nesses projetos.

---



**1** O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta lei foi alterada pela Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA foi ainda regulamentado por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012.

## 4

# **A contribuição do assentamento 14 de Agosto para a soberania alimentar**

Este capítulo apresenta a análise das práticas agroecológicas do assentamento 14 de Agosto. A pesquisa de campo sobre essas práticas está correlacionada com as relações de trabalho na unidade de produção familiar, com as relações de mercado, com os programas estatais e com destinação da produção na perspectiva da soberania alimentar, tanto para o autoconsumo como para a comercialização no município e região.

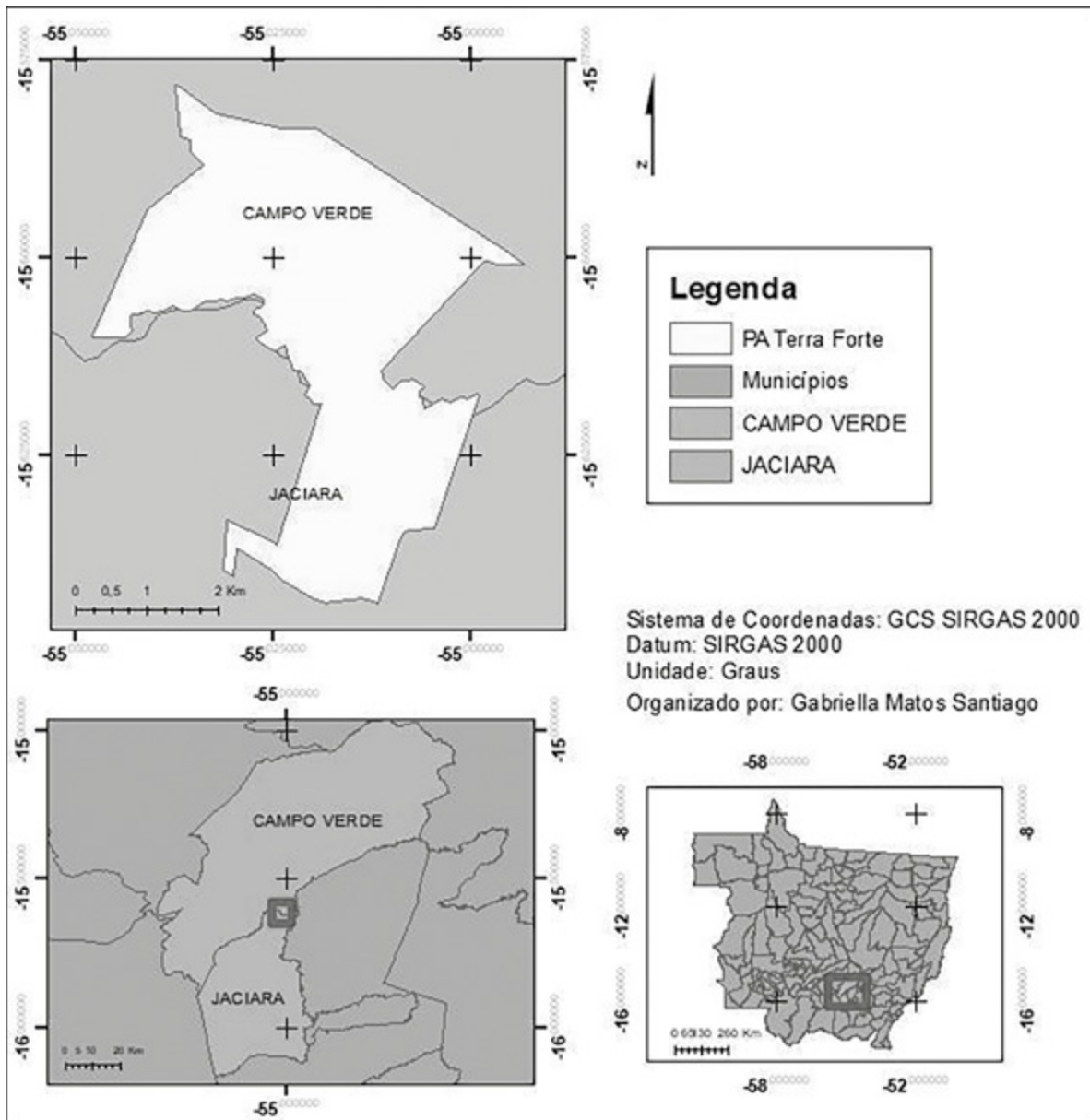
Figura 11 – Placa na entrada do assentamento 14 de Agosto.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

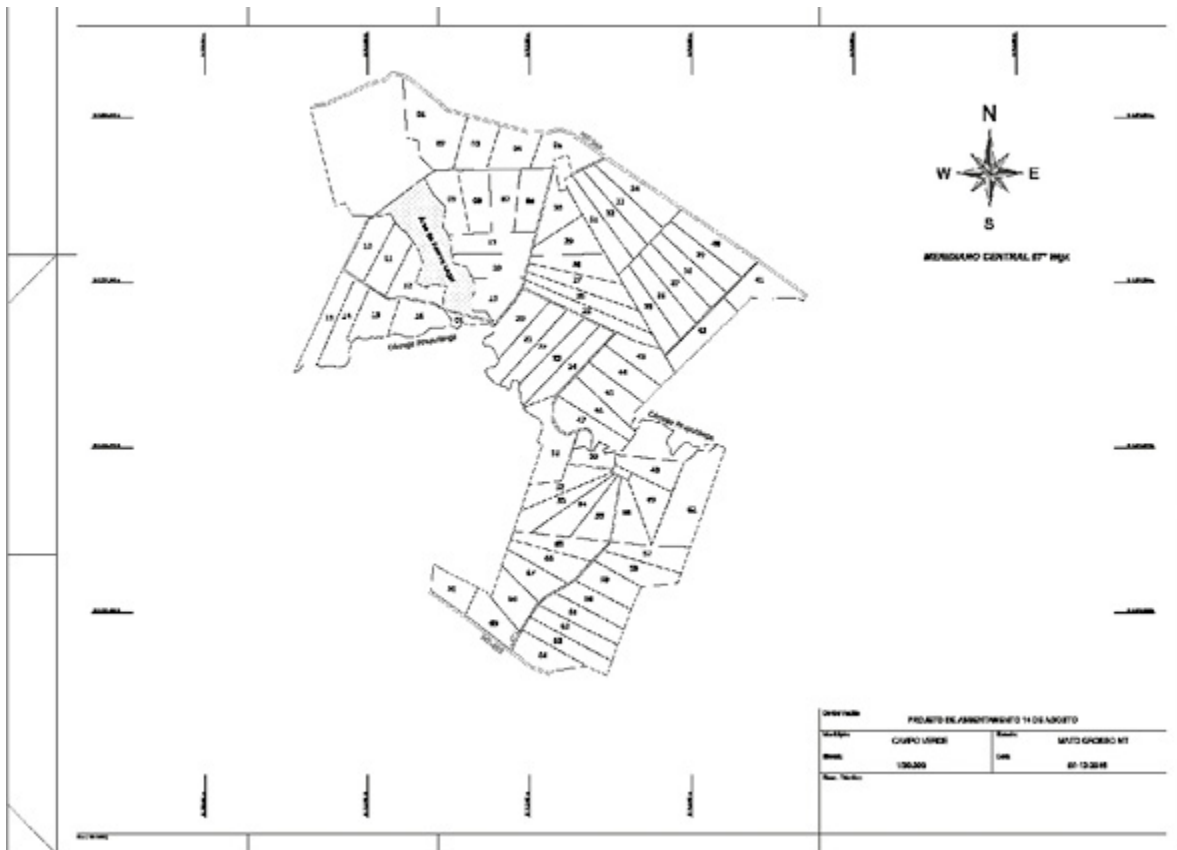
O assentamento 14 de Agosto está localizado a dezessete quilômetros do perímetro urbano do município de Campo Verde e a 140 quilômetros da capital Cuiabá. Tem como nome oficial Assentamento Terra Forte e foi criado pelo Incra em 9 de julho de 1997. Está entre os primeiros conquistados no contexto de expansão nacional do MST. O nome 14 de Agosto se popularizou na região e o assentamento, composto por 71 famílias, tornou-se uma importante referência, tanto para a população urbana como para a agricultura familiar e o comércio regional.

Mapa 7 – Localização do assentamento 14 de Agosto.



Fonte: Sirgas, 2000

Mapa 8 – Estrutura dos lotes do assentamento 14 de Agosto.



Fonte: Lindomar Oliveira (responsável técnico), 2019.

Mapa 9 – Coordenadas geográficas do assentamento 14 de Agosto.



Fonte: Lindomar Oliveira (responsável técnico), 2019

Os assentamentos de reforma agrária são resultados da pressão popular, especialmente as ocupações dos latifúndios pelas famílias camponesas sem-terra de norte a sul do Brasil. A ocupação de terra é a tática de embate dos camponeses, que, ao lutarem pela terra, confrontam o desenvolvimento do capitalismo no campo obstaculizando, ainda que de forma parcial, a imposição de suas relações capitalistas de trabalho e expropriação dos recursos naturais. Se para o desenvolvimento do capitalismo no campo as ocupações significam obstáculo, para os sem-terra, a ocupação significa um marco fundamental em suas vidas, pois, ao participar desse tipo de ação, esses trabalhadores rompem com sua trajetória de total submissão ao latifúndio e com a crença no destino e na sorte. A ocupação e, conseqüentemente, a organização do acampamento passam a

ser espaço de destruição da maioria das práticas humanas anteriores, onde a construção de outra perspectiva de mundo torna-se possível. A ocupação e as lutas subsequentes tornam-se uma grande escola de formação.

Os assentamentos, além de ser resultado das ocupações do latifúndio, são o território de produção e reprodução do modo de vida camponês e têm, portanto, múltiplos significados. De acordo com Coca, Santos e Rocha (2014), ele é a expressão da reforma agrária, não como uma ação estrutural, mas como medida de contenção da questão agrária. Com base em Luxemburgo (1986), os autores afirmam que os assentamentos se situam na luta dentro do capitalismo, pois “a reforma pode ser entendida como parte do processo revolucionário, porém, ela não é o objetivo final” (Coca; Santos; Rocha, 2014, p.147).

Os autores, corroborando com Feliciano (2006), analisam que os assentamentos são conquistas das lutas dos camponeses e sustentam-se em três pilares fundamentais: a ocupação, o acampamento e o assentamento. Com base em Fernandes (1999), afirmam que os assentamentos são triunfos dos camponeses por meio da luta pela terra. São triunfos por expressarem duas dimensões: o espaço para criação e recriação e a vitória sobre o latifúndio, tendo em vista que, sem elevar a sua condição de classe ou fração de classe, os camponeses lutam na terra e não por terra. Nesse sentido, a conquista dos assentamentos tem rebatimentos estimuladores para aqueles que ainda não o conseguiram; ou seja, tem efeitos na autoestima, no aspecto imaterial, que indica que a luta é o meio pela qual sonhos podem ser realizados.

Os assentamentos também significam a resistência camponesa ao êxodo rural, a migração e a expropriação do trabalho pelo assalariamento: “os assentamentos rurais representam a resistência do campesinato perante tal processo, demonstram que o campesinato não se realiza enquanto classe

social no território capitalista, mas busca alternativas para garantir sua reprodução material” (Coca; Santos; Rocha, 2014, p.160).

Apesar da importante resistência do campesinato à ofensiva do capital, milhares de camponeses, na perspectiva de se recriarem, foram estimulados a migrarem para regiões de colonização da fronteira agrícola, especialmente durante a ditadura militar e a implantação da Revolução Verde, com a função de cultivar/amansar a terra e servir de força de trabalho para o latifúndio.

Ao analisar o assentamento como território de recriação do campesinato, Coca, Santos e Rocha (2014) destacam a relação do camponês com a terra e com o trabalho. Para os autores, os camponeses não querem a terra somente para fins econômicos, ocupam-na porque precisam dela para viver. Nessa relação, a terra cumpre a função predominante de valor de uso. Os camponeses são entendidos como classe e se diferenciam dos trabalhadores da fábrica, pois vivem processos e relações diferentes com o capital. Ou seja:

Os horizontes de um diferem dos do outro e possuir um projeto político que espere que o campesinato passe a pensar como operário é uma postura reacionária. Sendo assim, os camponeses são apresentados no seu caráter político, em que ao invés de aceitarem passivamente a expansão das relações capitalistas no campo reivindicam seus territórios e a manutenção do seu modo de vida e produção. (Ibidem, p.155)

Os camponeses são, em certa medida, obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo, pois, mesmo sendo sujeitos inseridos nesse sistema não reproduzem suas relações; ou seja, na relação de trabalho camponês, não predomina o assalariamento. Os camponeses se diferem também do capitalismo na sua relação com o território e os recursos naturais, tendo em vista que essa relação é pautada predominantemente pelos interesses de uso e não da mercantilização.



## **Assentamento 14 de Agosto: lugar de vida e produção**

Desde o período de criação do MST até o início deste século, a prioridade era o desenvolvimento dos assentamentos a partir da perspectiva da reforma agrária clássica, redistributivista e economicista, na qual se articulava o debate em torno da cooperação agrícola e do financiamento da produção, tendo no Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) a principal linha de financiamento. A política de habitação, saúde e de educação para os assentamentos fizeram parte dos debates internos do movimento no período, porém com menor intensidade, abrangência e conquistas. A prioridade nesse período era o de ocupar terra, conquistar assentamentos, produzir a qualquer custo para atender as necessidades das famílias e conquistar apoio na opinião pública para legitimar a luta pela reforma agrária.

O MST articulava o debate em torno do desenvolvimento da criação de associações, das cooperativas de produção agropecuária e cooperativas de prestação de serviços incentivadas pela política de créditos – contexto em que foi criado o Procera Teto 2 para as cooperativas. Nesse período, também foi organizado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), dando início, ainda que de forma marginal, à discussão sobre a agricultura alternativa. A política agrícola era extremamente precária, e o governo federal não tinha um programa nacional de assistência técnica e extensão rural, fazendo com que esse serviço fosse executado pelas empresas estaduais com base na concepção de assistência técnica vinculada ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Também a conquista de assentamentos e seu desenvolvimento estavam vinculados à concepção de produção e reprodução da Revolução Verde, que se expressava na aplicação da matriz tecnológica convencional, no modelo produtivista e no complexo agroindustrial capitalista. É nesse contexto que o assentamento 14 de Agosto foi conquistado.

Outro aspecto a ser considerado em relação à pesquisa sobre as práticas agroecológicas nesse assentamento é a hegemonia que o agronegócio exerce no Mato Grosso, tanto na opinião pública quanto no poder político e econômico, bem como no município de Campo Verde. O agronegócio no estado se destaca como maior produtor de bovinos, soja, milho e algodão. Está em primeiro lugar na produção e no uso de agrotóxicos, ultrapassando a média de cinquenta litros por habitantes ao ano.

O município de Campo Verde encontra-se em sétimo lugar no ranking do agronegócio no estado e se destaca com a maior produção de soja, algodão e milho. De acordo com a prefeitura, os rendimentos por cultivo em 2017 foram de R\$ 671,61, R\$ 666,55 e R\$ 255,59 milhões respectivamente. Dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente afirmam que, em 2012/2013, o cultivo do algodão ocupou 66 mil hectares, colocando Campo Verde como a capital nacional do algodão, e a produção de soja ocupou 180 mil hectares, além do milho safrinha com 110 mil hectares.

A pesquisa mostra que o assentamento 14 de Agosto está inserido no contexto das disputas territoriais por modelos de desenvolvimento, permeadas por interesses de classes sociais antagônicas e com grandes dificuldades socioeconômicas que imprimem uma dinâmica de avanços e recuos, tensionados pelas contradições num movimento permanente que territorializa e desterritorializa concepções e práticas de produção, de relação com o meio ambiente e com as relações humanas. Nessa perspectiva, estudar práticas agroecológicas implica “mergulhar” na realidade social construída em permanente conflito por sujeitos sociais, mesmo que os envolvidos nesse processo não tenham tanta clareza da disputa que fazem em contraposição ao modelo dominante de agricultura ao desenvolver outra perspectiva de modelo agrícola.

Pesquisar práticas agroecológicas remete à necessidade de ir além das questões técnicas e contribuir para desvelar as disputas políticas e ideológicas imbricadas na forma de produzir, de organizar o trabalho e na relação com a natureza. Nesse sentido, esta é uma pesquisa que apreende a multidimensionalidade que envolve a agricultura familiar na condição de sistema de produção que se expressa na dimensão do trabalho, na complementação humano-natureza e na autonomia relativa camponesa que se dá pela condição de donos parciais dos meios de produção, da produção da soberania e da segurança alimentar.

O ponto de partida para refletir sobre os resultados da pesquisa de campo é a constatação de que a agricultura familiar camponesa é um sistema de produção que vai além das técnicas. Busca-se entender o modo de vida familiar a partir de sua inserção no território, seus valores, sua cultura e sua resistência à ofensiva do capitalismo como condição para continuar se reproduzindo.

A primeira dimensão analisada é a das relações não capitalistas de trabalho nas unidades de produção familiar, onde foi constatado o uso de trabalho da própria família. De acordo com Fernandes (2008, p.50) “utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista, em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas”. O uso do trabalho familiar na produção é uma particularidade dos camponeses e não dos capitalistas.

A dinâmica das relações socioeconômicas da organização da unidade familiar de produção não concentra os bens da natureza; o trabalho familiar não gera mais valia, não gerando, conseqüentemente, lucro. Esses aspectos fazem que essa forma de relação de trabalho e produção seja um obstáculo para o desenvolvimento capitalista no campo. Por essa razão, a agricultura familiar, mesmo que subordinada relativamente pelo capital, obstaculiza a expansão do capitalismo no campo, tornando-se agricultura de resistência.

A resistência da agricultura familiar se insere nas novas conflitualidades e no contexto de disputa de projetos por modelos de desenvolvimento com o agronegócio. Isso se dá em dois níveis: o primeiro é a resistência espontânea sem consciência da existência da luta de classes no campo, que se expressa tanto na disputa de territórios como na disputa da opinião pública, para continuar tendo hegemonia. A resistência espontânea acontece por meio da produção dos camponeses, que estão isolados organizativamente ou vinculados às organizações de perfil não classista no meio rural brasileiro, a exemplo das organizações da agricultura familiar que defendem uma agricultura homogênea e associada ao agronegócio, na tentativa de transformar a agricultura familiar em um agronegócio.

O segundo nível da resistência se dá de forma consciente. Nesse nível, os trabalhadores têm em suas práticas a intencionalidade de fazer a disputa de projetos, sabem que os problemas cotidianos enfrentados nas unidades de produção são advindos do Estado hegemônico pelo agronegócio. A consciência crítica e classista se deve a trajetória de lutas e ao vínculo a organizações que têm clareza da necessidade de disputar projetos no campo, na perspectiva da realização das mudanças estruturais tanto referente à propriedade da terra como as relações de trabalho e socioambientais. Esses dois níveis de resistência foram constatados durante a pesquisa de campo. Muitos trabalhadores fazem ações importantes de natureza não capitalista sem intencionalidade de classe, enquanto outra parte tem maior clareza do que está em disputa no campo.

Chayanov (2014), ao analisar as relações econômicas não capitalistas, além de criticar as teorias que investigam a sociedade a partir das relações de trabalho baseada no assalariamento, afirma que tanto o camponês como um artesão têm como produto de sua própria exploração uma quantidade de produtos que não podem ser mensurados como lucro. É o que acontece com os agricultores que produzem bens com valores de uso e de troca, tendo

como finalidade a sua reprodução. Essa é uma relação de produção não mediada pelo salário e nem estimulada pelo lucro.

Para o autor, o produto do trabalho familiar não aumenta de maneira tão decisiva quanto à exploração capitalista influenciada pelos mesmos fatores. Ele pondera a importância do aumento da produtividade do trabalhador camponês: “com efeito, o trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os fatores econômicos internos da sua exploração, isto é, diminui a autoexploração da sua capacidade de trabalho” (ibidem, p.110).

O aumento da produtividade do trabalho tem, entre suas consequências, a satisfação das demandas da família de forma mais completa, diminuindo a intensidade das técnicas aplicadas à produção e a sua atividade econômica. Corroborando com a análise sobre a natureza não capitalista da agricultura camponesa, Bartra (2011) afirma que ela se manifesta de maneira imediata como um conjunto de processos de produção particular e distinto dos processos capitalistas de produção. O autor destaca a importância da descoberta de Marx em *O Capital*, sobre a chave da exploração do operário, porém chama atenção sobre a natureza distinta da exploração camponesa. Enquanto a exploração do operário acontece pela extração da mais valia, o processo de trabalho do camponês somente se constitui em processo de valorização mediado por outros meios em que a exploração é realizada quando a produção camponesa se relaciona com a circulação capitalista: “Em outras palavras, o processo camponês de produção, em um sentido estrito ou imediato, não contém em seu interior a chave da exploração do trabalho camponês. Esta somente pode ser descoberta quando a produção camponesa é localizada no contexto de reprodução do capital” (ibidem, p.13).

Esta pesquisa de campo constatou relações não capitalistas de produção, como as relações de trabalho não assalariado, bem como relações

humanas guiadas por ações de solidariedade. Essa relação se expressa nas finalidades principais da produção, como produzir para o autoconsumo, para vendas e para doações. A outra dimensão não capitalista de produção encontrada se materializa nas relações ambientais com base na produção em agrossistemas, na policultura, na produção de insumos de base ecológica, na produção consorciada e em meios adequados à produção em pequena escala, como é o caso de pequenos tratores.

No processo produtivo estão envolvidas as dimensões socioambientais – com o manejo ecológico a partir do conhecimento local –, a segurança e a soberania alimentar, além da autonomia relativa frente ao acesso ao mercado de insumos e outros meios de produção. Entre os ingredientes constatados para produção de insumos estão o uso de cipó-imbé (*Philodendron imbe* Schott), *neem* (erva indiana), vinagre, fumo, casca de laranja e mucuna. Tais produtos cumprem a função de adubação da terra (mucuna), combate à mosca branca (cipó-imbé com fumo), controle de pulgões (vinagre e fumo) e combate a cigarrinhas e vaquinhas (casca de laranja com água).

Como exemplo, pode-se citar a prática da família de Marcos,<sup>1</sup> que reside no assentamento há treze anos, cultivando uma área de três hectares e meio. Todo o trabalho na propriedade é realizado pela família, que tem entre os meios de produção dois microtratores e uma *pick-up* Strada para realizar a comercialização nos mercados do município.

Figura 12 – Marcos e um dos filhos junto a um pé de cipó-imbé utilizado na produção de insumos.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

Toda a produção da família de Marcos é realizada por meio da irrigação comunitária, e os insumos são produzidos de forma ecológica pela própria família. De acordo com o entrevistado, a iniciativa para produzir sem insumos químicos vem da experiência de seus antepassados e dos cursos realizados no assentamento.

Figura 13 – Insumos ecológicos produzidos pela família de Marcos.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

Toda a produção do assentamento 14 de Agosto é baseada na policultura em contraposição à monocultura do agronegócio, o que permite melhor alimentação tanto para os produtores como para os consumidores,

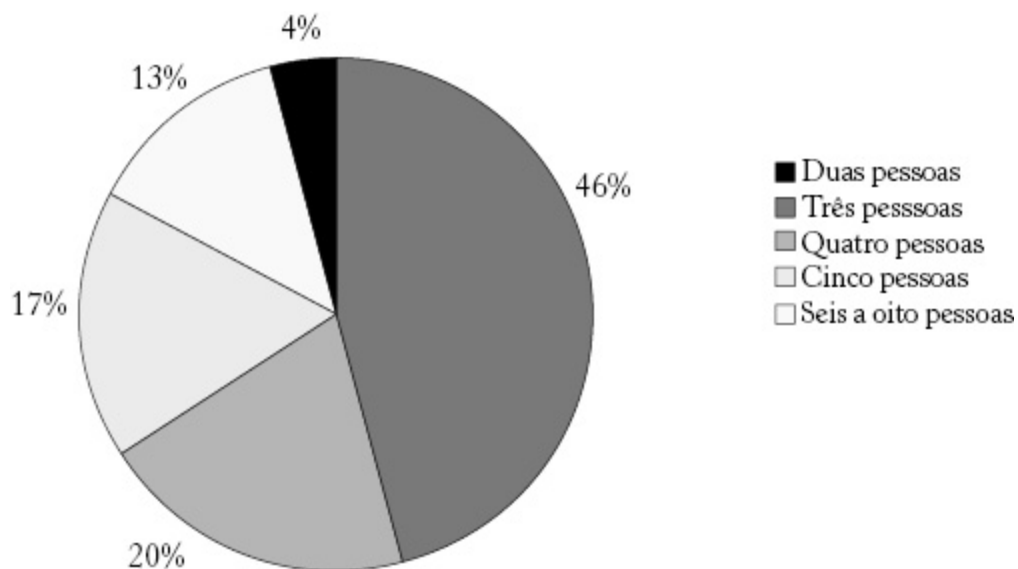


melhor equilíbrio com a natureza devido às variedades que formam pequenas florestas nos quintais das casas e proporciona cobertura vegetal, aumento dos nutrientes bem como “quebra ventos” que protegem as habitações dos vendavais. Além disso, produzem alimentos saudáveis, em quantidade e em variedade, com relativa autonomia nas relações de trabalho, tendo em vista que são donos da terra e da maioria dos outros meios de produção.

## Composição familiar do assentamento 14 de Agosto

A pesquisa de campo levantou o número de pessoas por família residente nos lotes do assentamento 14 de Agosto. O primeiro grupo familiar é composto por duas pessoas e soma 46% das famílias, geralmente o casal que mora e trabalha no lote. Vinte por cento das famílias são compostas por três pessoas; 17%, por quatro; 13%, por cinco; e 3%, por seis a oito pessoas.

Gráfico 1 – Composição familiar do assentamento 14 de Agosto.



Fonte: elaborado pelo autor.

As famílias residentes nesse assentamento são compostas em sua maioria (53%) por crianças, adolescentes e jovens. Por outro lado, identifica-se a evasão da juventude por necessidade de acesso ao ensino superior ou pela busca de trabalho para complementação da renda familiar. Os filhos e filhas dos assentados, a partir da maioridade, em sua maioria, passam a morar, estudar e trabalhar na cidade de Campo Verde. Nos finais de semanas ou em feriados, reencontram os familiares; muitos ajudam no trabalho do lote ou usam parte do que recebem para investir na propriedade. Parte significativa dos alimentos consumidos por eles na cidade é levada do lote.

Para a juventude, filhos e filhas de assentados, a terra possibilitou as condições necessárias para chegar à fase adulta e se manter na cidade estudando até conseguirem trabalho. A terra passa a ser retaguarda para esses jovens, seja como espaço de reencontro com a sua cultura, seja como soberania alimentar e de trabalho nos períodos de desemprego.

A preocupação em torno dessa realidade em médio e longo prazo está relacionada com o fenômeno nacional da evasão da juventude do campo. Com ela, a continuidade da reprodução do modo de vida camponês será diretamente afetada; inclusive algumas famílias informaram que não ampliam a produção no lote por não dispor de mão de obra.

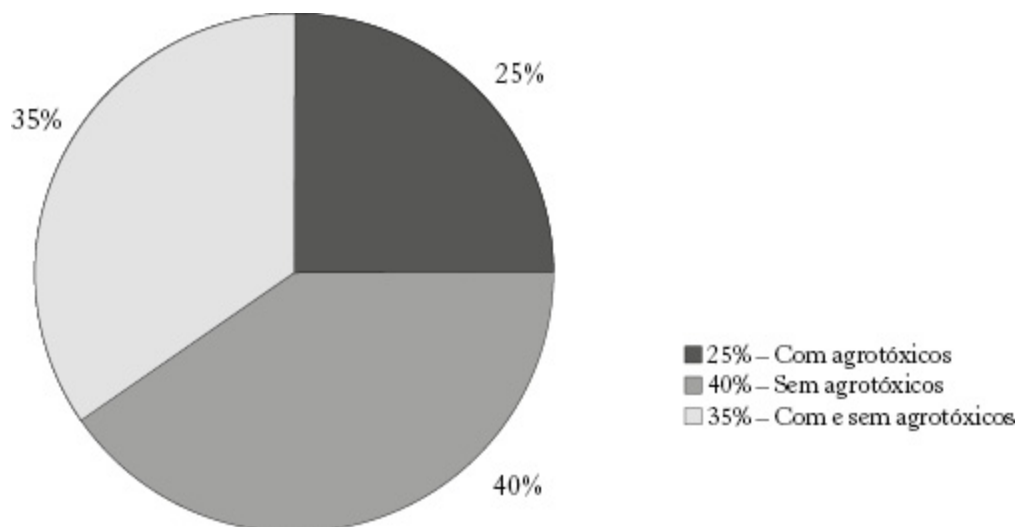
Em Campo Verde, um dos atrativos para a juventude é a possibilidade de acesso ao ensino superior tanto da rede pública e como da privada. Parte significativa desses jovens consegue ingressar no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), onde estudam majoritariamente em cursos na área das ciências agrárias, que vão ao encontro de seus interesses, tanto em relação à propriedade familiar quanto em relação ao agronegócio.

Diante desse quadro, é importante ressaltar que, mesmo com a evasão, a pertença da juventude em relação ao assentamento se mantém. A grande maioria dos jovens continua a participar da vida do assentamento, seja na visita aos familiares aos finais de semanas e feriados, seja no trabalho pontual com a terra ou via contribuição financeira para produção no lote. O fato de a juventude ter ido para a cidade estudar não significa que perderam a identidade com a terra e com a cultura da produção familiar.

## **Práticas de produção do assentamento 14 de Agosto**

A partir das práticas de produção do assentamento 14 de Agosto analisadas na pesquisa de campo, é possível observar as disputas em torno das matrizes tecnológicas para produzir. Vinte e cinco por cento das famílias entrevistadas afirmaram produzir somente com o uso de agrotóxicos, enquanto 35% afirmaram produzir com e sem o uso de agrotóxicos. A maioria (40%) declarou que não utiliza nenhum tipo de agrotóxicos para produzir em suas terras. Nesse sentido, é possível afirmar que 75% das famílias assentadas têm práticas agroecológicas em suas propriedades.

Gráfico 2 – Práticas de produção.



Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se que essa disputa de matrizes tecnológicas para viabilizar a produção, seja animal ou vegetal, acontece numa mesma área onde residem, trabalham e constroem a vida e o assentamento. Os motivos que levam a essa disputa giram em torno dos rebatimentos da hegemonia do agronegócio no Mato Grosso; só em 2015, foram utilizados no estado 150 milhões de litros de herbicidas, perfazendo uma média de 46 litros por habitante ao ano. Noventa e sete por cento dos agrotóxicos usados são aplicados no cultivo do algodão, da soja, do milho e da cana de açúcar, especialmente no município de Campo Verde, considerado a capital da produção algodoeira do estado.

Mesmo em circunstâncias econômicas e ideológicas desfavoráveis à produção de alimentos saudáveis, o assentamento 14 de Agosto revela uma disputa favorável à produção de alimentos na perspectiva agroecológica. Setenta e cinco por cento das famílias têm, de alguma maneira, práticas de produzir alimentos saudáveis, especialmente, nas lavouras de quintais, a exemplo da produção de frutas para o consumo doméstico e para a comercialização na feira municipal.

As tecnologias usadas para produzir agroecologicamente vão desde os tratores adaptados à agricultura familiar a insumos de base ecológica, tanto para a fertilização do solo como para o controle biológico de insetos, como é o caso da cama de galinha, dos insumos produzidos a partir do cipó-imbé e dos repelentes produzidos a partir das folhas de ninho. Portanto, apesar da ofensiva do agronegócio no estado, particularmente no município de Campo Verde, e do contexto que deu origem ao assentamento, pode-se afirmar que as práticas ecológicas estão presentes na maioria dos lotes. Para Guzman (2006, p.5) *“el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria”*. Nesse sentido, as práticas de produção significam a resistência à ofensiva destrutiva neoliberal, demonstrando que outro projeto para o campo em bases sociais e ambientais justas é possível.

Na mesma linha de pensamento, Altieri (1995 apud Rosset, 2006, p.20) afirma que a produção agroecológica tem, entre as suas finalidades, *“fomentar a produção local de alimentos adaptados ao contexto natural e socioeconômico”*. No assentamento 14 de Agosto, foi encontrada não só a produção de alimentos adaptados ao contexto natural, mas também a produção em meio a um espaço com mais preservação ambiental do que na época do latifúndio. Do ponto de vista da dimensão socioeconômica, foi constatado o retorno social da produção e da renda para centenas de pessoas, que direta ou indiretamente produzem, se reproduzem e viabilizam suas vidas a partir da produção desse assentamento.

A pesquisa de campo sobre as práticas de produção no assentamento 14 de Agosto fez constatações na perspectiva da agroecologia no MST a partir da análise de Martins (2012). O autor afirma a necessidade da adoção da agroecologia na luta pela reforma agrária, na perspectiva de acumular forças em direção ao socialismo. Ele analisa a concepção de agroecologia para o MST da seguinte maneira:

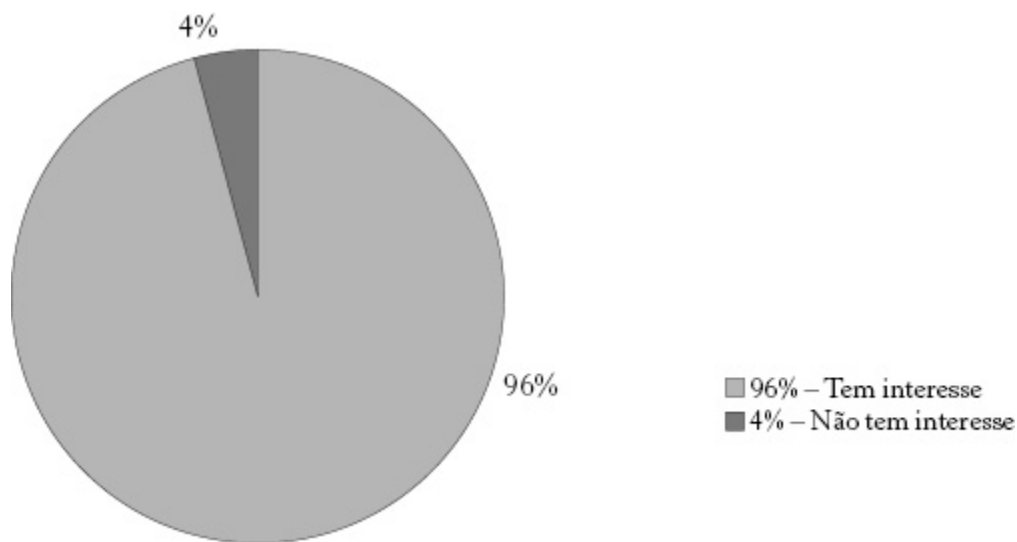
A agroecologia se afirma e se soma com o projeto socialista, porque para o MST, a agroecologia é mais do que conhecimentos úteis aplicados à agricultura, mas ela se configura como práticas sociais, que implicam em ações que estão inseridas em múltiplas relações naturais e sociais. Ações que geram conhecimentos e nos tornam mais plenamente humanos na medida em que compreendemos melhor o funcionamento dos ciclos minerais, os processos de transformações de energia no sistema; os processos biológicos e as relações socioeconômicas. Enfim, processos que contribuem para romper-se com a alienação humana. (Ibidem, p.9)

No 14 de Agosto, são encontradas as bases de uma agroecologia como desenvolvimento para o campo. Nele, as famílias camponesas produzem e se reproduzem com autonomia frente à ofensiva mercantilista e predadora da natureza; os meios de produção são dos próprios assentados, de forma particular ou associativa, que, se necessário, têm condições de contratarem horas máquinas para a preparação do solo. Além disso, as famílias assentadas têm autonomia na produção de insumos de base ecológica e autonomia alimentar, pois conseguem garantir soberania alimentar para os seus.

Esta pesquisa de campo também identificou vários limites de ordem externa e interna ao assentamento, que de uma forma ou outra atingem diretamente as famílias assentadas. Do ponto de vista externo, os obstáculos são de caráter estrutural: a pressão do modelo de agricultura do agronegócio, com sua lógica de uso de agrotóxicos e da mercantilização das relações socioambientais; a falta de mecanismos que permitam a comercialização da produção via programas do governo federal; e uma ausência de assistência técnica que já dura de quinze anos. Do ponto de vista interno, apesar de 96% das famílias entrevistadas terem demonstrado interesse em adquirir conhecimento sobre a produção agroecológica (Gráfico 3), percebe-se a falta de organização e planejamento para ampliar esse tipo de fazer.

Além disso, falta organização no sentido de lutar pelo direito à assistência técnica e à comercialização por vias estatais. Parte significativa da produção do assentamento ainda é comercializada via atravessadores, que ficam com a maior parte da renda obtida nos produtos. Esta pesquisa também constatou que falta uma melhor comunicação do assentamento com a sociedade, na perspectiva de divulgar a produção e os aspectos sociais, no sentido de fazer uma melhor disputa de projeto junto à sociedade e, conseqüentemente, garantir renda.

Gráfico 3 – Disposição em aprender técnicas de produção agroecológicas.



Fonte: elaborado pelo autor.

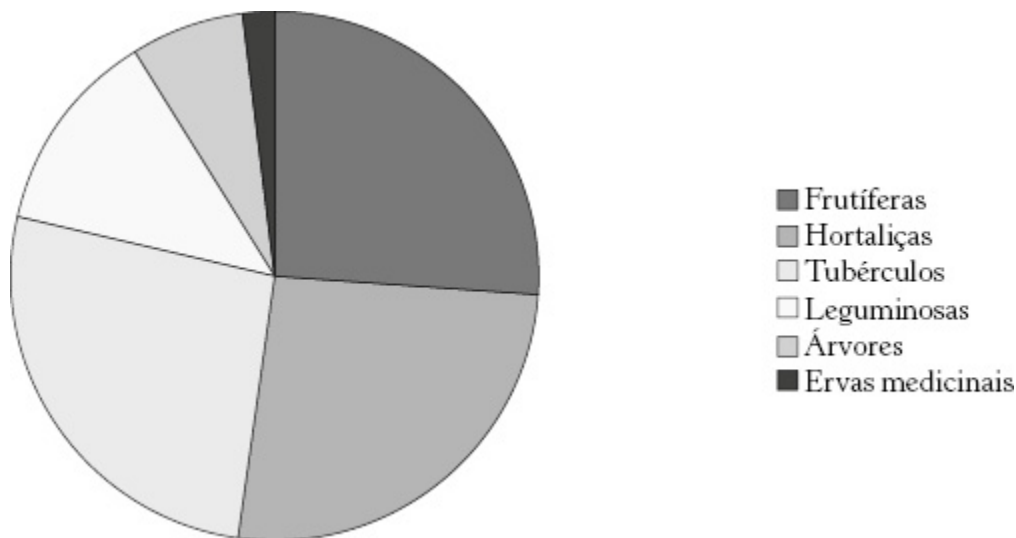
Mesmo aquelas famílias entrevistadas que usam agrotóxicos demonstraram ter consciência de que o uso de venenos faz mal à saúde – houve casos, inclusive, de hospitalizações causadas pelo uso desses produtos. Quando questionados de onde vem o conhecimento para produzir sem agrotóxicos, as famílias responderam que vem a partir de várias fontes. Entre as citadas estão: a própria família por meio dos familiares mais velhos; os cursos no assentamento no período em que houve assistência

técnica; os meios de comunicações; graças aos casos de doenças na família, nos vizinhos e na região, especialmente a incidência de cânceres; além de campanhas contra o uso de agrotóxicos como a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, realizada nacionalmente com a participação de escolas, universidades, instituições de pesquisa, movimentos sociais rurais e urbanos, movimentos sindicais e de classe, entidades, ONGs, assessorias, associações, cooperativas, entre outros. Essa campanha tem por objetivo sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam e, a partir disso, tomar medidas para frear seu uso no Brasil. Entre estas medidas está a promoção da agroecologia como modelo de produção de alimentos, em detrimento do modelo baseado no uso de agrotóxicos e transgênicos.

O conhecimento sobre os malefícios do uso de agrotóxicos sobre a saúde e a disposição das famílias de aprenderem ou aprimorarem os conhecimentos sobre técnicas de produção de alimentos saudáveis são fatores que aumentam a potencialidade de a agroecologia ser hegemônica nesse assentamento e demonstram também um enorme espaço a ser trabalhado com cursos e intercâmbios. Além disso, fica claro a necessidade de a Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Estadual de Agricultura e Incra garantirem o direito a assistência técnica para as famílias, na perspectiva de atender a demanda de

Gráfico 4 – Variedades de produção vegetal do assentamento 14 de Agosto.





Fonte: elaborado pelo autor.

produção livre de veneno e, conseqüentemente, proporcionar alimentação saudável e em variedade para a população do município e de toda região, contribuindo dessa maneira para a redução de danos à saúde e ao ambiente.

O Gráfico 4 expressa uma das características fundamentais da agricultura camponesa, a policultura. Em 100% das propriedades pesquisadas, foram encontradas espécie frutíferas; em 95% foram constatadas produção de hortaliças, com destaque para o crescimento das hortas estufas. Já 40% produzem tubérculos, a exemplo da mandioca; 20%, leguminosas como diversos tipos de feijões; 10% plantam árvores como eucalipto e seringa; 5%, ervas medicinais.

Figura 14 – Lavoura de milho da família de Roberto Farias, lote Santo Antônio.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019.

Figura 15 – Cultivo de banana irrigada da família de Anízio Silva.



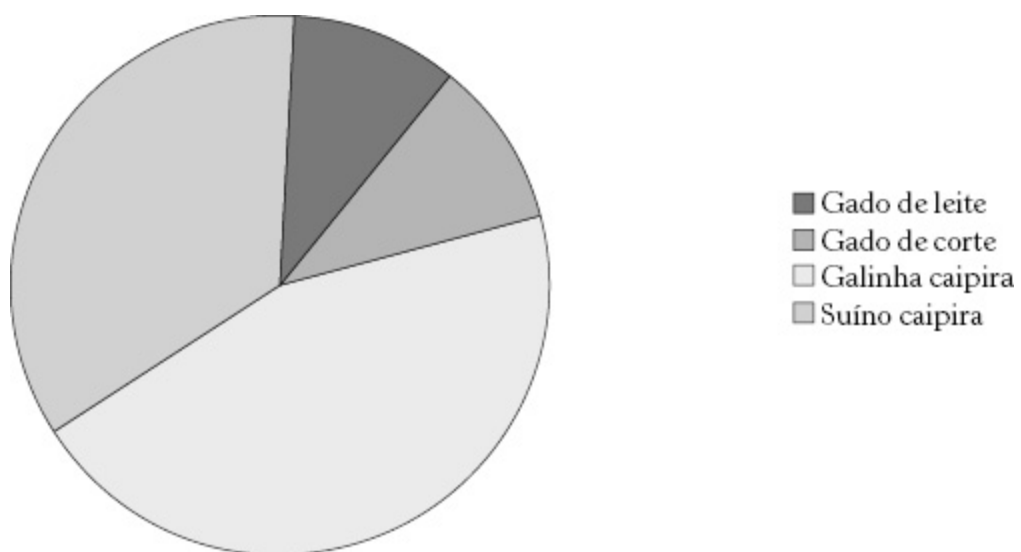
Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

Figura 16 – Produção de urucum na propriedade da sra. Marta Alves.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

Gráfico 5 – Produção animal.



Fonte: elaborado pelo autor.

O Gráfico 5 demonstra a variedade de produção animal do assentamento, com destaque para a criação de galinhas e de suínos. Há uma disputa entre a produção de gado leiteiro e gado de corte com ligeira vantagem para o primeiro. A produção animal, além de revelar a variedade de produção, mostra várias possibilidades alimentares e de melhoramento da renda.

Figura 17 – Produção de suínos da família de Amanda Ramos, lote Santo Antônio.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019.

Figura 18 – Produção de galinha caipira da família França.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019.

A prática da policultura é uma das características históricas e fundamentais da agricultura familiar e garante a diversidade de alimentos para a população e para o autoconsumo. A policultura, além de somar,

quando praticada com base ecológica, para uma relação de complementaridade entre humano e natureza, é decisiva para uma vida saudável. De acordo com o *Guia alimentar para a população brasileira*, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014, p.20), a “alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente

Figura 19 – Criação de gado de corte da família de Francisco Alves.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019.

e ambientalmente sustentável”. Pode-se afirmar que a maioria das famílias assentadas vive esse princípio, tanto em relação ao meio ambiente como em relação à saúde e trabalho.

A variedade de produção encontrada no assentamento 14 de Agosto está na perspectiva abordada no *Guia*, que destaca as razões biológicas e culturais dos hábitos alimentares, bem as razões sociais e ambientais. Do

ponto de vista das razões biológicas e culturais, as variedades de produção são decisivas para base de uma excelente alimentação.

Com a complementação de pequenas quantidades de alimentos de origem animal, combinações de alimentos de origem vegetal – vários tipos de grãos, raízes, tubérculos, farinhas, legumes, verduras, frutas e castanhas – constituem base excelente para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa e culturalmente apropriada. (Ibidem, p.32)

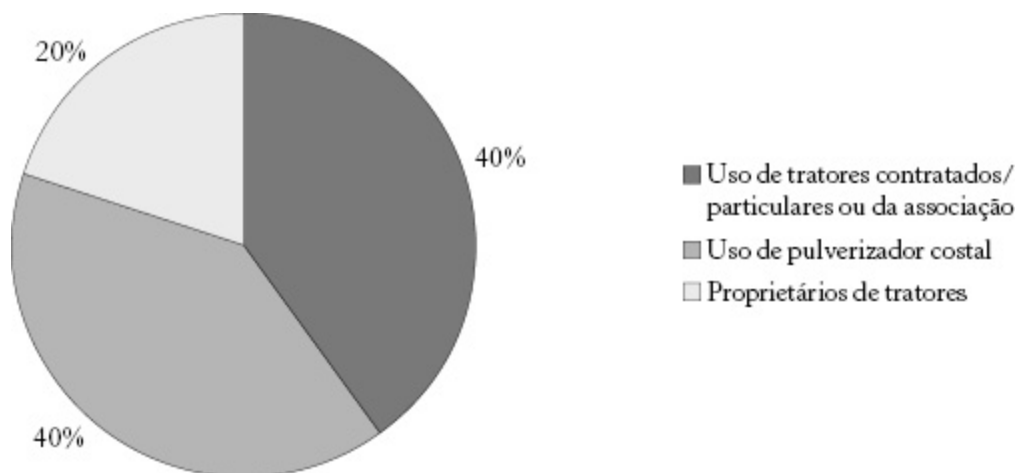
Em relação às razões ambientais e sociais, pode-se afirmar que o assentamento 14 de Agosto tem práticas com vinculação direta com a preservação e, em muitos casos, recuperação ambiental. A justiça social acontece com a democratização do latifúndio e, conseqüentemente, do trabalho, da renda, da moradia e da alimentação. *Guia* vem ao encontro da realidade desse assentamento quando atesta que

[...] o consumo de arroz, feijão, milho, mandioca, batata e vários tipos de legumes, verduras e frutas tem como consequência natural o estímulo da agricultura familiar e da economia local, favorecendo assim formas solidárias de viver e produzir e contribuindo para promover a biodiversidade e para reduzir o impacto ambiental da produção e distribuição dos alimentos. (Ibidem, p.31)

Outro aspecto que chama atenção é a contribuição desse assentamento para a soberania alimentar na região, seja por meio da venda direta nas feiras e programas estatais ou graças à comercialização por vias tradicionais.

Gráfico 6 – Meios de produção.





Fonte: elaborado pelo autor.

O Gráfico 6 demonstra o uso de meios de produção na perspectiva de aumentar a produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, minimizar sua penosidade, algo que só é possível por meio de lutas, trabalho e planejamento das famílias. Um dado interessante é que 20% das famílias assentadas possuem tratores, em sua maioria adaptados a produção familiar. A posse da terra e de outros meios de produção aumenta a autonomia desses trabalhadores, tanto em relação ao planejamento produtivo quanto em relação à dependência de órgãos públicos. Além dos tratores particulares, os assentados contratam por hora máquinas para preparar o solo, tendo em vista o plantio de lavouras.

Por meio da associação do assentamento, as famílias conseguiram um trator via emenda parlamentar. A máquina, apesar das dificuldades para adquirir os implementos adequados como grade de arar terra, tem contribuído de maneira decisiva para aumentar a área de produção e reduzir custos.

Figura 20 – Trator da família de Marcos.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019.

A família de Marcos utiliza o trator para o preparo do solo e “limpeza” da lavoura. Eles cultivam 4.500 pés de banana da terra e 3 mil pés de gueroba. Além dessas lavouras, criam pequenos animais como galinha caipira e cultivam hortaliças e variedades de frutas no quintal, adubados com insumos produzidos a partir da cama de frango (fezes de galinha na palha de arroz) e esterco de galinha poedeira (fezes da galinha).

Algumas famílias do assentamento 14 de Agosto trabalham ainda com derivados do leite como queijos, requeijões e doces, além de derivados da cana-de-açúcar como rapadura, cachaça e melado, e da mandioca como farinha, polvilho, tapioca, entre outros. A maioria dessa produção é

processada em duas agroindústrias familiares que trabalham somente com produtos sem agrotóxicos.

A agroindústria de derivados da cana da família Silva e Nunes produziu, em 2018, duzentos litros de melado, quinhentos litros de cachaça e 2 mil quilos de rapadurinhas. A cachaça é comercializada

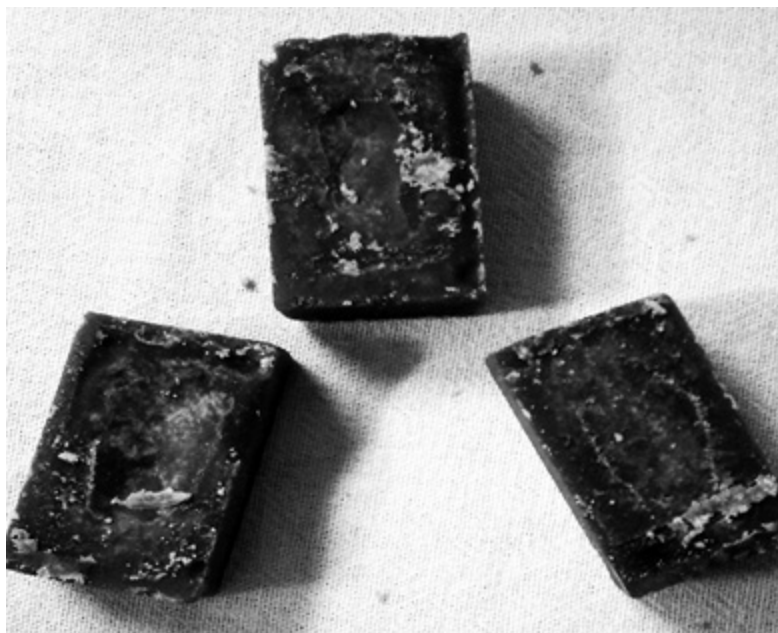
Figura 21 – Derivados do leite produzidos pela família de Rosa da Cruz, lote Paloma.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019.

em diversos espaços, e o melado e as rapadurinhas são entregues diretamente para merenda escolar nos municípios de Campo Verde e Cuiabá. O trabalho é realizado por quatro pessoas da família e pela mão de obra de uma pessoa contratada.

Figura 22 – Rapadurinhas produzidas na agroindústria de derivados da cana da família Silva e Nunes.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

Na agroindústria de derivados da mandioca da família de Dona Ijailda, são produzidas farinha tradicional, branca e amarela; farinha de biju, fina e grossa; farinha d'água; polvilho doce; massa de tapioca; e massa de tapioca granulada. A comercialização dessa produção é realizada em oito municípios da região sudeste do estado do Mato Grosso: Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, São Pedro da Cipa, Juscimeira, Rondonópolis e Cuiabá. A agroindústria processa 32 toneladas de farinha por mês, tem dez trabalhadores fixos e 27 fornecedores dos assentamentos de reforma agrária.

O funcionamento da agroindústria conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Campo Verde e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que é uma entidade privada brasileira de serviço social, sem fins lucrativos. O financiamento dos equipamentos e do

barracão foi realizado via Banco do Brasil por meio da linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), nas modalidades Pronaf Investimento e Pronaf Mais Alimentos, e já foram investidos seiscentos mil reais nessa linha de produção.

Figura 23 – Produtos da agroindústria de derivados da mandioca da família de Dona Ijailda.



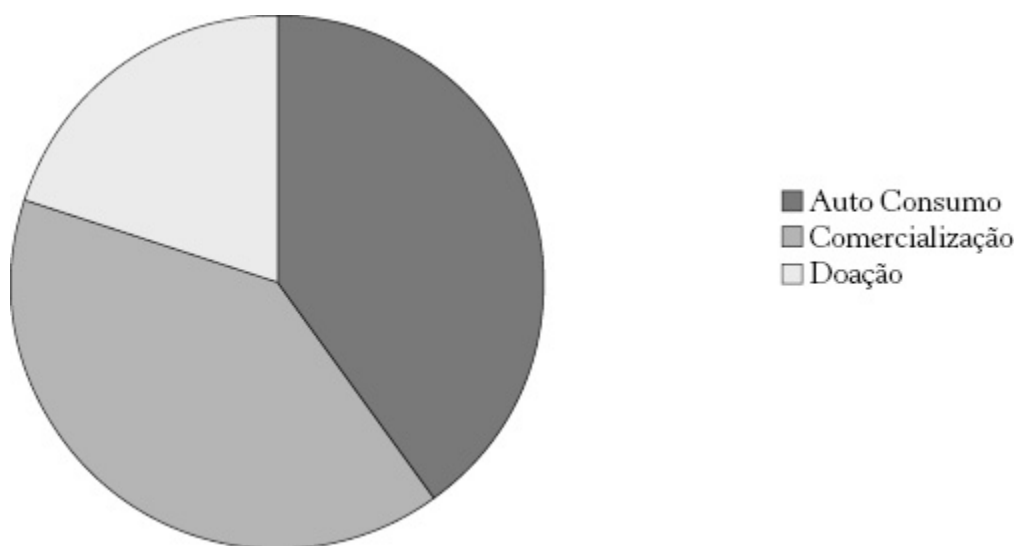
Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

## Finalidades da produção do assentamento 14 de Agosto

A pesquisa de campo constatou três finalidades fundamentais dadas à produção no assentamento 14 de Agosto. Cem por cento das famílias entrevistadas produz para o autoconsumo e para a comercialização, enquanto 70% fazem algum tipo de doação. O percentual maior da produção é destinado à comercialização nas feiras, para atravessadores e para rede de supermercados; uma pequena parte é destinada à merenda escolar.

A produção para o autoconsumo e para as doações significa que a produção familiar não é totalmente mercantilizada. Mesmo numa sociedade hegemônica pelas relações capitalistas, esses trabalhadores produzem valores de uso, fortalecendo as relações não capitalistas e dificultando que estas avancem sobre todas as dimensões no meio rural.

Gráfico 7 – Finalidade da produção.



Fonte: elaborado pelo autor.

A produção destinada ao autoconsumo e para a rede de comercialização local e regional contribui para a soberania e para a segurança alimentar, uma vez que os assentados produzem e se alimentam



da própria produção, ou adquirindo os produtos que não produzem no mercado local. A contribuição para a segurança alimentar acontece graças à oferta de alimentos no município e na região, que na maioria das vezes são comercializados em feiras e mercados locais e regionais. A produção e a destinação dos produtos das famílias assentadas demonstram as relações não capitalistas, visto que parte significativa da produção é destinada para o autoconsumo e para as doações.

As constatações feitas na pesquisa de campo no assentamento 14 de Agosto revelam as diversas dimensões socioambientais, econômicas e alimentares que expressam a disputa de projetos por modelos de desenvolvimento nesse território e no município de Campo Verde. Nele são verificadas práticas de produção e relações, não só com a natureza como entre os próprios seres humanos, que não se encontra na produção do agronegócio. Porém é preciso considerar que a expressão do agronegócio também se encontra nesse assentamento, a exemplo do uso de agrotóxicos por parte significativa das famílias. Esse fato demonstra que a disputa de projetos não é um fenômeno exclusivamente externo ao assentamento. Internamente, esse embate é evidenciado em práticas de produção saudáveis em contraposição àquelas realizadas pelo agronegócio (Tabela 7).

Tabela 7 – Disputas de projetos de desenvolvimento.

<b>Agricultura familiar</b>	<b>Agronegócio</b>
Práticas agroecológicas	Utilização de agrotóxicos
Produção com base na policultura	Produção com base na monocultura
Terra democratizada	Latifúndio
Famílias vivendo na e da terra	Famílias expulsas da terra
Autonomia nas relações de trabalho	Precarização das relações de trabalho
Soberania alimentar	Insegurança alimentar

Fonte: elaborada pelo autor.

Outra diferença entre os dois projetos é o fato de a alimentação produzida pelas famílias assentadas ter como finalidade o autoconsumo, a comercialização e doações, sendo um projeto de agricultura solidário e decisivo para a soberania alimentar, enquanto a única finalidade da produção do agronegócio é o lucro. A pesquisa de campo revela que 96% das famílias têm, por vários fatores, interesse pelo aprendizado de técnicas agroecológicas ou pelo aprimoramento do conhecimento sobre essa matriz tecnológica.

Pode-se afirmar ainda que o assentamento 14 de Agosto é a expressão do melhor projeto de agricultura, pois consegue produzir alimentos saudáveis, gerar trabalho tanto nos lotes como nas agroindústrias e no comércio local e contribui diretamente para a soberania alimentar de pelo menos oito municípios das regiões sudeste e centro-sul do Mato Grosso, tanto em quantidade como em qualidade.

## Moradias e infraestruturas sociais do assentamento 14 de Agosto

Tratando-se da infraestrutura, a maioria delas encontra-se na área social, tendo em vista que todos os assentamentos conquistados pelo MST, após debate com as famílias e com o Incra, reservam espaços para uso coletivo onde são construídos igrejas, escolas, postos de saúde, campos de futebol, quadras poliesportivas, entre outros.

O salão de uso comunitário denominado “Baiano” é uma das conquistas do assentamento 14 Agosto e tem espaço para receber até quinhentas pessoas. Seu nome é uma homenagem à memória de Lorival Ribeiro dos Santos, que, além de participar com sua família

Figura 24 – Salão comunitário Baiano.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019.

da primeira ocupação do MST no estado de Mato Grosso, recebeu simbolicamente a chave da ex-fazenda Terra Forte no ato de comemoração

da conquista e de entrega da área às famílias.

Figura 25 – Campo de futebol society.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

O campo de futebol society foi construído pela Prefeitura Municipal de Campo Verde a partir da demanda apresentada pelas famílias do assentamento, especialmente a juventude. Além das atividades esportivas

diárias, são realizados campeonatos municipais. No município, foram construídos outros campos no meio rural para essas modalidades esportivas, porém só este está funcionando devido ao trabalho de pessoas do próprio assentamento que se dedicam a preservar e zelar pelo espaço.

Figura 26 – Posto de saúde 14 de Agosto.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019.

O posto de saúde 14 de Agosto funciona de segunda a sexta-feira com atendimento dos agentes de saúde; a cada quinze dias, um médico de Campo Verde faz o atendimento.

Figura 27 – Habitação da sra. Marta, moradora do assentamento há 22 anos.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019

Outro aspecto que chama atenção na perspectiva de um novo projeto para o campo são as moradias, tendo em vista que todas as famílias entrevistadas têm habitação em boas condições, e 90% acessaram o crédito para reforma e ampliação das casas.

Figura 28 – Habitação da família de Lucas Souza, morador do assentamento há 22 anos.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2019.

Moradias de qualidade melhoram o social, o político e o econômico dos assentamentos. Para as famílias, a casa possui uma simbologia importante, pois constituem concretamente um espaço onde podem criar e educar seus filhos com dignidade. As moradias apresentam um novo visual ao assentamento. O local onde antigamente era uma fazenda geralmente com uma casa sede, alguns empregados e a terra ocupada por gado, é hoje um espaço onde centenas de famílias produzem seu próprio sustento e garantem vida digna.

Na maioria das vezes, as famílias se envolvem diretamente na construção de suas moradias, individualmente ou em forma de mutirões, o que possibilita o aprendizado coletivo. Muitas pessoas aprenderam a técnica da construção, o que as ajudou a levantar a própria casa e ajudar com a de um vizinho. São perceptíveis a alegria, a dignidade e a esperança das famílias que acreditaram na transformação social protagonizada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras graças à luta e à resistência.

O assentamento 14 de Agosto é portador de outro projeto para o campo, garantindo trabalho, renda, moradia, alimentos saudáveis, transporte, cultura, lazer, sociabilidade, entre outros. Também melhora a autoestima da maioria das famílias, sujeitos fundamentais desse processo, desde o rompimento da cerca do latifúndio ao rompimento da miséria.

---

**1** Optou-se por dar nomes fictícios a todos os entrevistados, a fim de garantir a não identificação deles.



## Considerações finais

O estado de Mato Grosso vem cumprindo, ao longo da sua existência, desde a colonização portuguesa aos dias atuais, a função de fornecedor de recursos naturais, sejam eles minerais ou agropecuários, na condição de matéria-prima para os países centrais do capitalismo, na perspectiva de atender os interesses das classes dominantes dos países colonizadores. No contexto da economia agroexportadora colonial ou neoliberal, aconteceu e acontece a luta para se manter na terra ou para conquistá-la.

A imposição das relações capitalistas mercantis e agroindustriais com objetivo de produção de mercadorias provocou a luta pela terra e pela permanência nela, em contraposição à ofensiva capitalista de privatização e mercantilização dos bens da natureza e das relações de trabalho. Nesse contexto, surge, primeiro de forma espontânea, as lutas dos povos indígenas, dos povos negros e dos posseiros no Brasil e, conseqüentemente, no estado de Mato Grosso.

O conflito provocado pela imposição de novas relações fez com que as lutas desses povos fossem adquirindo formas organizativas. Em determinados períodos, suas instâncias de luta estavam sobre orientação de organizações não governamentais (ONGs) ou de pastorais sociais, até adquirirem autonomia organizativa. Um exemplo dessa trajetória é a luta pela terra, que, na década de 1970 até meados dos anos 1980, estava

subordinada a Igreja católica. Somente com a criação do MST, esse embate passa a ser organizado e realizado pelos próprios sujeitos sem-terra.

O golpe militar de 1964 criou instituições estatais creditícias, políticas e de incentivos fiscais, além de infraestrutura necessária para expandir a fronteira agrícola capitalista nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, tendo no latifúndio, na imigração e no aprofundamento da expropriação dos povos originários a sua forma cabal de desenvolvimento. A luta pela terra e pela reforma agrária situa-se no contexto de resistência dessa expansão, opondo-se à imposição e ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

À medida que os trabalhadores do campo criam suas organizações, seja para resistir à ofensiva capitalista sobre sua identidade, suas terras e seus costumes ou para lutar pela terra, pela reforma agrária e demais demandas do meio rural, elevam a sua condição de consciência de classe para si e passam a fazer a disputa de projetos para o campo. Esse embate é resultado, para além do processo organizativo dos camponeses, da análise crítica em relação ao desenvolvimento capitalista, que só é possível com base no paradigma da questão agrária.

A disputa de territórios e por modelos de desenvolvimento para o campo acontece em todas as dimensões: nas lutas camponesas em escala local, nacional e internacional; na construção de conceitos a exemplo da agroecologia, que propõe um novo projeto para a agropecuária com base nas relações harmônicas entre seres humanos e a natureza; na soberania alimentar, conceito criada pela Via Campesina, entendida como a produção em qualidade e quantidade necessária para o sustento de um povo, garantindo hábitos alimentares e contrapondo-se a natureza mercantilista do conceito de segurança alimentar criado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO); entre outros.

Os debates e as lutas realizadas pelas organizações camponesas, especialmente aquelas vinculadas a Via Campesina, nos primeiros quinze

anos do século XXI, associados à eleição de governos progressistas de 2003 a 2015, foram decisivos para obtenção de avanços no tocante a agricultura familiar. São exemplos disso: a aprovação da lei que estabelece os parâmetros definidores desse modelo de agricultura; programas de estímulo à produção para a segurança alimentar e garantia de comercialização, como Programa Luz Para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Terra Forte, Pronaf Mais Alimentos e o aperfeiçoamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); entre outros.

Além dos programas que se configuram como conquistas importantes nesse período, na perspectiva da produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar, foram criadas outras medidas, como o Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica (Planapo), estabelecido no Decreto n. 7.794, lançado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 20 de agosto de 2012 e que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). As políticas nacionais de estímulo à produção de alimentos saudáveis e de segurança alimentar tiveram impactos positivos nas políticas estaduais de mesma natureza. Obviamente que todas as políticas de âmbito estatal construídas nesse período estão sendo destruídas com a restauração neoliberal a partir do governo de Michel Temer e da eleição do atual presidente da República, que além de sucatear as instituições operadoras desses programas, tem autorizado o uso indiscriminado de agrotóxicos em solo brasileiro e, conseqüentemente, fortalecido o agronegócio no país.

O agronegócio no Brasil emerge no contexto da ofensiva neoliberal, sendo a expressão do desenvolvimento do capitalismo no campo e da manutenção do modelo agroexportador, com produção de monocultura, superexploração da força de trabalho, baixíssima geração de postos de trabalho, uso intensivo de agrotóxicos e expropriação intensa dos recursos naturais. Contrapõe-se diretamente à agricultura familiar, que expressa outro projeto de desenvolvimento para o campo, com produção de

alimentos para a segurança e soberania alimentar, especialmente para o autoconsumo e o consumo local, gera mais postos de trabalho e tem como base o trabalho familiar.

A disputa de territórios em torno de um novo projeto de agricultura – que tenha por base a democratização da terra, a produção de alimentos saudáveis na perspectiva da soberania alimentar, condições dignas de trabalho e de moradia e acesso à educação – tem suas referências nos assentamentos de reforma agrária, especialmente aqueles conquistados pelo MST. Essa organização concebe a reforma agrária como um conjunto de medidas que vão além da posse da terra.

Esta pesquisa teve entre seus objetivos estudar a relação dos assentamentos da reforma agrária no contexto da disputa de territórios por modelos de desenvolvimento no estado de Mato Grosso. Ela demonstrou que o assentamento 14 de Agosto, localizado no município de Campo Verde (MT), região cercada pelo monocultivo e campeã na produção com uso de agrotóxicos, é uma referência na produção de alimentos saudáveis, em quantidade e variedade, contribuindo para o fortalecimento da soberania alimentar e fazendo a disputa direta de projetos para o campo.

Esse assentamento está entre os primeiros conquistados no contexto de expansão nacional do MST e na sua criação no estado de Mato Grosso. Tem como origem a primeira ocupação realizada no dia 14 de agosto de 1995. Suas famílias têm autonomia, tanto para se alimentar como para produzir e planejar seu trabalho, tendo em vista que todas são donas da terra, muitas possuem maquinários que facilitam o preparo do solo e a produção, e a grande maioria produz insumos agroecológicos para adubação e controle biológico. Além dos aspectos da produção, do trabalho e da renda, as famílias moram dignamente, o que aumenta sua autoestima – moradias de qualidade melhoram o social, o político e o econômico dos assentamentos.

As constatações feitas na pesquisa de campo revelam as diversas dimensões socioambientais, econômicas e alimentares que expressam a disputa de projetos por modelos de desenvolvimento nesse território. Esse embate se expressa nas práticas de produção e nas relações com a natureza e entre os próprios seres humanos; esse fazer não condiz com os modos de produção do agronegócio, que concentra a terra, produz com base na monocultura e com utilização intensiva de agrotóxicos, precariza as relações de trabalho e gera a insegurança alimentar.

O assentamento 14 de Agosto, inserido no contexto de disputas de projetos, com terra democratizada, produção com base na policultura e práticas agroecológicas, garante alimentação de qualidade, relações de trabalho, de vida e de moradia digna para as famílias, constrói e fortalece a soberania alimentar, demonstrando que a construção e a garantia de outro projeto de desenvolvimento para o campo são possíveis.

## Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- \_\_\_\_\_. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista NERA*, n.16, jan.-jun. 2010, p.22-32.
- ARAÚJO, S. G. Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina. *Revista NERA*, n.32 (ed. Especial), 2016, p.72-90.
- BARROS, E. P. *Quilombos: resistência negra em Mato Grosso*. Texto escrito por solicitação de militantes do Grupo de União e Consciência Negra de Mato Grosso, Grucon / MT, nov. 1989. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/1272153.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- BARTRA, A. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. Trad. Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Censo agropecuário 2017. Resultados preliminares. V. 7*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Presidência da República, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo*. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CASALDÁLIGA, P. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Carta Pastoral. São Félix do Araguaia, 10 out. 1971.

- CAVALCANTE, M. B. *Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)*. Presidente Prudente, 2008. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M. *Chayanov e o campesinato*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CHONCHOL, J. A soberania alimentar. *Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, v.19, n.55, set./dez. 2005.
- COCA, E. L. F.; SANTOS, R. O. C.; ROCHA, H. F. A atualidade da reforma agrária brasileira: diversidade das políticas de obtenção de terras, dos camponeses e tipos de assentamentos rurais. In: CAMPOS, J. F. S.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. (orgs.). *Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- CORREIA, C. E. M. *MST en marcha hacia la agroecología: una aproximación a la construcción histórica de la agroecología en el MST*. Universidad de Córdoba, 2007. Trabajo final del curso de máster en Agroecología. Universidad Internacional de Andalucía.
- COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. In: CALDART, R. S. et al (orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- DATALUTA. **Mato Grosso Índice de Gini da Estrutura Fundiária – 2013 – Imóveis Rurais – Incra**. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)>. Acesso em: 1 ago. 2018.
- DELGADO, G. C. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio – mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.
- FACCO, V. A. B.; GÓMEZ, J. R. M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seus limites e potencialidades na promoção da soberania alimentar. *Mundi Meio Ambiente e Agrárias*, v.1, n.1, jan./jun. 2016.
- FAO. *Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação*. Roma, 13 a 17 nov. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2017.
- FAO. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional – Relatório 2014*. Brasília: FAO, 2014.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Questão Agrária e Desigualdades no Brasil*, Ano 35, v.1, n.2, 2014.
- \_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Soberania alimentar como um território*. Trabalho apresentado no Workshop Food Sovereignty: Theory, Praxis and Power, 17 e 18 nov., St. Andrews College, University of Saskatchewan, Saskatoon, Saskatchewan, Canadá, 2008.

- \_\_\_\_\_.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FERNANDES, M. B. Tipologias de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GENNARI, E. *Em busca da liberdade – traços das lutas escravas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- GIRARDI, E. P. Conflitualidade da questão agrária. In: FERNANDES, B. M.; MENDES, J. M. P. (orgs.). *Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- GOMES, O. *Lenin e a Revolução Russa*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GUZMAN, S. E. Agroecologia como estratégia metodológica de transformação social. In: CONCRAB (org.). *Reforma agrária & meio ambiente*. Brasília: [s.n.], 2006.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- IMEA. *Projeções do agronegócio em Mato Grosso para 2025*. Cuiabá, MT: [s.n.], 2016.
- INDÍGENAS Xavante voltam ao cenário de lutas pelos seus direitos. Conselho Indigenista Missionário – CIMI: Brasília, DF, 8 fev. 2018. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2018/02/xavante-voltam-ao-cenario-de-luta-pelos-seus-direitos/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- KATZ, C. *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARTINS, A. *A agroecologia na estratégia do MST como parte da contraposição ao agronegócio*. Artigo apresentado no Seminário da Região Sul Agroecologia. Viamão – RS, realizado nos dias 12 a14 de set/2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MATO GROSSO, 2017. *Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – Lei Nº 10.516 de 02 de fevereiro de 2017*. Cuiabá, MT, 2017.
- MATO GROSSO. *Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural sustentável do estado do Mato Grosso*. Cuiabá, 2017. Disponível em <http://www.seaf.mt.gov.br/cedrs>. Acesso em 30/11/2017.
- MATO GROSSO. *Plano Estadual da Agricultura Familiar*. Cuiabá, 2017. Disponível em <http://www.seaf.mt.gov.br/cedrs>. Acesso em 30/11/2017.



- MEMORIAL DA DEMOCRACIA – Museu multimídia dedicado à luta pela democracia no Brasil. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/>>. Acesso em: 1 ago. 2018.
- MENDONÇA, R.S. Estado. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MORENO, G. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de Burla: 1892-1992*. Cuiabá: MT – Entrelinhas: UFMT, 2007.
- MST. *Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação*. Coleção sempre é tempo de aprender. Caderno nº 2, setembro de 2010.
- MST. *Programa Agrário do MST – Texto em construção para o VI congresso Nacional*. Brasília: DF. 3.ed. Aprovado pela Coordenação Nacional do MST. Set/2014.
- NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. *Relatório DATALUTA Brasil, 2017*. Coordenação: GIRARDI. E. P.; – Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estud. Av.*, vol.15, n. 43. São Paulo, set/dez de 2001.
- PICOLI, F. *Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista*. 2 ed. Sinop: Editora Fiorela, 2005.
- PINA, R. Novo censo agropecuário traz menos dados por falta de recursos. *Brasil de Fato*, São Paulo, 26 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/novo-censo-agropecuario-traz-menos-dados-por-falta-de-recursos/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- RIBEIRO, L. N. Via Campesina, soberania alimentar e agroecologia. In: XIV Jornada do Trabalho – O trabalho e a crise estrutural do capital: resistência, limite e alternativas, Ourinhos, SP, 13 a 16 de nov. de 2013. *Anais...*
- ROSSET, P. A crise da agricultura convencional, a substituição de insumos e o enfoque agroecológico. In: CONCRAB (org.). *Reforma agrária & meio ambiente*. Brasília: [s.n.], 2006. p.12-24.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCARABELI, V. *A formação social brasileira e o agronegócio em Mato Grosso*. 108 p. Rio de Janeiro, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CAMPO VERDE – MT. *Plano Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar*. 1. ed. Mato Grosso: [s.n.], 2017.
- SIQUEIRA, E. M. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá, MT: UFMT – Entrelinhas, 2002.

- STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. et al (orgs.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.714-23.
- VIA CAMPESINA INTERNACIONAL (Brasil). Conferencia Especial para la Soberanía Alimentaria, por los derechos y la vida. Brasília, 10 a 13 de abril de 2008.
- VIA CAMPESINA INTERNACIONAL (Brasil). *Movimentos dos pequenos agricultores: as políticas da Via Campesina*. 2010. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2017.
- VIEIRA, E. A. *Desigualdade e pobreza em perspectiva: o caso de Mato Grosso*. Cuiabá (MT), 2009. Dissertação (mestrado em Economia) – Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT.
- ZANOTTO, R. *Soberania alimentar como construção contra hegemônica da Via Campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia*. São Paulo, 2017. Dissertação (mestrado Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe) –Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp.

**SOBRE O LIVRO**

*Tipologia: Horley Old Style 10,5/14*

*1ª Edição Cultura Acadêmica: 2021*

**EQUIPE DE REALIZAÇÃO**

*Coordenação Editorial*

Marcos Keith Takahashi (Quadratim)

*Edição de texto*

Tarcila Lucena

*Editoração eletrônica*

Arte Final



